

RELATÓRIO ANUAL 2014

volume 23





RELATÓRIO ANUAL 2014

BANCO DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO ANUAL

Ao abrigo da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) assume funções exclusivas de Banco Central

A actual edição do Relatório Anual retrata a actividade do BM em 2014.

Comissão Editorial: Banco de Moçambique
Departamento de Contabilidade e Orçamento
Departamento de Estudos Económicos e Estatística
Departamento de Supervisão Prudencial
Departamento de Sistemas de Pagamento

Av. 25 de Setembro - BM - Sede

Telefone: (+258) 21354600/359700 Fax: 258-21-321363

C.P. 423

Internet: <http://www.bancomoc.mz>

Maputo, República de Moçambique

Coordenação, concepção e produção gráfica:
Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique, Travessa Tenente Valadim nº 69

Tiragem: 400 exemplares

ISBN 978-989-8390-07-3

Relatório Anual nº 23 - Maputo

BM/DCO-DEE-DSP-DPG-2015

Demonstrações Financeiras; Situação Macroeconómica;

Sistema Financeiro e Sistema Nacional de Pagamento

Reg Nº 05/GABINFO/DE97

CDU336 (679) 05

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



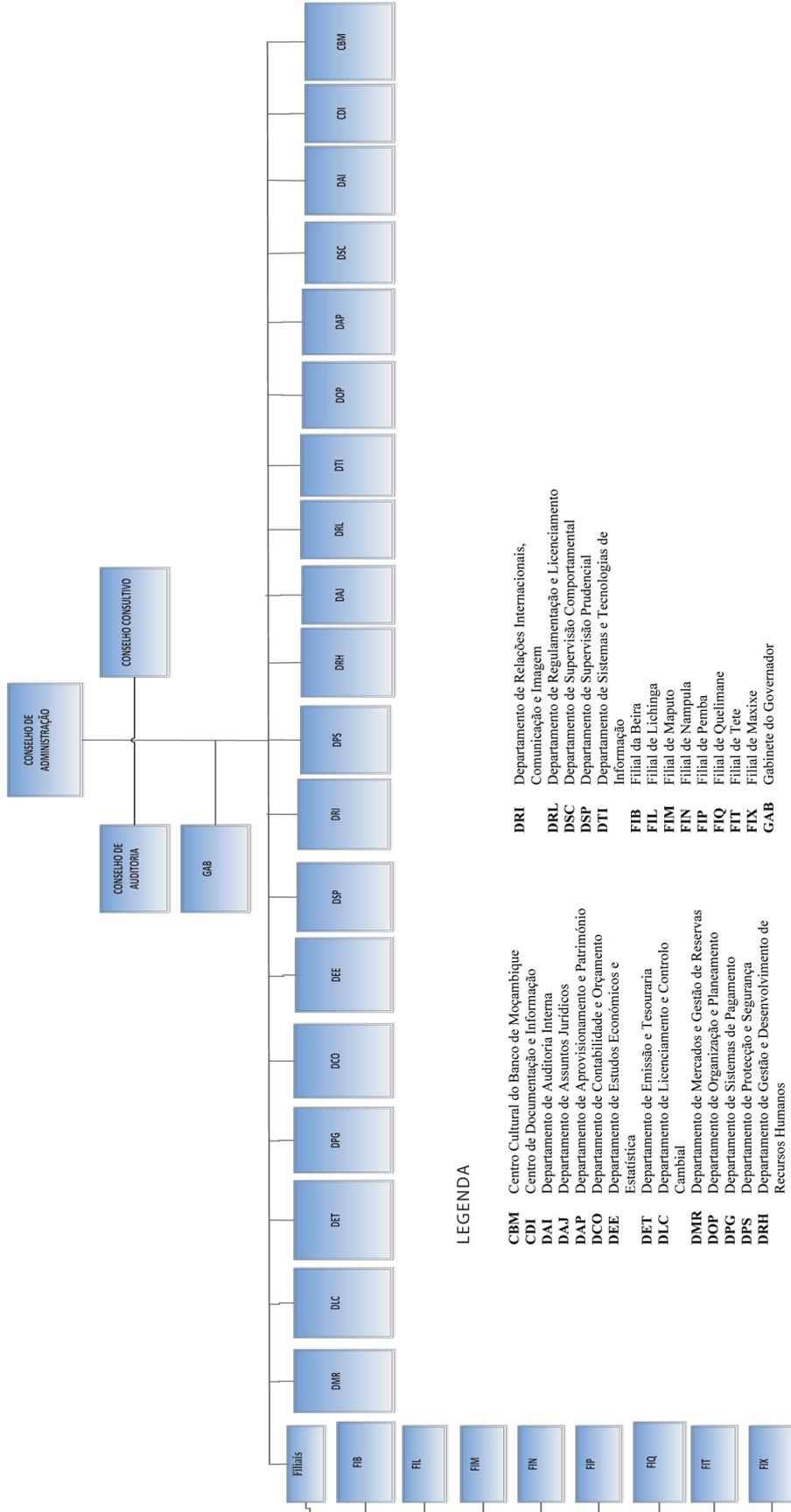
Governador **Ernesto Gove** [ao centro]

À ESQUERDA

Vice - Governador **António Pinto de Abreu**
Administradora **Esselina Macome**
Administrador **Alberto Bila**

À DIREITA

Administradora **Joana Matsombe**
Administrador **Waldemar de Sousa**
Administrador **Paulo Felisberto Maculuve**



ÍNDICE

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração	
Relatório dos Auditores Independentes	6
Demonstração de Posição Financeira - Separada e Consolidada	8
Demonstração de Rendimento Integral - Separada e Consolidada	9
Demonstração de Outro Rendimento Integral – Separada e Consolidada	10
Demonstração de Alterações no Capital Próprio – Separada	11
Demonstração de Alterações no Capital Próprio - Consolidada	12
Demonstração de Fluxos de Caixa – Separada e Consolidada	13
Notas às Demonstrações Financeiras	14

2. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

SUMÁRIO EXECUTIVO	57
1 EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL	59
1.1 DESEMPENHO MACROECONÓMICO	59
1.1.1 Economias Avançadas	60
1.1.2 Economias de Mercados Emergentes	61
1.1.3 África Subsaariana	62
1.2 PREÇOS DAS MERCADORIAS	63
2 CONJUNTURA INTERNA	64
2.1 SECTOR REAL	65
2.1.1 Preços	65
2.1.2 Produto Interno Bruto	70
2.2 FINANÇAS PÚBLICAS	74
2.2.1 Receitas	75
2.2.2 Despesas Totais e Empréstimos Líquidos	77
2.2.3 Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento	79
2.3 SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL	80
2.3.1 Base Monetária	80
2.3.2 Mercados Interbancários	82
2.3.3 Taxas de Juro	83
2.3.4 Taxas de Câmbio	85
2.3.5 Massa Monetária	88
2.3.6 Crédito à Economia	90
2.4 SECTOR EXTERNO	93
2.4.1 Reservas Internacionais Líquidas	93
2.4.2 Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	95
2.5 BALANÇA DE PAGAMENTOS	99
A. CONTA CORRENTE	99
A) A.1 CONTA DE BENS	101
D) A.2 CONTA DE SERVIÇOS	105
E) A.3. CONTA DE RENDIMENTOS	105
F) A.4. RENDIMENTOS SECUNDÁRIOS E TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	106
A) FINANCIAMENTO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS	107
B) DÍVIDA EXTERNA	108

GRÁFICOS

Gráfico 1:	Preço do Petróleo (Brent) no Mercado Internacional	64
Gráfico 2:	Inflação Anual na Cidade de Maputo (%)	66
Gráfico 3:	Evolução Anual do IPC Moçambique	69
Gráfico 4:	Crescimento anual do PIB (%)	71
Gráfico 5:	Estrutura do PIB por Sectores (%)	73
Gráfico 6:	Estrutura das Receitas Fiscais	76
Gráfico 7:	Estrutura das Despesas Correntes – 2013	77
Gráfico 8:	Fontes de Financiamento do Investimento – 2014	78
Gráfico 9:	Fontes de Financiamento do Orçamento	79
Gráfico 10:	Evolução da BaM versus Meta	81
Gráfico 11:	Estrutura da Base Monetária e Taxa de Crescimento	82
Gráfico 12:	Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário	84
Gráfico 13:	Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação	84
Gráfico 14:	Varição Anual das Taxas de Câmbio Nominais no Mercado Cambial Interbancário	85
Gráfico 15:	Spreads das taxas de Câmbio	86
Gráfico 16:	Volume de Compras e Vendas do BM no MCI (mio de USD)	87
Gráfico 17:	Volume de Transacções entre os Bancos e o Público	87
Gráfico 18:	Contribuição dos agregados na Massa Monetária	89
Gráfico 19:	Peso dos depósitos por titularidade	89
Gráfico 20:	Crédito por Sector de Actividade (Estrutura) – Dezembro 2014	92
Gráfico 21:	Reservas Internacionais Líquidas	93
Gráfico 22:	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (Variação Anual).	95
Gráfico 23:	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (Variação da Média Móvel).	96
Gráfico 24:	Conta Corrente vs. Conta Corrente/PIB	100
Gráfico 25:	Comércio Externo em Milhões de USD	101
Gráfico 26:	Conta de Serviços em Milhões de USD	105
Gráfico 27:	Stock da Dívida Externa em milhões de USD	108

QUADROS

Quadro 1:	Evolução do PIB Real e Inflação nos Principais Blocos Mundiais	59
Quadro 2:	Indicadores Macroeconómicos de Países da SADC (variação anual)	62
Quadro 3:	Preços de Mercadorias Seleccionadas no Mercado Internacional	63
Quadro 4:	Produtos de maior variação anual (%) - Maputo	67
Quadro 5:	Varição Anual do IPC da Cidade de Maputo (%)	68
Quadro 6:	Classes de Produtos com maior variação anual de preços (Índice Agregado)	70
Quadro 7:	Dinâmica do PIB por Sectores	73
Quadro 8:	Indicadores Orçamentais Seleccionados (em % do PIB)	74
Quadro 9:	Programa de Execução Orçamental (milhões de meticais)	75
Quadro 10:	Principais Metas do Programa Monetário e Realização	80
Quadro 11:	Factores de Variação da BaM em 2014	81
Quadro 12:	Operações do MMI e Taxas de Juros	82
Quadro 13:	Taxa de Juro a Retalho	85
Quadro 14:	Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10 ⁶ Meticais)	88
Quadro 15:	Principais factores de variação da Massa Monetária (3)	90
Quadro 16:	Crédito a Economia (10 ⁶ Meticais)	91
Quadro 17:	Evolução do Crédito à Economia	92

Quadro 18:	Variação da Taxa de Câmbio Real Bilateral (Média Móvel 12 meses)	95
Quadro 19:	Indicadores do Sector Externo	99
Quadro 20:	Evolução da Conta Corrente em USD milhões	100

CAIXA

Caixa 1:	Funcionamento do Mercado Cambial em 2014	96
----------	--	----

3. SISTEMA FINANCEIRO

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	113
2.	EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO	114
2.1.	CONTENCIOSO	115
2.2.	TESTES DE ESFORÇO (STRESS TEST)	115
2.3.	BASILEIA II	116
2.4.	SUPERVISÃO BASEADA NO RISCO (RBS)	118
3.	DESEMPENHO DO SISTEMA BANCÁRIO	118
3.1.	CONCENTRAÇÃO NO SISTEMA BANCÁRIO	118
3.2.	ESTRUTURA PATRIMONIAL	120
3.2.1.	Evolução e estrutura do activo	120
3.2.2.	Passivo	123
3.2.3.	SOLVABILIDADE	126
3.3.	RENDIBILIDADE	129

INDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Instituições em actividade	114
Quadro 2:	Evolução de agências de Bancos em funcionamentoContencioso	115
Quadro 3:	Quotas de Mercado	120

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Índice de Herfindhal-Hirschman no sistema bancário	119
Gráfico 2:	Evolução do activo	121
Gráfico 3:	Estrutura do activo	122
Gráfico 4:	Evolução do crédito em moeda estrangeira e nacional	123
Gráfico 5:	Estrutura do passivo exigível	124
Gráfico 6:	Evolução dos depósitos à ordem e à prazo	125
Gráfico 7:	Estrutura dos depósitos	125
Gráfico 8:	Estrutura dos depósitos de residentes	126
Gráfico 9:	Rácio de Solvabilidade	127
Gráfico 10:	Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade	128
Gráfico 11:	Rácio de alavancagem (Leverage ratio)	128
Gráfico 12:	Variação homóloga dos resultados e da margem financeira	129
Gráfico 13:	Estrutura dos juros e proveitos equiparados	130
Gráfico 14:	Composição da conta de resultados	131
Gráfico 15:	Rendibilidade	132
Gráfico 16:	Rendibilidade do Activo (mínimo, máximo, interquartile)	133
Gráfico 17:	Rendibilidade dos Capitais Próprios (mínimo, máximo, interquartile)	133

Gráfico 18:	Estrutura dos custos operacionais	134
Gráfico 19:	Rácio de eficiência (cost-to-income ratio)	135

4. SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTO

1.	Enquadramento	139
2.	Subsistema de Câmaras de Compensação	140
3.	Banca Electrónica	142
3.1.	Transacções Electrónicas de Retalho	142
3.2.	Serviços Financeiros Móveis	144
3.3.	Contas Bancárias e das Instituições de Moeda Electrónica	146
4.	Indicadores de Inclusão Financeira	166
4.1.	Acesso Geográfico	146
4.2.	Acesso Demográfico	147
5.	Sistema de transferência Eletronica de Fundos do Estado	149
6.	Metical em Tempo Real	149
7.	Projectos em Curso no Âmbito dos Sistemas de Pagamentos	150
7.1.	Projecto de Regulamentação da Banca Electrónica	150
7.2.	Estratégia Nacional de Inclusão Financeira	151
7.3.	Pagamentos Electrónicos em Moçambique: Princípios para a sua Adopção em Maputo e Matola	151
7.4.	Projecto de Integração do Sistema de Pagamentos a Nível da SADC	151
7.5.	Organização do VII Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira em Maputo	151
8.	Perspectivas	151

INDICE DE FIGURA

Figura 1:	Distribuição das ATM e POS por províncias	143
-----------	---	-----

INDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Documentos Compensados na CEL (Valores em 106 de MT, Volume em 103)	140
Quadro 2:	Rácios de concentração na CEL (%)	141
Quadro 3:	Estrutura das devoluções na CEL por motivos	142
Quadro 4:	Agentes por regiões e por províncias	145
Quadro 5:	Transacções dos serviços de moeda electrónica.	145
Quadro 6:	Contas bancárias e das instituições de moeda electrónica	146
Quadro 7:	Conta Única do Tesouro (valores em MN 10 ⁶ em ME 10 ³ , quantidade em 10 ³)	150

NDICE DE GRAFICOS

Gráfico 1:	Caixas de Pagamento Automático (ATM)	142
Gráfico 2:	Terminais de Pagamento Automático	142
Gráfico 3:	Contas Bancárias	144
Gráfico 4:	Acesso geográfico das agências bancárias e agentes das IME	147
Gráfico 5:	Acesso geográfico das ATM e POS	147
Gráfico 6:	Acesso demográfico das agências bancárias e agentes das IME	148
Gráfico 7:	Acesso demográfico das ATM e POS	148
Gráfico 8:	Contas bancárias e cartões bancários em proporção da população adulta	148
Gráfico 9:	Volume das Operações do MTR	151
Gráfico 10:	Valor das Operações do MTR (em mil milhões de meticais)	151



PREFÁCIO

O ano de 2014 foi marcado por uma conjuntura global caracterizada pela manutenção de baixos níveis de confiança nos mercados, associada à lentidão na recuperação da economia global, acompanhada por uma conjuntura de acentuada queda dos preços internacionais das mercadorias.

Esta conjuntura internacional adversa afectou de modo particular o sector externo da economia moçambicana, tendo as exportações e o investimento directo estrangeiro reagido em baixa, com impacto na disponibilidade de divisas no mercado cambial doméstico e consequente pressão sobre a taxa de câmbio do Metical e as Reservas Internacionais Líquidas do País.

Mesmo perante estes choques, o desempenho da economia moçambicana manteve-se robusto, tendo o PIB revisto registado um crescimento anual de 7,2%, acima da média da África Subsaariana, estimada em 5% para o período. Os sectores de indústria extractiva e de comércio e reparação de veículos automóveis, apesar de apresentarem pesos diminutos na estrutura do PIB (4,8% e 11%, respectivamente), foram os que mais contribuíram para o crescimento do mesmo (130 pb e 90 pb, respectivamente), em face de crescimentos reais de 45,5% (15,7% em 2013) e 8,5% (14,7% em 2013), respectivamente.

A inflação ao longo de todo o ano evoluiu de forma moderada e controlada, abaixo dos 5,5%, estabelecidos como objectivo para 2014, tendo fechado o ano ao nível de 1,1%, que compara com uma média de 5,9% na região da SADC, reflectindo a recuperação da produção doméstica de frutas e vegetais, num início de ano particularmente afectado por chuvas anormais. Num contexto em que os preços administrados não foram revistos, a política monetária pautou pela prudência ao longo de 2014, mantendo-se as taxas de juro das facilidades permanentes de cedência (FPC) e de depósitos (FPD) de liquidez no MMI inalteradas durante a maior parte do ano, antes da redução da FPC em Novembro em 125 pontos-base, fixando-se as duas em 7,5% e 1,5%, respectivamente.

No ano em revista, continuámos a implementar acções visando incentivar o aumento e a diversificação de instituições financeiras que operam no País, bem assim o alargamento e abrangência dos serviços prestados. Com efeito, a rede de balcões de bancos aumentou em 52, elevando o número de agências bancárias em funcionamento para 572 em todo o território nacional, acrescido de 4 balcões de microbancos, para um total de 37 balcões. A

estes balcões adicionam-se ainda 8 agências de cooperativas de crédito, perfazendo 617 agências de instituições de crédito presentes em todas as capitais provinciais e municípios, e em 69 distritos do país.

De conformidade com o estabelecido no Aviso nº 03/GBM/2012, de 28 de Novembro, iniciámos a implementação efectiva das regras de Basileia II, o que demandou ao sistema bancário um esforço de organização e classificação de informação para efeitos de reporte prudencial. O activo total do sistema financeiro moçambicano cresceu em 24% em 2014, para 363.990 milhões de Meticais, maioritariamente representado pelo crédito, com um peso de 53%. O crescimento foi influenciado pelo aumento dos activos financeiros e do crédito vivo, bem como dos recursos em caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Apesar do ligeiro decréscimo verificado no rácio de solvabilidade, o sistema bancário apresentou níveis de capitalização satisfatórios, com um rácio de 15,1%, que permitiu absorver perdas resultantes de choques desfavoráveis sobre o balanço do sistema. A indústria bancária continua a mostrar sinais de Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) de 22,2% e do Activo Médio (ROA) de 2,1%.

Em Junho de 2014, o Banco de Moçambique procedeu à alteração da sua macroestrutura, resultando na criação de novas Unidades de Estrutura, respeitando o princípio de maior desagregação de funções, tendo em conta a necessidade de uma maior especialização, em face do crescimento e modernização do sector financeiro moçambicano. Assim, repartimos o então Departamento de Supervisão Bancária em três unidades e criámos a Supervisão Comportamental, a Regulamentação e Licenciamento e a Supervisão Prudencial, que incorpora no seu seio funções relativas à mitigação de crises bancárias. Tendo em vista aperfeiçoar os mecanismos de protecção do consumidor dos serviços financeiros, não só através de um melhor atendimento das suas reclamações, como também elevando os seus níveis de literacia financeira, a Supervisão Comportamental passará a conter no seu seio toda a envolvente associada à educação financeira. Tendo em vista imprimir maior dinamismo ao processo de modernização do Sistema Nacional de Pagamentos (SNP) e prevenir a ocorrência de riscos sistémicos, foi criado o Departamento de Sistemas de Pagamentos, num quadro em que decorre a formulação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, inserido no vasto programa aprovado pelo Governo de desenvolvimento do sector financeiro para o período de 2013-2022. Ainda neste âmbito, centralizámos todas as operações dos mercados doméstico e internacional no Departamento de Mercados e Gestão de Reservas Internacionais, assim

como se instituiu uma unidade vocacionada ao Licenciamento e Controlo Cambial, visando assegurar a implementação harmoniosa da regulamentação cambial, no contexto da maior exposição do país à actividade de exploração de recursos naturais em larga escala. Na esteira da participação do país num conjunto de organizações financeiras internacionais, com estreita coordenação e envolvimento do Banco de Moçambique, especializámos o Departamento de Relações Internacionais com essa finalidade, acrescida à função de Comunicação e Imagem institucional. Por fim, visando imprimir maior harmonia aos processos de organização e planeamento estratégico na nossa instituição, criámos uma unidade com essa responsabilidade.

No nosso entender, a revisão da macroestrutura destina-se a responder em tempo oportuno aos desafios que o contexto internacional, entre os quais a integração económica regional e global, demanda, num quadro de maior diversificação da economia moçambicana e do sector financeiro. Com a nova macroestrutura, de que resultaram em mais unidades do que as anteriormente existentes e mais funções de gestão, a distância entre os executores de tarefas e os gestores reduziu significativamente, traduzindo-se numa maior eficácia e em menor tempo de resposta às demandas que se impõem à instituição. A compreensão e a paciência de todos os colaboradores envolvidos foi crucial para o sucesso das alterações realizadas.

Relativamente à posição financeira do Banco de Moçambique, é de registar que as demonstrações financeiras auditadas apontam para um resultado líquido positivo de 523,128 milhares de meticais, gerado, essencialmente, por operações financeiras, mormente os ganhos nas vendas de divisas nos mercados cambial e monetário, juros das aplicações em depósitos a prazo e de títulos disponíveis para venda e detidos para negociação.

Um acontecimento que encheu de orgulho o nosso País e no qual o Banco de Moçambique esteve envolvido foi a realização entre 28 e 29 de Maio, em Maputo, da Conferência Conjunta do FMI e do Governo de Moçambique, sob o lema “África em Ascensão: Construindo o Futuro”. O evento reuniu cerca de 300 participantes, entre ministros das finanças, governadores de bancos centrais, dirigentes de instituições financeiras internacionais, representantes do sector privado e da sociedade civil de Moçambique e da África Subsaariana. Foram debatidos os desafios que África enfrenta à medida que busca consolidar os ganhos de estabilidade macroeconómica e a resiliência aos efeitos da crise económica e financeira mundial de 2008.

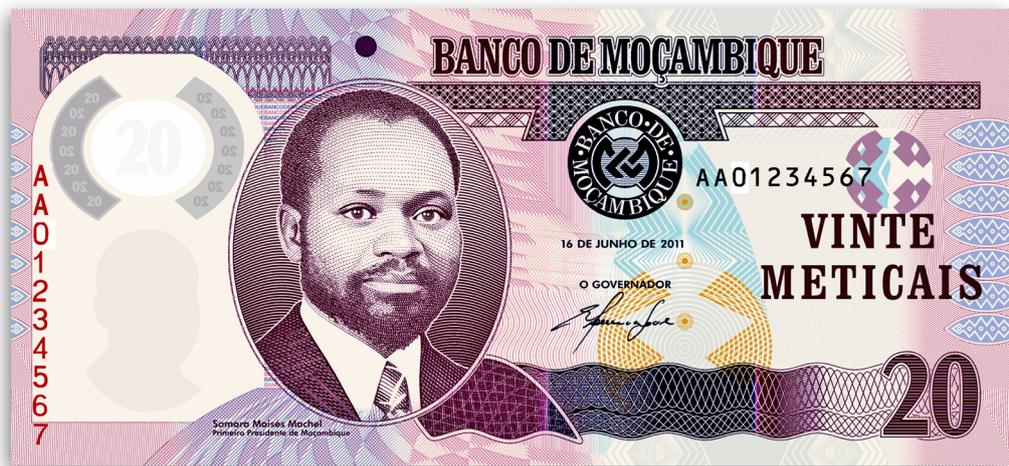
Em 2014 o Conselho de Administração do Banco passou a contar com um novo Administrador, o Dr. Paulo Maculuve, em substituição do Dr. Victor Gomes, designado para assumir a presidência do Conselho de Administração da empresa pública Caminhos de Ferro de Moçambique. Tomo o ensejo para reiterar o apreço do Banco de Moçambique pela colaboração inestimável do Dr. Victor Gomes em várias funções desempenhadas na instituição, incluindo a de membro do Conselho de Administração, assim como para endereçar votos de muitos êxitos ao Dr. Paulo Maculuve nas suas novas funções.

Na recta final do ano de 2014, procedemos ao lançamento oficial do programa de comemorações dos 40 anos de existência do Banco de Moçambique e 35 da criação do Metical, a nossa moeda nacional. Dentre várias acções, as comemorações consistiram na realização de actividades desportivas e culturais, palestras sobre diversos temas, simpósio internacional e jornadas científicas.

Aos nossos colaboradores, às instituições públicas e privadas, às instituições académicas e aos órgãos de comunicação social endereçamos o sentido reconhecimento do Banco de Moçambique por toda a colaboração e solidariedade demonstrados no ano em revista.

Ernesto Gouveia Gove

O GOVERNADOR



SUBSTRATO SINTÉTICO - POLÍMERO

Nota de 20 Meticais

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras consolidadas e separadas do Banco de Moçambique, que compreendem o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as políticas contabilísticas constantes da Nota 5 e as disposições da Lei Orgânica do Banco de Moçambique.

O Conselho de Administração é igualmente responsável pela concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras consolidadas e separadas que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas se foram preparadas em conformidade com as políticas contabilísticas constantes da Nota 5 e as disposições da Lei Orgânica do Banco de Moçambique.

Aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Nos termos dos artigos 64 e 65 da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, as demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano findo em 31 de Dezembro de 2014 indicadas no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de Junho de 2015 e vão assinadas em seu nome por:



Waldemar de Sousa

Administrador do Pelouro

de Estudos, Supervisão Prudencial e Contabilidade





KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício HOLLARD
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para o Conselho de Administração do Banco de Moçambique

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e separadas do Banco de Moçambique que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2014, as demonstrações do rendimento integral, de outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, constantes das páginas 8 a 53. Estas demonstrações financeiras foram preparadas para satisfazer as disposições da Lei Orgânica do Banco de Moçambique.

Responsabilidade da administração em relação às Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contabilísticas constantes da Nota 5 às demonstrações financeiras, e por determinar a aceitabilidade da base de preparação e pelo sistema de controlo interno que o Conselho de Administração considerar necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade dos Auditores

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria. Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Tais normas exigem, da nossa parte, o cumprimento de requisitos éticos relevantes, bem como o planeamento e a execução da auditoria de forma a obter uma certeza razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções materiais.

Uma auditoria inclui a aplicação de procedimentos que nos permitam obter evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do nosso julgamento, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, quer devidas a fraude ou erro. Ao procedermos à avaliação desses riscos, consideramos os controlos internos pertinentes para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, de modo a permitir o desenho de procedimentos de auditoria que sejam, nas circunstâncias,

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG Internacional, uma cooperativa Suíça

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

apropriados, mas não com a finalidade de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos sistemas de controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação dos princípios contabilísticos adoptados e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, assim como uma avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e adequadas para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, estas demonstrações financeiras foram preparadas, em todos aspectos materiais, de acordo com as políticas contabilísticas constantes da Nota 5 às demonstrações financeiras.



KPMG

Maputo

17 de Julho de 2015

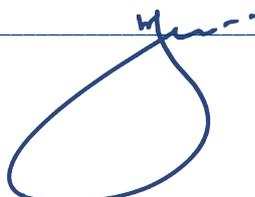
BANCO DE MOÇAMBIQUE
 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – CONSOLIDADA E SEPARADA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Montantes expressos em milhares de Meticais)

Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA		
	2014	2013	2014	2013	
Activos					
Moeda estrangeira	7	161,442	165,411	161,442	165,411
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	8	71,411,961	68,337,786	71,518,718	68,625,874
Ouro	9	7,049,491	6,314,195	7,049,491	6,314,195
Activos financeiros detidos para negociação	10	17,392,110	15,978,140	17,392,110	15,978,140
Activos financeiros disponíveis para venda	11	24,795,875	20,300,522	24,639,582	20,144,229
Propriedades, instalações e equipamento	12	8,201,176	4,745,748	8,415,793	4,919,232
Activos intangíveis	13	15,184	17,796	112,568	158,900
Outros activos financeiros	14	3,701,804	3,120,402	3,440,317	2,854,199
Flutuação de valores	15	18,480,850	19,505,954	18,480,850	19,505,954
Total dos activos		151,209,894	138,485,955	151,210,871	138,666,134
Passivos					
Notas e moedas em circulação	16	36,315,951	30,351,147	36,315,951	30,351,147
Depósitos de outras instituições	17	50,763,469	50,300,172	50,763,469	50,300,172
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	18	41,787,059	30,351,634	41,787,059	30,351,634
Financiamentos externos	19	10,974,098	10,544,195	10,974,098	10,544,195
Responsabilidades com benefícios a empregados	20	1,196,870	2,858,328	1,196,870	2,858,328
Outros passivos	21	4,964,923	9,749,476	5,126,060	9,880,635
Total dos passivos		146,002,370	134,154,952	146,163,507	134,286,109
Capital próprio					
Capital	22	2,361,314	1,798,003	2,361,314	1,798,003
Reservas estatutárias		488,412	488,412	488,412	488,412
Reservas não distribuíveis	23	1,730,316	728,247	1,608,377	697,381
Reserva de reavaliação de justo valor	23	104,354	64,539	104,354	64,539
Resultado líquido		523,127	1,251,802	430,958	1,189,187
Total do capital próprio		5,207,524	4,331,003	4,993,415	4,237,522
Interesses minoritários		-	-	53,948	142,503
Total final do capital próprio		5,207,524	4,331,003	5,047,364	4,380,025
Total dos passivos e capital próprio		151,209,894	138,485,955	151,210,871	138,666,134

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



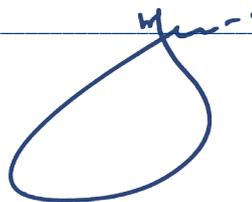
BANCO DE MOÇAMBIQUE
 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL - INDIVIDUAL E CONSOLIDADO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
		2014	2013	2014	2013
Juros e rendimentos equiparados	26.1	1,997,813	2,084,002	2,007,363	2,101,700
Juros e gastos equiparados	26.2	(1,712,158)	(1,513,322)	(1,714,561)	(1,517,215)
Margem financeira	26	285,655	570,680	292,802	584,485
Resultados de operações de moeda estrangeira e ouro	24 27	4,157,372	4,152,250	4,159,077	4,152,318
Outros rendimentos operacionais	25 28	138,684	96,063	138,924	129,373
Total de rendimentos		4,581,711	4,818,993	4,590,803	4,866,176
Gastos com o pessoal	26 29	(2,604,674)	(2,315,113)	(2,630,562)	(2,338,748)
Depreciações	9 12	(205,575)	(198,634)	(231,677)	(210,142)
Amortizações	100 13	(3,359)	(8,805)	(48,588)	(19,975)
Outros gastos operacionais	27 30	(1,244,976)	(1,044,638)	(1,337,573)	(1,108,125)
Total de gastos operacionais		(4,058,584)	(3,567,190)	(4,248,400)	(3,676,990)
Resultado líquido do exercício		523,127	1,251,802	342,403	1,189,187
Resultado Líquido Realizado		523,127	1,251,802	342,403	1,189,187
Resultado Líquido Realizado Consolidado atribuível:					
Ao BM		-	-	437,917	1,222,280
Aos Interesses minoritários		-	-	(95,514)	(33,093)

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL – SEPARADA E CONSOLIDADA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

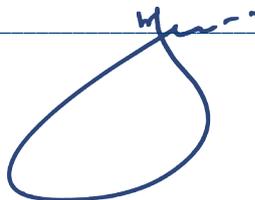
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Nota	SEPARADA		CONSOLIDADA	
		2014	2013	2014	2013
Resultado líquido do exercício		523,127	1,251,802	342,403	1,189,186
Outros rendimentos					
Alterações no justo valor - activos financeiros disponíveis para venda	11	39,815	5,500	39,815	5,500
Alterações no justo valor - Responsabilidade com benefícios a empregados	20	960,670	1,405,494	960,670	1,405,494
Total do rendimento integral		1,523,612	2,662,796	1,342,888	2,600,180

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE
 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - SEPARADA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Reservas não distribuíveis	Reservas estatutárias	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2013		248,952	59,039	1,136,281	488,412	1,911,186	3,843,870
Dividendos declarados referentes ao exercício de 2012		-	-	-	-	(1,600,554)	(1,600,554)
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2012		-	-	310,632	-	(310,632)	-
Total do rendimento integral do exercício de 2013	20	-	-	(575,109)	-	1,251,802	676,693
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	5,500	-	-	-	5,500
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	1,405,494	-	-	1,405,494
Aumento de capital		1,549,051	-	(1,549,051)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		1,798,003	64,539	728,247	488,412	1,251,802	4,331,003
Dividendos declarados referentes ao exercício de 2013		-	-	-	-	(688,491)	(688,491)
Total do rendimento integral do exercício de 2014	20	-	-	41,399	-	523,127	564,527
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	39,815	-	-	-	39,815
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	960,670	-	-	960,670
Aumento de capital		563,311	-	-	-	(563,311)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2,361,314	104,354	1,730,316	488,412	523,127	5,207,523

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

Selício de Souza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

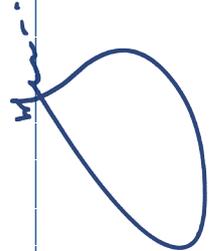
Muri

BANCO DE MOÇAMBIQUE
 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - CONSOLIDADA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Montantes expressos em milhares de Meticals)

	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Reservas não distribuíveis	Reservas estatutárias	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2013		248,952	59,039	1,123,022	488,412	1,893,578	139,439	3,952,442
Dividendos declarados referentes ao exercício de 2012		-	-	-	-	(1,600,554)	-	(1,600,554)
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2012		-	-	293,024	-	(293,024)	-	-
Total do rendimento integral do exercício de 2013	23	-	-	(575,109)	-	1,189,187	-	614,078
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros		-	5,500	-	-	-	-	5,500
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	1,405,494	-	-	-	1,405,494
Aumento de capital		1,549,051	-	(1,549,051)	-	-	3,064	3,064
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		1,798,003	64,539	697,380	488,412	1,189,187	142,503	4,380,024
Dividendos declarados referentes ao exercício de 2013		-	-	-	-	(688,491)	-	(688,491)
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2013		-	-	(91,072)	-	62,615	-	(28,457)
Total do rendimento integral do exercício de 2014	23	-	-	41,399	-	430,958	(88,555)	383,803
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros		-	39,815	-	-	-	-	39,815
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	960,670	-	-	-	960,670
Aumento de capital		563,311	-	-	-	(563,311)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2,361,314	104,354	1,608,377	488,412	430,958	53,948	5,047,364

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – SEPARADA E CONSOLIDADA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

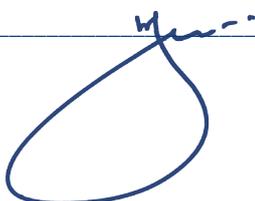
	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa de actividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	523,127	1,251,802	342,403	1,189,187
Ajustamentos para:				
Depreciações e amortizações	208,933	207,439	280,265	230,118
Custo com pensoes	159,205	95,087	159,205	95,087
Fluxo líquido das actividades operacionais	891,266	1,554,328	781,874	1,514,392
Aumento em Activos financeiro detidos para negociação (Diminuição)/Aumento em Outros activos financeiros	(1,413,970) (686,018)	(403,512) 5,044,740	(1,413,970) (690,733)	(403,512) 5,162,520
Aumento em Depósitos de outras instituições (Diminuição)/Aumento em Outros passivos	463,297 (4,784,553)	19,965,535 8,565,641	463,297 (4,754,575)	19,965,535 8,659,436
Aumento/(Diminuição) de Bilhetes de Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	12,160,554	(4,900,908)	12,160,554	(4,900,908)
(Diminuição)/Aumento da Flutuação de valores reembolsáveis pelo Estado	1,025,105	(8,019,259)	1,025,105	(8,019,258)
Variação em responsabilidades com benefícios a empregados	(818,595)	(679,737)	(818,595)	(679,737)
Fluxo líquido das alterações ao nível do capital circulante	5,945,819	19,572,500	5,971,082	19,784,076
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais	6,837,085	21,126,828	6,752,957	21,298,468
Fluxo de caixa das actividades de investimento				
Aquisição de propriedades, instalações e equipamentos	(3,661,003)	(1,262,947)	(3,728,233)	(1,291,881)
Aquisição de Activos intangíveis	(746)	(878)	(2,255)	(878)
Variação nas Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito e moeda estrangeira	(4,426,015)	(17,751,387)	(4,426,015)	(17,751,387)
Variação em Activos financeiros disponíveis para venda	(4,455,538)	(9,498,581)	(4,455,538)	(9,498,581)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento	(12,543,302)	(28,513,793)	(12,612,041)	(28,542,727)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento				
Aumento de Notas e moedas em circulação	5,964,804	4,108,981	5,964,804	4,108,981
Variação de financiamentos externos	429,903	4,878,538	429,903	4,878,538
Dividendos pagos	(688,491)	(1,600,554)	(688,491)	(1,600,554)
Aumento de Reservas	-	-	(28,464)	-
Entradas de realização de capital	-	-	-	3,064
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento	5,706,216	7,386,965	5,677,752	7,390,029
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-	(181,331)	145,768
Caixa e equivalentes de caixa no início do período *	-	-	288,088	142,822
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período *	-	-	106,757	288,088

* Devido à sua função de emissor de moeda o Banco não apresenta saldos de caixa na sua posição financeira.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Nota 1 - Base de Preparação

O BM – Banco de Moçambique (Banco) é o Banco Central da República de Moçambique e tem a sua sede em Maputo, na Av. 25 de Setembro, 1695. O seu capital está integralmente subscrito e realizado pelo Estado da República de Moçambique.

Estrutura de Relatório Financeiro

A Lei Orgânica do Banco de Moçambique não define a estrutura de relato financeiro para o Banco mas define, no seu artigo 14, o critério para o reconhecimento de ganhos e perdas cambiais não realizados resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros com os saldos denominados em moeda estrangeira e ouro. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas, determinadas pelo Conselho de Administração à seguir referidas. O Conselho de Administração considera que as políticas contabilísticas adoptadas são adequadas para os destinatários das demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A Lei requer que os ganhos e perdas cambiais sejam contabilizados como activos ou passivos e que não sejam reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Nota 2 - Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e separadas são apresentadas em Metical, que é igualmente a moeda funcional do Banco.

Nota 3 - Uso de Estimativa e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração efectue julgamentos, estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos.

As estimativas e julgamentos associados são revistos numa base contínua. As revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão apenas afectar esse período ou no período da revisão e em períodos subsequentes se a revisão afectar tanto o período actual como os períodos futuros.

As principais estimativas concentram-se nas seguintes áreas:

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e outros benefícios pós-emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego.

Recuperabilidade de outros activos

O Banco analisa periodicamente o saldo de Outros Activos, verificando se existem indícios de imparidade de forma a determinar a necessidade de reconhecer perdas por imparidade ou não. Nesta avaliação, são utilizadas as estimativas aprovadas pela Administração. A determinação da recuperabilidade de Outros Activos requer um julgamento significativo por parte da gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados e taxas de desconto aplicáveis.

O Conselho de Administração considera que as estimativas e os julgamentos efectuados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o seu desempenho financeiro em todos os aspectos materiais.

Nota 4 - Alterações nas Políticas Contabilísticas

Excepto quanto as alterações apresentadas abaixo, o Banco aplicou de forma consistente as políticas contabilísticas constantes na Nota 6 para todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Banco aplicou na preparação destas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 27 (Emendada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, emendas à "IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas", com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a se aplicada exclusivamente para as demonstrações financeiras separadas.

As emendas visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas para uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (cede e país) onde são desenvolvidas as actividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão apenas exigia a divulgação do país de sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor da emenda e a exigência de adopção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e emendas à IAS 28).

As demonstrações financeiras do Banco de Moçambique não sofreram qualquer impacto devido a aplicação desta emenda.

IAS 36 (Emendada) - Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros

O IASB emitiu, em 29 de Maio de 2013, a emenda a IAS 36 com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo das emendas foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos activos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, dos activos com imparidade.

IAS 39 (Emendada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB emitiu, em 27 de Junho de 2013, a emenda a las 39 com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo destas emendas foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (clearing counterparty) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (novação) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

IAS 32 (Emendada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, emendas à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

As emendas agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poderem ser equivalentes à liquidação numa base líquida.

As demonstrações financeiras do Banco de Moçambique não sofreram qualquer alteração devido a aplicação desta emenda tendo em conta que a política contabilística em adopção encontra-se em concordância com a orientação emitida.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com a legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras do Banco de Moçambique.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não adoptadas pelo Banco de Moçambique

IAS 19 (Emendada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente emenda clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços que exigirem que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A emenda reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço

que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo uma percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem emendas, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (*vesting*)

A emenda clarifica a definição de “condição de aquisição” (*vesting*) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da emenda visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa

A emenda clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando os segmentos operacionais tenham sido agregados. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB emendou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor presente de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial.

De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB emendou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de esclarecer que: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram emendas, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam adopção antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As emendas excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta emenda consiste na clarificação de que a excepção de portefólios aplica-se a todos os contractos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou de uso próprio

O objectivo da emenda é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de actividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e emendada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projecto em curso para proceder a emendas limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionados apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Todos os restantes activos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e a pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em lucros ou prejuízos em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento. Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em lucros ou prejuízos.

A norma exige que derivados embutidos em contractos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de lucros ou prejuízos. Com excepção desta emenda, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios da contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

O Banco de Moçambique ainda não iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma. Dada a natureza das actividades do banco, é expectável que esta norma venha a ter impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

IFRS 15 Rédito de contractos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contractos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A adopção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contractos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, e mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retracta a performance da entidade.

O Banco de Moçambique ainda não iniciou o processo de validação dos impactos decorrentes da adopção desta norma.

Nota 5 - Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco são as descritas nos pontos que se seguem e são consistentes com as aplicadas no ano transacto.

5.1. Estrutura de relatório financeiro

A Lei Orgânica do Banco não determina a estrutura de apresentação de relatório financeiro que o Banco deve adoptar, excepto no que diz respeito à política de reconhecimento de valores resultantes de variação cambial não realizada, a qual é imposta no seu Artigo 14º e que está descrita na nota 1.

Consolidação

i. Empresas subsidiárias

O Banco detém uma participação financeira na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO). Consideram-se empresas subsidiárias aquelas entidades em que o Banco detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa. Nas demonstrações financeiras individuais do Banco, a referida empresa encontra-se valorizada ao custo histórico.

As transacções entre empresas do grupo, saldos, receitas e despesas em operações entre empresas do grupo são eliminados. Os lucros e perdas resultantes de transacções entre empresas do grupo que sejam reconhecidos nos activos são também eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas do grupo.

Quando o Banco deixa de ter controlo de uma subsidiária, a quantia escriturada da participação é reavaliada ao justo valor na data da alienação, sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor de alienação reconhecida em ganhos ou perdas.

As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Banco e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

ii. Alterações nas participações em subsidiárias sem mudança de controlo

As transacções com accionistas minoritários que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transacções de capital, isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários.

A diferença entre o justo valor de qualquer contraprestação paga e a participação relevante adquirida da quantia escriturada dos activos líquidos da associada é registada no capital próprio. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registados no capital próprio.

5.2. Transacções em moeda estrangeira

Os registos contabilísticos do Banco de Moçambique são processados e mantidos em Meticals. As

transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a taxa de câmbio em vigor à data das mesmas. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor na data de relato.

Os activos não-monetários em moeda estrangeira que são valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que a transacção ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da determinação do justo valor.

Durante o exercício, o apuramento de ganhos ou perdas em operações de moeda estrangeira é efectuado moeda a moeda pelo diferencial entre o valor das transacções e o custo médio ponderado do dia, o qual é calculado com base no “método do custo líquido diário”.

Relativamente aos ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira, o Banco aplica o disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica - nº 1/92, de 3 de Janeiro, que determina que estes ganhos e perdas devem ser apresentados numa conta da demonstração da posição financeira (conta especial de Flutuação de Valores).

5.3. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de negociação.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor ajustado de custos ou proveitos incrementais directamente atribuíveis à sua origem, excepto para os activos e passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas em que estes valores são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transacção ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O justo valor é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo; ou
- Métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:
 - * Cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - * Preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se nele se transacciona de uma forma regular.

Em geral, existem preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa. Estes activos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

5.3.1. Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem as carteiras de títulos sob gestão externa que estão classificadas como detidas para negociação pelo facto de terem sido adquiridas com objectivo de venda no curto prazo.

A avaliação destes activos é efectuada com base no justo valor obtido do Custodiante. Os ganhos e perdas realizados resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

5.3.2. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não-derivados que:

- São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- Não se classificam como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, que é entendido como sendo o respectivo valor de cotação à data de relato. Exceptuam-se as acções não cotadas cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que são registadas ao custo de aquisição e em que são constituídas perdas por imparidade nos casos que se justifiquem. Quando o justo valor não é obtido através de preços de um mercado activo, o justo valor estimado é baseado em fluxos de caixa descontados usando uma taxa de juro de mercado para instrumentos cujo risco de crédito e maturidade remanescente são similares.

Sempre que as expectativas de médio prazo de mercado apontem para valorizações significativamente abaixo da cotação na data de relato, são registadas perdas por imparidade, sendo consideradas perdas permanentes apenas aquelas relativas aos instrumentos de capital.

As mais e menos valias potenciais resultantes de alterações no justo valor são reconhecidas directamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, excepto no caso de perdas por imparidade, que são reconhecidas directamente em resultados. No momento em que os activos financeiros são vendidos, alienados ou de qualquer forma desreconhecidos, as mais ou menos valias ainda reconhecidas no capital próprio são removidas e registadas em resultados. Os dividendos de instrumentos de capitais classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício quando o direito de receber os dividendos é estabelecido.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

5.3.3. Créditos e outros valores a receber

Esta rubrica abrange essencialmente os créditos concedidos pelo Banco aos trabalhadores e a bancos comerciais.

No momento inicial, os créditos e outros valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção, excepto quando os créditos forem concedidos a uma taxa fora de mercado (nesse caso o Banco regista a diferença para a taxa de mercado em gastos com o pessoal). Posteriormente, são mensurados ao custo amortizado, com base no método do juro efectivo, e sujeitos a testes de imparidade.

5.3.4. Imparidade de activos financeiros

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de uma perda resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização prolongada ou significativa na sua cotação; e (ii) para títulos não cotados, crédito concedido e outros activos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupos de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em capital próprio, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

Quando existe imparidade nos activos mensurados ao custo amortizado, a perda correspondente à diferença entre a quantia escriturada e o valor recuperável é reconhecida em resultados do período. O valor recuperável é determinado como o valor dos fluxos de caixa futuros esperados, actualizados à taxa efectiva original do activo.

5.3.5. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem notas e moedas em circulação, depósitos de outras instituições, bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado, e outros instrumentos no âmbito da política monetária, e financiamentos obtidos junto do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões consideradas incrementais à transacção, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecida na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método do juro efectivo.

5.4. Ouro

O ouro é mensurado ao preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos à data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres. As alterações ao justo valor do ouro resultantes de alterações de preço são reconhecidas em resultados.

Os ganhos e perdas cambiais em operações sobre o ouro são reconhecidos na conta especial de flutuação de valores conforme mencionado na Nota 5.1.

5.5. Propriedades, instalações e equipamentos

Os itens de propriedades, instalações e equipamentos do Banco encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui os custos que são directamente atribuíveis à aquisição dos activos.

Os custos subsequentes com os itens de propriedades, instalações e equipamentos são reconhecidos como activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todos os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gasto, de acordo com o pressuposto de acréscimos e diferimentos.

As depreciações dos itens de propriedades, instalações e equipamentos são calculadas de acordo com o critério das quotas constantes para depreciar o seu custo até ao seu valor residual. Seguem abaixo as vidas úteis esperadas das propriedades, instalações e equipamentos:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	50
Equipamento Informático	4
Veículos	4 - 5
Outras propriedades, instalações e equipamentos	10

Os valores residuais dos activos, as vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício e ajustados prospectivamente se apropriado.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o Banco estima o seu valor recuperável e reconhece uma perda por imparidade sempre que o valor líquido exceda o valor recuperável dos referidos activos. As perdas por imparidade são reconhecidas em lucros e prejuízos.

O valor recuperável é determinado pelo montante mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o valor de uso, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As propriedades, instalações e equipamentos são desreconhecidos quando são vendidos ou quando não mais for esperado obter benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou venda. Os ganhos e perdas gerados no desreconhecimento destes activos são reconhecidos em lucros e prejuízos.

5.6. Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica essencialmente os custos de aquisição de *software*, quando for expectável que os benefícios económicos se repercutem para além do exercício em que são incorridos.

As propriedades, instalações e equipamentos são amortizados de acordo com o critério das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do activo que neste momento, pelos activos intangíveis existentes, corresponde a um período de três anos.

5.7. Caixa e equivalentes de caixa

As notas e moedas que se encontram na caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas do valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua condição, não representarem moeda em circulação.

5.8. Transacções com o Governo

O Banco toma, por sua conta, várias transacções em nome do Governo, nomeadamente a abertura e a manutenção de contas para projectos patrocinados. As transacções em que o Banco apenas actua

como agente, não assumindo quaisquer riscos e benefícios, bem como os activos e os passivos que surgem na sequência destas transacções, não se encontram reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

5.9. Custos com a produção de notas e moedas

Os custos com a produção de notas e moedas são reconhecidos na rubrica de Outros Activos no momento da emissão. São amortizados por contrapartida de lucros ou prejuízos por períodos de 3 e 5 anos para notas e moedas, respectivamente, a contar da data da respectiva emissão.

5.10. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de acontecimentos passados ; (ii) seja provável que o seu pagamento resulte em fluxo de benefícios económicos; e (iii) pode ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

5.11. Responsabilidades com pensões de reforma

O Banco procedeu à constituição de um fundo de pensões separado, tendo como objectivo fazer face às responsabilidades com pensões dos seus funcionários desde 1 de Janeiro de 1993. A criação deste fundo foi efectuada mediante deliberação do Conselho de Administração do Banco.

O fundo de pensões é gerido pela Kuhanha – Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, SA.

A política adoptada pelo Banco visa assumir a responsabilidade total pelo pagamento das pensões de reforma daqueles funcionários, incluindo a atribuição de benefícios a viúvas, órfãos menores e funcionários incapacitados.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que definem-se os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e contribuição.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por um actuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas as Obrigações do Tesouro Moçambicano.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Anualmente, o Banco reconhecerá como um custo, um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) menos o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito de eventuais reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados e (v) os ganhos e perdas resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

Os componentes acima indicados são reconhecidos em “Custos com pessoal”.

5.12. Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) para o Sector Bancário Moçambicano, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos Colaboradores no activo que completem quinze, vinte e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

O Banco determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de relato para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações do Tesouro Moçambicano.

5.13. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos equiparados ou juros e gastos equiparados, utilizando o método do juro efectivo. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos equiparados ou juros e gastos equiparados, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para a quantia escriturada do activo ou passivo financeiro. A taxa efectiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juros efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

5.14. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos consoante a percentagem de prestação de serviço; e
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante do juro efectivo de um instrumento financeiro são registados pelo método do juro efectivo.

Nota 6 - Gestão do Risco Financeiro

O Banco encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de mercado (que inclui os riscos cambiais, de taxa de juro e risco de preço), risco de liquidez, risco de crédito e risco operacional.

A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro e no capital do Banco.

A gestão de riscos financeiros relacionada com a Gestão das Reservas Internacionais é conduzida pelo Departamento responsável pela gestão de reservas internacionais, sob supervisão do Comité de Gestão de Reservas Internacionais e do Conselho de Administração. O mesmo é o responsável pela identificação, avaliação e cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito, as linhas de orientação definidas pelo Conselho de Administração.

6.1. Estratégia na utilização de instrumentos financeiros

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a gestão das Reservas Internacionais, conforme as atribuições conferidas pela Lei Orgânica nº1/92 de 3 de Janeiro.

Na gestão das Reservas Internacionais, o Banco assegura a observância de boas práticas relativas aos princípios prudenciais e operacionais quanto à escolha da estrutura da carteira, composição da carteira por moedas, *duration*, *benchmarks* a ter em conta, instrumentos a transaccionar, mercados onde aplicar os seus activos e os parceiros externos a contratar.

O Conselho de Administração aprova: (i) as fontes e uso das reservas; (ii) a composição da carteira global e os critérios para a sua divisão em tranches; (iii) a maturidade média da carteira global (*duration*); (iv) os instrumentos financeiros elegíveis; (v) a qualidade de crédito mínima dos produtos financeiros e contrapartes; e (vi) os níveis decisórios e de responsabilidade relativamente à gestão de reservas.

O Banco faz internamente a gestão passiva de parte das suas reservas. Neste âmbito os recursos são aplicados em obrigações de tesouro do Governo dos Estados Unidos da América. O Banco não tem a intenção de manter estas obrigações até à maturidade, nem foram adquiridas com o objectivo de venda a curto prazo, pelo que foram classificadas como activos financeiros disponíveis para venda.

O Banco contrata igualmente gestores externos para a gestão das suas reservas, tendo em conta os *ratings* dos gestores e normativos legais em vigor. Os activos desta carteira são adquiridos com o objectivo de venda a curto prazo e são classificados como activos financeiros detidos para negociação. Apenas são detidos futuros, *forwards* e opções para efectuar a gestão de risco das carteiras de negociação. Todos os títulos detidos nestas carteiras têm taxa fixa.

É definida uma carteira de referência (*Benchmark*) para efeitos de gestão da carteira global de Reservas Internacionais, tal como um *Benchmark* específico para a carteira gerida internamente e para cada carteira sob gestão externa. São definidos limites para os desvios face ao *Benchmark*. O Banco recebe mensalmente do custodiante um relatório com os *breaches* das regras definidas para os gestores externos. No que se refere à carteira gerida internamente, é efectuada pelo Departamento responsável pela gestão de reservas internacionais uma comparação diária entre a carteira e o *Benchmark*. Mensalmente é efectuado um rebalanceamento da carteira.

Não obstante o Banco ter como referência os dados constantes nos relatórios recebidos pelo custodiante, o mesmo garante que o justo valor dos títulos reconhecido é determinado de acordo com o disposto na Nota 25 – Justo valor dos instrumentos financeiros.

No contexto da estratégia do Banco relativamente à utilização de instrumentos financeiros, o quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2014, repartidos pelas diferentes categorias segundo a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

31-12-2014	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	161,442	-	-	161,442
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	71,411,961	-	-	71,411,961
Activos financeiros detidos para negociação	17,392,110	-	-	-	17,392,110
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	24,795,875	-	24,795,875
Outros activos financeiros	-	3,701,804	-	-	3,701,804
Total de Activos financeiros	17,392,110	75,275,207	24,795,875	-	117,463,192
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	36,315,951	36,315,951
Depósitos de outras instituições	-	-	-	50,763,469	50,763,469
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	41,787,059	41,787,059
Financiamentos externos	-	-	-	10,974,098	10,974,098
Outros passivos	-	-	-	4,783,322	4,783,322
Total de Passivos financeiros	-	-	-	144,623,899	144,623,899

O quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2013, repartidos pelas diferentes categorias da referida IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

31-12-2013	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	165,411	-	-	165,411
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de	-	68,337,786	-	-	68,337,786
Activos financeiros detidos para negociação	15,978,140	-	-	-	15,978,140
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	20,300,522	-	20,300,522
Outros activos financeiros	-	3,120,402	-	-	3,120,402
Total de Activos financeiros	15,978,140	71,623,599	20,300,522	-	107,902,261
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	30,351,147	30,351,147
Depósitos de outras instituições	-	-	-	50,300,172	50,300,172
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	30,351,634	30,351,634
Financiamentos externos	-	-	-	10,544,195	10,544,195
Outros passivos	-	-	-	9,567,875	9,567,875
Total de Passivos financeiros	-	-	-	131,115,023	131,115,023

6.2. Risco de Crédito

6.2.1. Controlo de risco e políticas de mitigação

O Banco assume na sua actividade um determinado nível de exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. A Administração regula criteriosamente a exposição do Banco ao risco de crédito e risco-país, estabelecendo: (i) as classificações de crédito mínimas (*ratings*) por cada tipo de instrumento elegível, (ii) os prazos máximos por *rating* para os depósitos a prazo, (iii) os limites de concentração por *rating* das contrapartes, (iv) os limites de concentração por país e (v) os limites de risco por emissor os quais são revistos anualmente.

O Departamento de Estrangeiro verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

Para a gestão e aplicação das reservas internacionais, a Administração define igualmente quais as entidades externas habilitadas a prestar estes serviços.

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Banco a concentração de risco de crédito consistem essencialmente nas disponibilidades e aplicações sobre outras instituições de crédito, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

6.2.2. Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito a 31 de Dezembro era como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	71,411,961	68,337,786	71,518,718	68,337,786
Activos financeiros detidos para negociação	17,392,110	15,978,140	17,392,110	15,978,140
Activos financeiros disponíveis para venda	24,795,875	20,300,522	24,639,582	20,300,522
Outros activos financeiros	3,701,804	3,120,402	3,440,318	3,120,402
Total a 31 Dezembro	117,301,750	107,736,850	116,990,728	107,736,850

6.2.3. Qualidade de activos financeiros

A tabela seguinte apresenta um resumo, a 31 de Dezembro, da qualidade de crédito das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros disponíveis para venda não vencidos nem em imparidade:

31.12.2014					
	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Total
AAA	6,789,204	4,280,377	4,603,938	-	15,673,519
AA- a AA+	24,378,019	4,406,171	2,257,886	-	31,042,076
A- a A+	30,128,748	4,325,096	-	-	34,453,844
Menor que A-	5,023,576	4,380,467	-	-	9,404,043
Sem rating	5,092,414	-	17,934,051	3,701,804	26,728,269
Total	71,411,961	17,392,111	24,795,875	3,701,804	117,301,751

31.12.2013					
	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Total
AAA	14,261,314	4,058,253	1,144,653	-	19,464,220
AA- a AA+	8,644,967	4,640,797	5,001,601	-	18,287,365
A- a A+	29,656,233	49,673	-	-	29,705,906
Menor que A-	1,456,392	-	-	-	1,456,392
Sem rating	14,318,880	7,229,417	14,154,268	3,120,402	38,822,967
Total	68,337,786	15,978,140	20,300,522	3,120,402	107,736,851

6.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

A Administração define limites de concentração por prazos de maturidade, os quais são revistos anualmente. O Departamento de Estrangeiro verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

O Banco subdivide a sua carteira global de Reservas Internacionais em três tranches, definidas de acordo com os motivos que justificam a manutenção das reservas internacionais e a sua procura potencial, nomeadamente:

- **Tranche de Fundo de Maneio**, destinado a atender às necessidades mensais de liquidez estimadas para transacções correntes e potenciais intervenções no mercado cambial;
- **Tranche de Liquidez**, destinada a atender às necessidades estimadas de liquidez para cobertura de 1 a 3 meses de importações de bens e serviços e o serviço da dívida pública orçamentado para o ano em causa (maturidade até 1 ano); e
- **Tranche de Investimento**, destinada a atender às necessidades de médio e longo prazo e a contingências em períodos de crise. É constituída por qualquer excesso das reservas sobre as Tranches de Fundo de Maneio e Liquidez, no seu conjunto.

São definidos limites mínimos e máximos para as Tranches do Fundo de Maneio e Liquidez.

A gestão do risco de liquidez é elaborada com base em projecções de fluxos de caixa e através da verificação do cumprimento de limites.

A maturidade média de todos os activos que compõem a carteira, ponderada pelo respectivo valor de mercado (*duration*) da carteira de Reservas Internacionais, não poderá, em média, ser superior a 1 ano.

Em 31 de Dezembro 2014, a Tranche de Liquidez apresenta uma concentração das aplicações em instituições com *ratings* AAA, e AA-, AA+.

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros e ouro do Banco por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos e passivos financeiros tendo em conta a data em que será efectuado o pagamento, recebimento ou vencimento das operações.

Note-se que o quadro apresenta o ouro e apenas os activos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, uma vez que são estes que geram risco de liquidez para o Banco.

31 de Dezembro de 2014								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	161,442	161,442
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	25,015,155	46,371,461	-	-	-	-	-	71,386,616
Ouro	-	-	-	-	-	-	7,049,491	7,049,491
Activos financeiros detidos para negociação	-	129,257	1,824,807	13,099,861	2,313,669	24,516	25,345	17,417,455
Activos financeiros disponíveis para venda	-	388,248	2,709,037	3,332,784	431,760	-	17,934,046	24,795,875
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	3,701,804	3,701,804
Total de activos financeiros e Ouro	25,015,155	46,888,966	4,533,845	16,432,645	2,745,429	24,516	28,872,128	124,512,683
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	36,315,951	-	-	-	-	-	-	36,315,951
Depósitos de outras instituições de crédito	50,763,469	-	-	-	-	-	-	50,763,469
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37,600	-	41,749,459	-	-	-	-	41,787,059
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	10,974,098	-	10,974,098
Outros passivos	4,783,322	-	-	-	-	-	-	4,783,322
Total de passivos financeiros	91,900,341	-	41,749,459	-	-	10,974,098	-	144,623,899
31 de Dezembro de 2013								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	165,411	-	-	-	-	-	-	165,411
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	53,083,805	15,253,981	-	-	-	-	-	68,337,786
Ouro	-	-	-	-	-	-	6,314,195	6,314,195
Activos financeiros detidos para negociação	584,556	1,272,989	1,851,844	10,770,567	1,302,603	195,580	-	15,978,139
Activos financeiros disponíveis para venda	2,125	112,129	1,986,645	3,899,081	146,274	-	14,154,269	20,300,523
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	3,120,402	3,120,402
Total de activos financeiros e Ouro	53,835,897	16,639,099	3,838,489	14,669,648	1,448,877	195,580	23,588,866	114,216,456
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	30,351,147	-	-	-	-	-	-	30,351,147
Depósitos de outras instituições de crédito	50,300,172	-	-	-	-	-	-	50,300,172
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37,600	-	30,314,034	-	-	-	-	30,351,634
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	10,544,195	-	10,544,195
Outros passivos	9,567,874	-	-	-	-	-	-	9,567,874
Total de passivos financeiros	90,256,793	-	30,314,034	-	-	10,544,195	-	131,115,022

6.4. Risco de mercado

O risco de mercado corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, como, por exemplo, o risco de oscilações nas taxas de juro e de câmbio.

O Banco assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira e outros produtos expostos a movimentos do mercado.

O risco de mercado consiste no risco da taxa de juro, risco cambial e risco de preço.

6.4.1. Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os fluxos de caixa de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Aplicações sobre instituições de crédito, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e os passivos financeiros estão sujeitos ao risco de taxa de juro.

Os quadros seguintes resumem a exposição do Banco ao risco de taxa de juro.

31 de Dezembro de 2014								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	161,442	161,442
crédito	25,015,155	46,371,461	-	-	-	-	25,345	71,411,961
Activos financeiros detidos para negociação	-	129,257	1,824,807	13,099,861	2,313,669	24,516	-	17,392,110
Activos financeiros disponíveis para venda	-	388,248	2,709,037	3,332,784	431,760	-	17,934,046	24,795,875
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	3,701,804	3,701,804
Total de activos financeiros	25,015,155	46,888,966	4,533,844	16,432,645	2,745,429	24,516	21,822,637	117,463,192
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	36,315,951	36,315,951
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	50,763,469	50,763,469
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37,600	-	41,749,459	-	-	-	-	41,787,059
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	10,974,098	-	10,974,098
Outros passivos	4,783,321	-	-	-	-	-	-	4,783,321
Total de passivos financeiros	4,820,921	-	41,749,459	-	-	10,974,098	87,079,420	144,623,898
31 de Dezembro de 2013								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	165,411	165,411
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	53,083,805	15,253,981	-	-	-	-	-	68,337,786
Activos financeiros detidos para negociação	584,556	1,272,989	1,851,844	10,770,567	1,302,603	195,580	-	15,978,140
Activos financeiros disponíveis para venda	2,125	112,129	1,986,645	3,899,081	146,274	-	14,154,269	20,300,522
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	3,120,402	3,120,402
Total de activos financeiros	53,670,486	16,639,099	3,838,489	14,669,648	1,448,877	195,580	17,274,671	107,736,850
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	30,351,147	30,351,147
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	50,300,172	50,300,172
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37,600	-	30,314,034	-	-	-	-	30,351,634
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	10,544,195	-	10,544,195
Outros passivos	9,567,874	-	-	-	-	-	-	9,567,874
Total de passivos financeiros	9,605,474	-	30,314,034	-	-	10,544,195	80,651,319	131,115,022

O Banco gere o risco de taxa de juro estabelecendo *benchmarks* para as carteiras geridas externa e internamente, incluindo uma definição de *duration* por cada tranche da carteira das reservas internacionais.

Para os gestores externos, o Banco estabeleceu igualmente limites de exposição por instrumento e desvio da *duration* sobre o *benchmark*, tal como limites de perdas em relação ao *benchmark* (*stop loss*).

Em 31 de Dezembro de 2014, o efeito nos lucros ou prejuízos e capitais próprios do Banco de uma variação de +/- 25 pontos básicos na taxa de juro é de 17.695 milhares de meticaís (2013: 25.525 milhares de meticaís) e 18.057 milhares de meticaís (2013: 25.845 milhares de meticaís), respectivamente.

6.4.2. Risco cambial

O risco cambial deriva de transacções com activos e passivos denominados em moeda estrangeira. As disponibilidades, aplicações e recursos de instituições de crédito, ouro, títulos, financiamentos

externos e outros saldos em moeda estrangeira expõem o Banco ao risco cambial, ainda que em última análise o risco seja do Estado conforme explicado no parágrafo seguinte. O Banco gere este risco colocando limites à composição da carteira das Reservas Internacionais por cada moeda. A Administração aprova os limites de exposição ao risco cambial.

Decorrente da alteração da política contabilística, em 2011, mencionada na nota 2.1.1 - Transacções em moeda estrangeira, o Banco aplica o disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica. Neste contexto, os ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira são apresentados numa conta de flutuação de valores, nos activos ou passivos conforme o caso.

Em 31 de Dezembro os activos e os passivos financeiros e ouro do Banco, denominados em moeda nacional e estrangeira apresentam-se como segue:

Em 31 de Dezembro 2014

	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	147,258	3,986	357	9,931	-	(90)	161,442
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	58	22,447,128	4,933,333	3,479,429	17,841,250	4,962,072	17,748,691	71,411,961
Ouro	-	-	-	-	-	-	7,049,491	7,049,491
Activos financeiros detidos para negociação	-	13,111,733	4,280,377	-	-	-	-	17,392,110
Activos financeiros disponíveis para venda	17,898,754	6,897,121	-	-	-	-	-	24,795,875
Outros activos financeiros	(161,242,535)	65,481,626	95,381,135	(561,234)	5,066,787	1,682,312	(2,106,287)	3,701,804
Total	(143,343,723)	108,084,866	104,598,831	2,918,552	22,917,968	6,644,383	22,691,805	124,512,683
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	36,315,878	(1)	-	-	74	-	-	36,315,951
Depósitos de outras instituições de crédito	41,015,543	7,697,019	1,783,907	11,655	159,738	-	95,606	50,763,468
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	41,787,059	-	-	-	-	-	-	41,787,059
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	10,974,098	-	10,974,098
Outros passivos	174,968	1,039,895	239,853	70,216	51,018	(118,571)	3,325,942	4,783,321
Total	119,293,448	8,736,913	2,023,760	81,871	210,830	10,855,527	3,421,548	144,623,897
Posição global operacional	(262,637,171)	99,347,953	102,575,071	2,836,681	22,707,138	(4,211,144)	19,270,257	(20,111,214)

Em 31 de Dezembro 2013

	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	141,691	4,351	339	19,008	-	22	165,411
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	29,291,162	3,114,211	2,064,048	13,563,321	4,821,553	15,483,491	68,337,786
Ouro	-	-	-	-	-	-	6,314,195	6,314,195
Activos financeiros detidos para negociação	-	11,658,109	4,320,032	-	-	-	-	15,978,141
Activos financeiros disponíveis para venda	14,154,268	6,146,254	-	-	-	-	-	20,300,522
Outros activos financeiros	(60,766,112)	38,535,986	90,231,396	822,836	6,551,496	1,682,312	(73,937,511)	3,120,403
Total	(46,611,844)	85,773,202	97,669,990	2,887,223	20,133,825	6,503,865	(52,139,803)	114,216,458
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	30,351,220	1	-	-	(74)	-	-	30,351,147
Depósitos de outras instituições de crédito	-5,563,682	10,551,379	2,278,124	10,574	159,615	-	42,864,162	50,300,172
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	30,351,634	-	-	-	-	-	-	30,351,634
Financiamentos externos	-	659,663	51,121	139,441	35,322	10,544,195	-	10,544,195
Outros passivos	0	-	-	-	-	356	8,681,972	9,567,875
Total	55,139,172	11,211,043	2,329,245	150,015	194,863	10,544,551	51,546,134	131,115,023
Posição global operacional	(101,751,016)	74,562,159	95,340,745	2,737,208	19,938,962	(4,040,686)	(103,685,937)	(16,898,565)

Em 31 de Dezembro de 2014, o efeito nos lucros ou prejuízos e capital próprio de uma apreciação ou depreciação do Metical em cerca de 10% versus todas as moedas estrangeiras é de 56.903.953 milhares de meticais (2013: 23.696.573 milhares de meticais) e 3.528 milhares de meticais (2013: 2.975 milhares de meticais), respectivamente.

6.5. Risco operacional

O risco operacional pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas originadas pelo mau funcionamento de sistemas informáticos, de sistemas de transmissão e da inadequação ou falhas nos processos internos, das pessoas ou em consequência de eventos exógenos. Para a prevenção e controlo do risco operacional, o Banco tem implantado vários sistemas de controlo interno.

O cumprimento dos normativos e procedimentos internos é garantido pelo Departamento de Auditoria Interna, a quem compete zelar pela regularidade da sua observância. Entretanto, os departamentos zelam individualmente pelo cumprimento dos normativos instituídos no que respeita as operações sob sua alçada.

Nota 7 - Moeda Estrangeira

Esta rubrica decompõe-se conforme se segue:

Moeda	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
CAD	19	19	19	19
CHF	3	3	3	3
EUR	3,986	4,351	3,986	4,351
GBP	357	339	357	339
USD	147,258	141,691	147,258	141,691
ZAR	9,819	19,008	9,819	19,008
	161,442	165,411	161,442	165,411

Nota 8 - Disponibilidades e Aplicações sobre Instituições de Crédito

Quanto à sua natureza, as disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito analisam-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Disponibilidades sobre instituições de crédito				
Depósitos à ordem	20,501,235	29,969,943	20,607,992	30,093,261
Aplicações sobre instituições de crédito				
Depósitos a prazo	50,806,110	38,291,590	50,806,110	38,456,360
Juros a receber	104,616	76,253	104,616	76,253
	71,411,961	68,337,786	71,518,718	68,625,874

Em 31 de Dezembro, as taxas de juro máximas e mínimas para aplicações foram como se segue:

	2014		2013	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Até 1 Mês	1.625%	1.625%	1.35%	1.35%
De 1 a 3 Meses	0.25%	1.625%	0.25%	3.2%
De 3 a 12 Meses	0.1%	8%	0.125%	5.5%
De 1 a 3 Anos	0.05%	4.875%	0.125%	8%
De 3 a 5 Anos	0.125%	6.5%	0.25%	6.25%
Mais de 5 Anos	1.125%	5.5%	1.375%	6.5%

As disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são compostas maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão considera-se que a sua quantia escriturada à data de reporte aproxima-se do justo valor.

Nota 9 - Ouro

Esta rubrica analisa-se como segue:

Ouro em moedas e barras	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
No estrangeiro	7,049,491	6,314,195	7,049,491	6,314,195
	7,049,491	6,314,195	7,049,491	6,314,195

À data de 31 de Dezembro de 2014, as reservas de ouro, de aproximadamente 175.189,41 onças (2013: 175.189,41), foram avaliadas em USD 209.789.318 (2013: USD 209.894.432), com base no preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos, à data de relato, no Mercado de Ouro de Londres.

Nota 10 - Activos Financeiros Detidos para Negociação

Referem-se às aplicações sob custódia de gestores de recursos (*Asset Managers*) indicados pelo Banco. Em acordos separados, por eles assinados, os gestores aplicam os fundos disponibilizados em activos especificamente estipulados no acordo. Os honorários variam entre os 0,37 e 0,53 por cento do valor de mercado da carteira.

Esta rubrica analisa-se como se segue:

31.12.2014	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	Custo de aquisição	Justo valor	Custo de aquisição	Justo valor
Obrigações do Tesouro	15,613,947	14,646,806	15,613,947	14,646,806
Obrigações de outros emitentes	1,685,868	1,645,710	1,685,868	1,645,710
Outros	832,781	1,099,594	832,781	1,099,594
Total	18,132,596	17,392,110	18,132,596	17,392,110

31.12.2013	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	Custo de aquisição	Justo valor	Custo de aquisição	Justo valor
Caixa e disponibilidades	288,011	24,018	288,011	24,018
Obrigações do Tesouro	9,955,953	11,791,951	9,955,953	11,791,951
Obrigações de outros emitentes	4,389,541	3,137,112	4,389,541	3,137,112
Outros	759,537	1,025,059	759,537	1,025,059
Total	15,393,042	15,978,140	15,393,042	15,978,140

Nota 11 – Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica analisa-se como segue:

Instrumentos de Dívida	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Títulos não cotados				
De emissores residentes				
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	17,616,538	13,905,047	17,616,538	13,905,047
De emissores não residentes			-	
Obrigações do Tesouro dos EUA	6,861,829	6,116,162	6,861,829	6,116,162
	24,478,367	20,021,209	24,478,367	20,021,209
Instrumentos de capital				
Títulos não cotados				
De emissores não residentes				
Acções	146,215	108,020	146,215	108,020
De emissores residentes				
Acções	171,293	171,293	15,000	15,000
	317,508	279,313	161,215	123,020
Activos financeiros disponíveis para venda	24,795,875	20,300,522	24,639,582	20,144,229

O detalhe dos activos financeiros disponíveis para venda é apresentado de seguida:

31.12.2014

	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	17,616,538	17,616,538	17,616,538	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	-	6,861,829	5,484,045	1,377,784	-
Acções					
ao justo valor					
Afreximbank (0,59%)	-	146,215	11,574	134,641	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15,000	15,000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	156,293	156,293	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda	17,616,538	24,795,875	23,283,984	1,512,425	(534)

31.12.2013

	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	13,905,047	13,905,047	13,905,047	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	-	6,116,162	5,484,045	632,117	-
Acções					
ao justo valor					
Afreximbank (0,59%)	-	108,020	11,574	96,446	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15,000	15,000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	156,293	156,293	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda	13,905,047	20,300,522	19,572,493	728,563	(534)

As Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano representam títulos emitidos pelo Estado a favor do Banco de Moçambique, para amortização da dívida do Estado ao abrigo do artigo 14º da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique).

Desde 2008, em virtude da revisão dos termos contratuais, os títulos passaram a ter um prazo de maturidade de um ano, tacitamente renovável e remunerados a uma taxa de juro de 8%. O justo valor destas obrigações aproxima-se da quantia escriturada em 31 de Dezembro.

Os investimentos em acções não cotadas e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, são mensurados ao custo de aquisição. As demonstrações financeiras da SIMO estão consolidadas nas contas do Grupo.

Em 31 de Dezembro 2014, os Bilhetes de Tesouro do Estado Moçambicano foram apresentados na rubrica Outros activos financeiros uma vez que os activos cumprem com a definição de créditos e Outros valores a receber. Trata-se de activos reconhecidos inicialmente durante o exercício de 2013. Ver nota 15.4 – Acordos de recompra.

Nota 12 – Propriedades, Instalações e Equipamentos

O movimento ocorrido durante o exercício de 2014 para o banco, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos	Total
Quantia escriturada no início do ano	1,517,975	441,836	1,605	2,784,332	4,745,748
Adições	3,423	89,091	-	3,581,121	3,673,635
Abates	-	(12,632)	-	-	(12,632)
Depreciação do exercício	(39,810)	(165,569)	(197)	-	(205,576)
Quantia escriturada no fim do ano	1,481,588	352,726	1,408	6,365,453	8,201,176
A 31 Dezembro 2014					
Custo	1,933,512	1,545,236	5,624	6,365,453	9,849,826
Depreciações acumuladas	(451,924)	(1,192,510)	(4,216)	-	(1,648,650)
Quantia escriturada	1,481,588	352,726	1,408	6,365,453	8,201,176

O movimento ocorrido durante o exercício de 2013 para o banco, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos	Total
Quantia escriturada no início do ano	1,559,854	485,181	1,528	1,634,872	3,681,435
Adições	-	113,112	375	1,149,460	1,262,947
Depreciação do exercício	(41,879)	(156,457)	(298)	-	(198,634)
Quantia escriturada no fim do ano	1,517,975	441,836	1,605	2,784,332	4,745,748
A 31 Dezembro 2012					
Custo	1,930,090	1,469,778	5,624	2,784,332	6,189,824
Depreciações acumuladas	(412,115)	(1,027,942)	(4,019)	-	(1,444,076)
Quantia escriturada	1,517,975	441,836	1,605	2,784,332	4,745,748

O movimento ocorrido na consolidação, durante o exercício de 2014, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos	Total
Quantia escriturada no início do ano	1,549,686	554,906	1,605	2,813,035	4,919,232
Adições	3,423	93,000	-	3,644,448	3,740,871
Abates	-	(12,632)	-	-	(12,632)
Depreciação do exercício	(40,464)	(191,017)	(197)	-	(231,678)
Quantia escriturada no fim do ano	1,512,645	444,257	1,408	6,457,483	8,415,793
A 31 Dezembro 2014					
Custo	1,966,419	1,673,880	5,624	6,457,483	10,103,406
Depreciações acumuladas	(453,773)	(1,229,623)	(4,216)	-	(1,687,612)
Quantia escriturada	1,512,646	444,257	1,408	6,457,483	8,415,794

O movimento ocorrido na consolidação, durante o exercício de 2013, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos	Total
Quantia escriturada no início do ano	1,592,223	490,612	1,528	1,643,692	3,728,055
Adições	-	122,165	375	1,169,343	1,291,883
Transferência	-	109,436	-	-	109,436
Depreciação do exercício	(42,537)	(167,307)	(298)	-	(210,142)
Quantia escriturada no fim do ano	1,549,686	554,906	1,605	2,813,035	4,919,232
A 31 Dezembro 2013					
Custo	1,962,996	1,594,268	5,624	2,813,035	6,375,923
Depreciações acumuladas	(413,310)	(1,039,362)	(4,019)	-	(1,456,691)
Quantia escriturada	1,549,686	554,906	1,605	2,813,035	4,919,232

Nota 13 - Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

	<u>SEPARADA</u>	<u>CONSOLIDADA</u>
Quantia escriturada no início do ano	17,796	158,900
Adições	746	2,256
Amortização do exercício	<u>(3,358)</u>	<u>(48,588)</u>
Quantia escriturada no fim do ano	<u>15,184</u>	<u>112,568</u>
A de 31 Dezembro de 2014		
Custo	238,410	392,194
Amortizações acumuladas	<u>(223,226)</u>	<u>(279,626)</u>
Quantia escriturada	<u>15,184</u>	<u>112,568</u>

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2013 foi o seguinte:

	<u>SEPARADA</u>	<u>CONSOLIDADA</u>
Quantia escriturada no início do ano	25,723	287,433
Adições	878	878
Transferência	-	(109,436)
Amortização do exercício	<u>(8,805)</u>	<u>(19,975)</u>
Quantia escriturada no fim do ano	<u>17,796</u>	<u>158,900</u>
A 31 Dezembro de 2013		
Custo	237,664	389,938
Amortizações acumuladas	<u>(219,868)</u>	<u>(231,038)</u>
Quantia escriturada	<u>17,796</u>	<u>158,900</u>

Nota 14 - Outros Activos Financeiros

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	<u>SEPARADA</u>		<u>CONSOLIDADA</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Devedores estrangeiros	153	119	153	119
Empréstimos ao pessoal	1,269,555	1,107,365	1,269,555	1,107,365
Empréstimos sobre terceiros (recursos consignados)	808	808	808	808
Cheques em processo de liquidação	16,997	74,767	16,997	74,767
Custos com produção de notas e moedas	14.2 1,549,196	1,492,617	1,549,196	1,492,617
Economato	13,886	13,951	13,886	13,951
Outros devedores	14.3 800,250	440,318	538,764	174,115
Acordos de recompra	14.4 60,501	-	60,501	-
Valor bruto de Outros activos	<u>3,711,347</u>	<u>3,129,945</u>	<u>3,449,860</u>	<u>2,863,742</u>
Perdas por imparidade	(9,543)	(9,543)	(9,543)	(9,543)
Quantia escriturada	<u>3,701,804</u>	<u>3,120,402</u>	<u>3,440,317</u>	<u>2,854,199</u>

As perdas por imparidade referem-se à rubrica dos “Outros devedores” e não existem quaisquer movimentos na imparidade durante os exercícios de 2014 e 2013.

Com a excepção dos empréstimos ao pessoal, os activos financeiros incluídos nesta rubrica são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão a sua quantia escriturada aproxima-se do justo valor.

Os empréstimos ao pessoal são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

14.1. Empréstimos ao pessoal

De acordo com o ACT – Acordo Colectivo de Trabalho, o Banco atribui aos seus colaboradores empréstimos para habitação, viatura, educação e para outras finalidades.

14.2. Custos com a produção de notas e moedas

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

Custos com produção de notas e moedas

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Notas e moedas emitidas	522,382	546,492	522,382	546,492
Notas e moedas não emitidas	1,026,814	946,125	1,026,814	946,125
	1,549,196	1,492,617	1,549,196	1,492,617

14.3. Outros devedores

O saldo dos outros devedores corresponde a valores a receber das seguintes entidades, Sociedade de Notícias, SIMO, Fundo de pensões e outros menos significativos. Nas contas consolidadas os saldos com a SIMO são eliminados.

14.4. Acordos de recompra

Os acordos de recompra são facilidades *overnight* concedidos a bancos comerciais para cobrir faltas temporárias de liquidez.

Nota 15 - Flutuação de Valores

Os ganhos e perdas provenientes das diferenças cambiais não realizados das posições activas e passivas em moeda estrangeira, são reconhecidos numa conta da posição financeira (conta especial de flutuação de valores).

Flutuações de valor 2014

	SEPARADA	CONSOLIDADA
Flutuação de Valores - Saldo inicial	19,505,954	19,505,954
Prejuízos cambiais não realizados no exercício	(1,025,104)	(1,025,104)
Flutuação de Valores - Saldo Final	18,480,850	18,480,850

Flutuações de valor 2013

	SEPARADA	CONSOLIDADA
Flutuação de Valores - Saldo inicial	11,486,696	11,486,696
Prejuízos cambiais não realizados no exercício	8,019,258	8,019,258
Flutuação de Valores - Saldo Final	19,505,954	19,505,954

Nota 16 - Notas E Moedas Em Circulação

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Notas	44,823,129	39,624,099	44,823,129	39,624,099
Moedas	941,556	846,908	941,556	846,908
Notas e Moedas no Banco	(3,505,922)	(2,254,076)	(3,505,922)	(2,254,076)
Notas e Moedas Inutilizadas	(5,942,812)	(7,865,785)	(5,942,812)	(7,865,785)
	36,315,951	30,351,147	36,315,951	30,351,147

As notas e moedas que se encontravam na caixa do Banco à data de relato foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua condição, não representarem moeda em circulação.

O quadro seguinte apresenta o valor de notas e moedas que se encontram em circulação em 31 de Dezembro:

Notas e Moedas em Circulação (fora do Banco)	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Notas - Nova Família	35,400,744	29,528,724	35,400,744	29,528,724
Moedas - Nova Família	915,207	822,423	915,207	822,423
	36,315,951	30,351,147	36,315,951	30,351,147

Reserva Monetária

De acordo com o previsto no artigo 15º da Lei n.º 1/92, a emissão monetária do Banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais, deverá ter cobertura integral constituída por:

- Créditos sobre o Estado;
- Títulos que constituam a carteira comercial do Banco;
- Créditos concedidos a instituições de crédito em resultado de transacções de crédito garantidas por ouro; e
- Créditos resultantes de operações de empréstimos caucionados por ouro, títulos do Tesouro e títulos de Estados estrangeiros, concedidos às instituições de crédito no âmbito do artigo 41º.

O artigo 12º da Lei n.º 1/92 define que as reservas cambiais são constituídas por ouro amoadado, em barra ou lingote, prata fina e platina, direitos de saques especiais, moeda estrangeira e outros activos expressos em moeda estrangeira de convertibilidade assegurada.

À data de 31 de Dezembro de 2014, as reservas cambiais ascendiam a 102.912.067 milhares de Meticais (2013: 63.519.233 milhares de Meticais).

Nota 17 – Depósitos de outras Instituições

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro:

		SEPARADA		CONSOLIDADA	
		2014	2013	2014	2013
Depósitos em moeda nacional:					
Estado		20,810,773	20,611,168	20,810,773	20,611,168
Instituições financeiras	17.1	19,756,303	16,160,345	19,756,303	16,160,345
Credores por recursos consignados	17.2	6,892	6,798	6,892	6,798
Outros		311,182	259,137	311,182	259,137
Depósitos em moeda estrangeira:					
Estado		7,891,626	11,782,068	7,891,626	11,782,068
Instituições financeiras	17.1	1,227,210	1,028,380	1,227,210	1,028,380
Credores por recursos consignados	17.3	751,710	451,557	751,710	451,557
Depósitos de caução		451	452	451	452
Outros		7,322	267	7,322	267
		50,763,469	50,300,172	50,763,469	50,300,172

Os depósitos do Estado e das Instituições Financeiras não geram juros. Os depósitos são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão a sua quantia escriturada é ao justo valor.

17.1. Este saldo representa depósitos de bancos comerciais locais junto do Banco de Moçambique.

17.2. Este saldo representa o contravalor em moeda nacional dos financiamentos recebidos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras para empréstimo aos beneficiários destes programas de financiamento.

17.3. Este saldo respeita as contas de projectos especiais detidos em nome do Tesouro e de outras entidades residentes.

Nota 18 - Bilhetes do Tesouro Emitidos em Nome do Estado e Instrumentos Monetários

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado	40,343,426	27,630,337	40,343,426	27,630,337
Facilidades permanentes de depósitos	718,505	2,169,303	718,505	2,169,303
Juros a pagar	725,128	551,994	725,128	551,994
	41,787,059	30,351,634	41,787,059	30,351,634

Os Bilhetes do Tesouro representam títulos de dívida emitidos pelo Banco de Moçambique por um período de três, seis meses e 1 ano.

Os Bilhetes do Tesouro são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações abertas de mercado no mercado financeiro a nível local e de providenciar o Estado Moçambicano com fundos de curto prazo.

Os fundos obtidos da emissão dos Bilhetes do Tesouro são transferidos para o Estado, a pedido deste, à mesma taxa de juro praticada para o mercado e pelo período que seja acordado com o Estado. Por esta razão, a sua quantia escriturada à data de reporte é considerada aproximada ao justo valor. A taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro variou ao longo do ano entre 5,31% e 7,42%.

Nota 19 - Financiamentos Externos

O saldo desta rubrica, apresenta a seguinte decomposição:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Financiamento externo	10,974,098	10,544,195	10,974,098	10,544,195

Passivos	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Direitos especiais de saque	5,296,060	5,041,379	5,296,060	5,041,379
Facilidade para a redução da pobreza e crescimento (PRGF)	150,262	240,864	150,262	240,864
Facilidade de extensão de crédito(ESF)	5,527,776	5,261,952	5,527,776	5,261,952
Total	10,974,098	10,544,195	10,974,098	10,544,195
Activos				
Direitos especiais de saque	4,962,072	4,821,553	4,962,072	4,821,553
Total	6,012,026	5,722,642	6,012,026	5,722,642

O PRGF e ESF são financiamentos obtidos do FMI ao abrigo do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento e ao abrigo da crise financeira internacional, respectivamente. Os financiamentos estão denominados em Direitos Especiais de Saque (SDR). Os termos e condições destes financiamentos serão honrados pelo Banco e os juros potenciais incidentes sobre os mesmos foram devidamente reconhecidos.

A alocação de direitos especiais de saque (valor a pagar ao FMI) representa SDR 108.838.056, equivalente a 5.296.060 milhares de meticais, (2013: SDR 108.838.056, equivalente a 5.041.379 milhares de meticais).

Os direitos especiais de saque – activo representam a quota de Moçambique no FMI. A quantia escriturada à data de reporte é considerada aproximada ao justo valor.

Nota 20 - Responsabilidades com Benefícios a Empregados

Responsabilidades por pensões

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Pressupostos financeiros				
Taxa de desconto	9.2625%	10.3539%	9.2625%	10.3539%
Taxa de crescimento dos salários	3%	9%	3%	9%
Taxa de crescimento das pensões	3.1%	4.21%	3.1%	4.21%
Taxa de rendimento	9.2625%	10.3539%	9.2625%	10.3539%
Pressupostos demográficos				
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64	PF 60/64	PF 60/64
Data de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma
% casados	70%	70%	70%	70%

O cálculo das responsabilidades com pensões de reforma de trabalhadores no activo foi efectuado no pressuposto de que o momento de atribuição da pensão de reforma antecipada seria à primeira oportunidade, isto é, a passagem à reforma na data de verificação de 35 anos de serviço (reconhecendo os acréscimos de serviço quando aplicáveis). Para a atribuição de pensão de reforma por velhice, foi usado o pressuposto de que as mulheres reformam na data em que completam 55 anos de idade e os homens na data em que completam 60 anos.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Activos	1,019	1,036	1,037	1,054
Reformados e pensionistas	467	445	467	445
	1,486	1,481	1,504	1,499

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Depósitos a ordem	60,256	68,524	60,256	68,524
Depósitos a prazo	5,697,790	4,526,407	5,697,790	4,526,407
Obrigações de Tesouro	1,396,218	2,096,223	1,396,218	2,096,223
Obrigações privadas	1,553,460	903,085	1,553,460	903,085
Propriedades de investimentos	860,801	860,801	860,801	860,801
Participações financeiras	311,984	309,356	311,984	309,356
Outros	293,822	337,525	293,822	337,525
Valores a pagar	(525)	(62,227)	(525)	(62,227)
	10,173,806	9,039,693	10,173,806	9,039,694

As propriedades de investimento são compostas, principalmente, pelos investimentos no Millennium Park e Edifício 24 e as participações financeiras são compostas, principalmente, por acções da entidade Constellation. A rentabilidade destes activos depende dos fluxos de caixa futuros que estas entidades consigam gerar.

A rubrica valores a pagar refere-se principalmente a impostos que serão liquidados em 2015.

A aplicação da IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	11,370,676	11,898,021	11,370,676	11,898,021
Valor dos activos do Fundo de Pensões	(10,173,806)	(9,039,693)	(10,173,806)	(9,039,693)
Défice de Financiamento	1,196,870	2,858,328	1,196,870	2,858,328
Responsabilidades	1,196,870	2,858,328	1,196,870	2,858,328

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Responsabilidades em 1 de Janeiro	11,898,020	12,305,506	11,898,020	12,305,506
Custo do serviço corrente	415,238	459,345	415,238	459,345
Custo dos juros	1,249,064	1,473,378	1,249,064	1,473,378
Ganhos actuariais nas responsabilidades	(1,659,222)	(1,832,911)	(1,659,222)	(1,832,911)
Pensões pagas pelo fundo	(532,425)	(507,298)	(532,425)	(507,298)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	11,370,676	11,898,020	11,370,676	11,898,020

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões durante o ano pode ser analisada como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	9,039,693	8,041,685	9,039,693	8,041,685
Rendimento dos juros	953,116	971,953	953,116	971,953
Perdas de rendimento	(105,172)	(146,384)	(105,172)	(146,384)
Contribuições do Banco	764,559	634,868	764,559	634,868
Contribuições dos empregados	54,035	44,869	54,035	44,869
Pensões pagas pelo fundo	(532,425)	(507,298)	(532,425)	(507,298)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	10,173,806	9,039,693	10,173,806	9,039,693

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Responsabilidades por benefícios projetados Reformados e Pensionistas	5,251,483	5,452,814	5,251,483	5,452,814
Pessoal no activo	6,119,193	6,445,207	6,119,193	6,445,207
Total das responsabilidades	11,370,676	11,898,021	11,370,676	11,898,021
Valor dos activos	(10,173,806)	(9,039,693)	(9,039,693)	(9,039,693)
(Activos)/Passivos líquidos em balanço	1,196,870	2,858,328	2,330,983	2,858,328

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Custo do serviço corrente	415,238	459,345	415,238	459,345
Custo dos juros	1,249,064	1,473,378	1,249,064	1,473,378
Rendimento esperado do fundo	(953,116)	(1,016,822)	(953,116)	(1,016,822)
Custos com benefícios a empregados	71,058	68,866	71,058	68,866
Custos do exercício	782,244	984,767	782,244	984,767

Nota 21 - Outros Passivos

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Credores estrangeiros	365,055	400,046	365,055	400,046
Credores nacionais	55,309	43,676	55,788	172,016
Contas de liquidação	479,909	324	479,909	324
Gastos com pessoal	396,436	380,248	396,436	380,249
Outros encargos a pagar	3,668,214	8,925,181	3,828,872	8,928,000
Total	4,964,923	9,749,476	5,126,060	9,880,635

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão a quantia escriturada à data de reporte é considerada aproximada ao justo valor.

O valor de Outros Encargos a Pagar reflecte a alteração de procedimento no vencimento dos bilhetes do tesouro de emissão especial que passam a transitar para o exercício seguinte. Anteriormente o vencimento dos bilhetes do tesouro emitidos num determinado exercício venciam no mesmo exercício.

Nota 22 - Capital

O capital do Banco de Moçambique encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Governo da República de Moçambique, sendo de 2.361.314 milhares de meticais para 2014 e 1.798.003 milhares de meticais para 2013.

O aumento do Capital do Banco de Moçambique em 31 de Dezembro de 2014 é resultado da incorporação dos lucros obtidos em 2013 (563.311 milhares de meticais).

Nota 23 - Reservas

Reserva não Distribuível

Relativamente a 2014, o Conselho de Administração propôs a aplicação de 100% do Resultado líquido (excluindo os ganhos não realizados conforme mencionado abaixo) na proporção de 45% para aumento de capital e 55% para o Estado sob forma de dividendos (2013: 45% para Resultados não distribuídos e 55% para o Estado sob forma de dividendos).

Os ganhos não realizados associados aos investimentos em ouro, instrumentos financeiros, benefícios pós emprego e às variações cambiais de activos e passivos monetários são transferidos para as reservas não distribuíveis no processo de aplicação de resultados, impedindo assim a distribuição de resultados não realizados na forma de dividendos.

RESERVAS DE REAVLIAÇÃO DE JUSTO VALOR

Nesta rubrica encontra-se registada a variação de instrumentos de dívida e de acções no exercício. Analisa-se conforme se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Em 1 de Janeiro	64,539	59,039	64,039	59,039
De instrumentos de dívida	-	-	-	-
De acções	39,815	5,500	39,815	5,500
Total das variações do ano	39,815	5,500	39,815	5,500
Em 31 de Dezembro	104,354	64,539	103,854	64,039

Nota 24 - Justo Valor dos Instrumentos Financeiros

Para a determinação do justo valor de activos e passivos financeiros, o Banco utiliza os seguintes níveis de mensuração:

- Nível 1: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com preços de mercado ou *providers e*,
- Nível 2: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com metodologias de valorização interna, considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis quando esses estejam disponíveis. O Banco considera preços de mercado relevantes e observáveis na sua mensuração do justo valor de instrumentos financeiros quando possível.

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível hierárquico do justo valor.

31 Dezembro 2014	SEPARADA			CONSOLIDADA		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro						
Ouro	7,049,491	-	7,049,491	7,049,491	-	7,049,491
	7,049,491	-	7,049,491	7,049,491	-	7,049,491
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	14,646,806	-	14,646,806	14,646,806	-	14,646,806
Obrigações de outros emitentes	1,645,710	-	1,645,710	1,645,710	-	1,645,710
Outros	1,099,594	-	1,099,594	1,099,594	-	1,099,594
	17,392,110	-	17,392,110	17,392,110	-	17,392,110
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	17,616,538	17,616,538	-	17,616,538	17,616,538
Obrigações do Tesouro dos EUA	6,861,829	-	6,861,829	6,861,829	-	6,861,829
Outros investimentos	-	317,508	317,508	-	317,508	317,508
	6,861,829	17,934,046	24,795,875	6,861,829	17,934,046	24,795,875
	31,303,430	17,934,046	49,237,476	31,303,430	17,934,046	49,237,476
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	41,787,059	41,787,059	-	41,787,059	41,787,059
	-	41,787,059	41,787,059	-	41,787,059	41,787,059

31 Dezembro 2013	SEPARADA			CONSOLIDADA		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro						
Ouro	5,690,827	-	5,690,827	5,690,827	-	5,690,827
	5,690,827	-	5,690,827	5,690,827	-	5,690,827
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	9,898,886	-	9,898,886	9,898,886	-	9,898,886
Obrigações de outros emitentes	4,452,019	-	4,452,019	4,452,019	-	4,452,019
Outros	1,261,329	-	1,261,329	1,261,329	-	1,261,329
	15,612,234	-	15,612,234	15,612,234	-	15,612,234
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	13,905,047	13,905,047	-	13,905,047	13,905,047
Obrigações do Tesouro dos EUA	6,035,092	-	6,035,092	6,035,092	-	6,035,092
Outros investimentos	-	261,745	261,745	-	261,745	261,745
	6,035,092	14,166,792	20,201,884	6,035,092	14,166,792	20,201,884
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários		30,351,634	30,351,634		30,351,634	30,351,634
	-	30,351,634	30,351,634	-	30,351,634	30,351,634

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros registados ao justo valor e respectiva comparação com o seu custo de aquisição.

31 Dezembro 2014	SEPARADA		CONSOLIDADA		
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor	Diferença
Activos financeiros e ouro					
Ouro	7,049,491	7,049,491	7,049,491	7,049,491	-
	7,049,491	7,049,491	7,049,491	7,049,491	-
Activos financeiros detidos para negociação					
Obrigações do Tesouro	15,613,947	14,646,806	15,613,947	14,646,806	967,142
Obrigações de outros emitentes	1,685,868	1,645,710	1,685,868	1,645,710	40,157
Outros	832,781	1,099,594	832,781	1,099,594	(266,813)
	18,132,596	17,392,110	18,132,596	17,392,110	740,486
Activos financeiros disponíveis para venda					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	17,616,538	17,616,538	17,616,538	17,616,538	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	6,861,829	6,861,829	6,861,829	6,861,829	-
Outros investimentos	317,508	317,508	317,508	317,508	-
	24,795,875	24,795,875	24,795,875	24,795,875	-
Total de activos financeiros	49,977,962	49,237,476	49,977,962	49,237,476	740,486
Passivos financeiros					
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	41,787,059	41,787,059	41,787,059	41,787,059	-
Total passivos financeiros	41,787,059	41,787,059	41,787,059	41,787,059	-

31 Dezembro 2013

	SEPARADA		CONSOLIDADA		
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor	Diferença
Activos financeiros e ouro					
Ouro	6,314,195	6,314,195	6,314,195	6,314,195	-
	6,314,195	6,314,195	6,314,195	6,314,195	-
Activos financeiros detidos para negociação					
Obrigações do Tesouro	9,955,953	11,791,951	9,955,953	11,791,951	(1,835,998)
Obrigações de outros emitentes	4,389,541	3,137,112	4,389,541	3,137,112	1,252,429
Outros	759,537	1,025,059	759,537	1,025,059	(265,522)
	15,105,031	15,954,122	15,105,031	15,954,122	(849,091)
Activos financeiros disponíveis para venda					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	4,500,000	4,500,000	4,500,000	4,500,000	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	6,035,092	6,035,092	6,035,092	6,035,092	-
Outros investimentos	261,349	261,349	261,349	261,349	-
	10,796,441	10,796,441	10,796,441	10,796,441	-
	32,215,666	33,064,758	32,215,666	33,064,758	(849,091)
Passivos financeiros					
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	35,804,536	35,804,536	35,804,536	35,804,536	-
	35,804,536	35,804,536	35,804,536	35,804,536	-

Nota 25 - Rubricas Extrapatrimoniais

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Garantias e avales	177,716	-	177,716	-
Créditos documentários abertos	195,000	-	195,000	-
Transacções efectuadas em nome do Estado	17,284	28,379,880	17,284	28,379,880
	390,000	28,379,880	390,000	28,379,880

As transacções efectuadas em nome do Estado, em que o Banco não detém qualquer risco inerente à transacção, foram contabilizadas em contas extrapatrimoniais. O Banco apenas assume a função de agente intermediário nestas transacções. O saldo das transacções efectuadas em nome do Estado inclui maioritariamente o valor nominal dos Bilhetes do Tesouro, notas e moedas fabricadas que ainda não foram lançadas no mercado bem como promissórias a favor do FMI.

Nota 26 - Margem Financeira

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

26.1. Juros e rendimentos equiparados

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Juros de depósitos a prazo	1,281,366	850,101	1,290,166	861,070
Juros de títulos disponíveis para venda	431,368	907,654	431,368	907,654
Juros de títulos detidos para negociação	195,024	248,852	195,024	248,852
Juros de depósitos à ordem	6,073	3,010	6,823	9,737
Juros de créditos e adiantamentos concedidos	79,438	70,815	79,438	70,815
Outros juros	4,543	3,571	4,543	3,571
	1,997,813	2,084,002	2,007,362	2,101,700

26.2. Juros e custos equiparados

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Juros de Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Estado e Títulos Monetários	1,689,589	1,423,330	1,689,589	1,423,330
Juros de aplicações de liquidez	17,784	86,267	17,784	86,267
Outros juros e gastos similares	4,785	3,725	7,187	7,618
	1,712,158	1,513,322	1,714,560	1,517,215
Margem Financeira	285,655	570,680	292,802	584,485

O total de rendimentos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado e de activos classificados como disponíveis para venda em 2014 foi de 1.123.792 milhares de meticais (2013: 535.719 milhares de meticais) e de 431.368 milhares de meticais (2013: 907.654 milhares de meticais), respectivamente.

Nota 27 - Resultados de Operações em Moeda Estrangeira e Ouro

Esta rubrica analisa-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Resultados de vendas de divisas				
De operações em ouro	1,795,867	8,474	1,795,867	8,474
De operações em moeda estrangeira	2,361,505	4,143,776	2,363,210	4,143,844
Total	4,157,372	4,152,250	4,159,077	4,152,318

Ver nota 15 relativamente aos resultados de reavaliação cambial não realizados.

Nota 28 - Outros Rendimentos Operacionais

Esta rubrica analisa-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Comissões de Cobrança	3,906	3,413	3,906	3,413
Comissões de Transferência	1,041	1,363	1,041	1,363
Outros Serviços	4,737	914	4,737	914
Outros Proveitos Operacionais	128,799	90,106	128,799	90,106
Outros Ganhos	201	266	441	33,577
	138,684	96,063	138,924	129,373

Nota 29 - Gastos com O Pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Remunerações dos órgãos de gestão	90,135	75,718	92,190	77,351
Remunerações de empregados	2,370,237	2,092,674	2,392,391	2,109,771
Custos com benefícios a empregados - Nota 20	71,058	68,866	71,058	68,866
Encargos Sociais	70,662	70,834	70,662	70,834
Outras despesas com o pessoal	2,582	7,021	4,260	11,926
	2,604,674	2,315,113	2,630,562	2,338,748

À data de 31 de Dezembro de 2014, o número de funcionários do Banco ascendia a 1.019 (2013: 1.036).

Nota 30 - Outros Gastos Operacionais

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
Fornecimentos de terceiros	94,908	98,790	94,908	108,969
Serviços de terceiros	632,478	506,746	724,209	553,945
Custos com a produção de notas e moedas	316,396	252,897	316,396	252,897
Outros gastos	197,500	164,178	198,366	167,418
Outras perdas	3,694	22,027	3,694	24,896
Total	1,244,976	1,044,638	1,337,573	1,108,125

A rubrica de outros gastos refere-se principalmente a impostos directos no montante de 47.805 milhares de meticais em 2014 (2013: 60.029 milhares de meticais) e comissões pagas referentes a carteiras sob gestão externa no montante de 64.218 milhares de meticais em 2014 (2013: 52.852 milhares de meticais).

Nos termos do artigo 69º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), o Banco goza, nos mesmos termos que o Estado, de isenção de todas as contribuições, impostos, taxas, licenças administrativas, imposto de justiça, imposto do selo e demais disposições gerais e especiais. Contudo, a referida isenção, não abrange a obrigação de efectuar as retenções na fonte que por lei são exigidas.

A este respeito, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação do Banco durante dez (10) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal em sede de retenções de imposto, eventuais correcções. Contudo, o Conselho de Administração do Banco considera que eventuais correcções resultantes de revisões em sede de retenções na fonte (IRPC e IRPS), não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nota 31 – Partes Relacionadas

Os saldos com partes relacionadas são como segue:

31 Dezembro de 2014

	CONSOLIDADADA			Total
	Entidades do Governo	Pessoal chave de gestão	Participações	
Activos				
Activos financeiros disponíveis para venda	8,400,000	-	156,293	8,556,293
Creditos e adiantamentos	-	23,287	265,333	288,620
Total	8,400,000	23,287	421,626	8,844,913
Passivos				
Depósitos do Estado	28,702,399	-	-	28,702,399
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros	40,343,426	-	-	40,343,426
Total	69,045,825	-	-	69,045,825

31 Dezembro de 2013

	CONSOLIDADADA			Total
	Entidades do Governo	Pessoal chave de gestão	Participações	
Activos				
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	8,400,000	-	156,293	8,556,293
Creditos e adiantamentos	-	22,619	148,423	171,042
Total	8,400,000	22,619	304,716	8,727,335
Passivos				
Depósitos do Estado	17,188,725	-	-	17,188,725
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros	27,630,337	-	-	27,630,337
Outros	-	-	-	-
Total	44,819,062	-	-	44,819,062

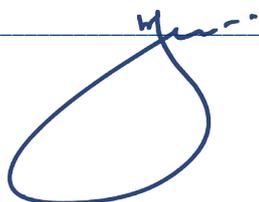
As remunerações do pessoal chave da gestão e fiscalização do Banco, são como segue:

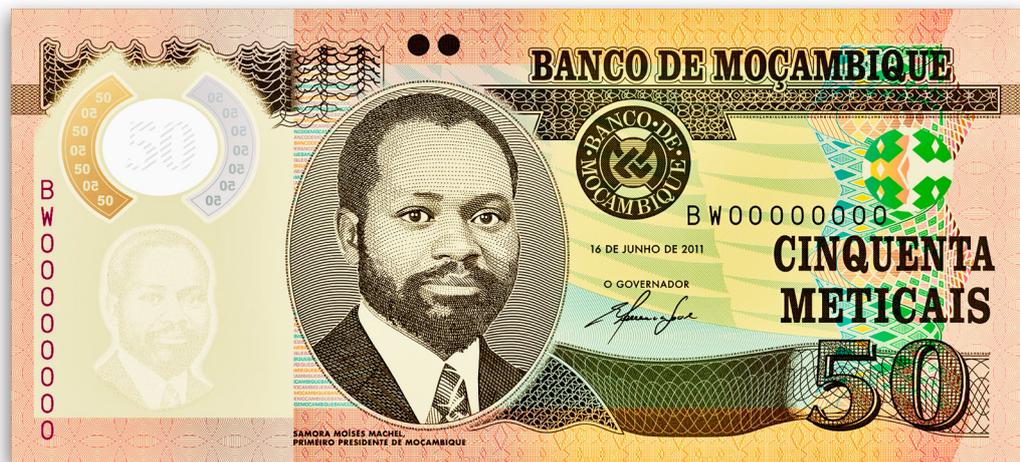
	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
	<u>Pessoal chave de gestão</u>			
Benefícios de curto prazo	75,718	90,135	92,190	77,351
Prémio de Antiguidade	-	38,504	-	38,504
	75,718	128,639	92,190	115,855

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





SUBSTRATO SINTÉTICO - POLÍMERO

Nota de 50 Meticais

SITUAÇÃO MACROECONÓMICA



2



Sumário Executivo

Em 2014, a economia global continuou a ser caracterizada por uma tendência de recuperação gradual, sustentada pelo desempenho dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, que se destacam no bloco das economias avançadas com ritmos de crescimento acelerado. Por outro lado, a Zona do Euro mostrou, ao longo do ano, níveis de crescimento ainda tímidos, mesmo assim, no sentido de recuperação, depois de dois anos consecutivos de recessão.

Do lado das economias de mercados emergentes observou-se, na generalidade, tendências de abrandamento, ressentindo-se da queda dos preços das principais mercadorias nos mercados internacionais e da reduzida procura externa ao nível global. As economias da África subsariana, por seu turno, mantiveram um crescimento relativamente robusto pelo segundo ano consecutivo, apesar de também se ressentirem da queda dos preços das mercadorias.

Em face deste contexto, aliado às perspectivas de continuação do abrandamento das economias de mercados emergentes, em particular da China e da Rússia, aos receios de estagnação da economia japonesa e à queda do preço do petróleo no mercado internacional, em Janeiro de 2015, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) reviu em baixa as perspectivas de crescimento económico global em 2015, de 3,8% para 3,5%.

A inflação desacelerou na maior parte dos países, no contexto da fraca procura global e de redução dos preços das mercadorias, onde se destaca a contribuição do petróleo. A Zona do Euro, por exemplo, terminou o ano com uma deflação de 0,2%, numa altura em que esta ameaçava espalhar-se para as outras economias desenvolvidas. Entre as exceções, destacam-se países como o Brasil e a Rússia, exportadores de Petróleo, que enfrentaram pressões inflacionárias acrescidas, fundamentalmente, devido a depreciação acelerada das suas moedas.

Nos EUA, o *Fed* decidiu pôr cobro ao programa de compras de activos financeiros, facto que se justifica pelo crescimento económico robusto e a redução do desemprego para níveis pré-crise financeira. No entanto, movimento diferente verificou-se na Zona do Euro e no Japão, onde os bancos centrais optaram por reforçar os estímulos monetários existentes, como forma de reanimar a procura, os preços e, em última instância, a produção.

A conjuntura doméstica foi marcada pela estabilidade dos preços, com a inflação anual na Cidade de Maputo a situar-se nos 1,1% em Dezembro – bem abaixo da meta estabelecida para o período, e após 2,96% em igual período de 2013. O aumento da oferta interna de bens alimentares, sobretudo as frutas e vegetais, a queda dos preços das principais mercadorias importadas, a manutenção dos preços dos bens e serviços administrados, num contexto de políticas monetária e fiscal, prudentes que permitiram a estabilidade do Metical em relação às principais moedas de referência para o comércio internacional em Moçambique, foram os principais factores de estabilidade dos preços no ano. A inflação anual agregada de Moçambique esteve, igualmente, em queda, ao situar-se em 1,93%, após 3,54% em Dezembro de 2013.

Ainda na conjuntura doméstica, o Produto Interno Bruto moçambicano registou uma expansão anual em torno de 7,4 por cento em 2014, em linha com a previsão do Governo (7,5%), e com o crescimento médio anual dos últimos quatro anos. Esta dinâmica, continua a ser favorecida pelo crescimento dos sectores de agricultura, comércio, construção, indústria extractiva e serviços financeiros, não obstante o ambiente internacional desfavorável, caracterizado pela redução dos preços das mercadorias exportadas, pela baixa procura externa, conjugado com o ambiente político menos favorável ao Investimento Directo Estrangeiro.

A execução orçamental do Estado foi também consentânea com os objectivos do Governo, tendo resultado numa redução do défice antes dos donativos para 9,7% em 2014, após 11,3% em 2013. Para tal, a receita em percentagem do PIB aumentou para 29,7%, destacando-se a colecta de mais-valias em transacções das participações das empresas licenciadas a operar no sector dos recursos minerais, o mesmo acontecendo com a despesa, que incrementou ligeiramente para 39,4%.

Como resultado da melhoria dos indicadores macroeconómicos, com destaque para a inflação e suas perspectivas de curto e médio-prazos, o Banco de Moçambique ajustou em baixa, no mês de Novembro, a taxa de juro de Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 75 pontos base, para 7,5%, tendo a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) e o Coeficiente de Reservas Obrigatórias se mantido inalterados, respectivamente em 1,5% e 8%.

A Base Monetária, variável operacional da política monetária, expandiu no ano em 20,5%, tendo, o saldo em final de Dezembro, se situado em 57.283 milhões de meticais, dominado pelo numerário com um peso de 63,8%. O saldo médio observado, ainda em Dezembro, foi 56.969 milhões de meticais, um acréscimo em 22,6% em relação igual período do ano transacto e cerca de 1.670 milhões de meticais (3,0%), em relação à meta estabelecida no programa monetário para 2014.

Ainda em 2014, o mercado cambial foi caracterizado por uma pressão no sentido de depreciação da taxa de câmbio do Metical face à moeda norte americana, particularmente, no segmento dos bancos comerciais, atingindo perdas nominais anuais em torno de 13%. Para tal, adicionalmente à tendência internacional de fortalecimento do USD, o défice de entradas de divisas no mercado doméstico, e as incertezas no mercado relacionadas com o processo eleitoral que teve lugar no ano em análise foram factores de peso na depreciação do metical.

O saldo das Reservas Internacionais Líquidas situou-se nos USD 2.882 milhões no fecho de Dezembro de 2014 – USD 265 milhões abaixo da meta, e redução de 113,7 milhões face a Dezembro de 2013. As vendas líquidas de divisas às instituições de crédito pelo Banco de Moçambique no MCI, para fazer face às importações da economia, foram o principal factor de desgaste das reservas, ao totalizarem USD 1.207,7 milhões no ano, dos quais 662,7 milhões para combustíveis, num contexto de entradas líquidas no ano de ajuda pública externa no valor de USD 1.201 milhões, dos quais USD 1.030,2 milhões consignados a projectos específicos. Aquele saldo era suficiente para cobrir em 2,9 meses de importações de bens e serviços não factoriais pelas reservas internacionais brutas, incluindo as dos grandes projectos, e 4,1 meses quando excluídas as importações dos grandes projectos.

1. Evolução Económica Internacional

1.1. Desempenho Macroeconómico

A conjuntura económica e financeira internacional em 2014 continuou a ser caracterizada por uma tendência de recuperação gradual a nível global, com os Estados Unidos da América e o Reino Unido a se destacarem no bloco das economias avançadas com um crescimento económico robusto. Do lado dos mercados emergentes observou-se, na generalidade, tendências de abrandamento, ressentindo-se dos constrangimentos de financiamento ao sector privado na China e da queda dos preços das principais mercadorias nos mercados internacionais, decorrente da reduzida procura externa. Por outro lado, apesar das economias da África subsariana enfrentarem, igualmente, problemas de queda dos preços das mercadorias, estas, mantiveram um crescimento relativamente robusto pelo segundo ano consecutivo.

A evolução do nível geral de preços nas principais economias internacionais aponta para uma desaceleração generalizada das pressões inflacionárias, tendo a Zona do Euro se deparado com variações homólogas negativas na parte final do ano. O abrandamento dos níveis de inflação em muitas economias associa-se, em parte, à queda dos preços do petróleo e da maioria dos produtos alimentares no mercado internacional, conjugado com os baixos níveis de procura agregada. Ao longo do ano assistiu-se, ainda, ao fortalecimento da moeda norte-americana, mantendo fortes ganhos nominais em relação a maioria das moedas transaccionadas, conduzindo, em alguns casos, a persistência de riscos inflacionários, em particular na Rússia, na China e no Brasil.

Foi em face deste contexto, associado, ainda, às perspectivas de continuação do abrandamento das economias emergentes, em particular as da China e da Rússia, aos receios de estagnação da economia japonesa e à queda de preços de petróleo no mercado internacional, que em Janeiro de 2015, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), reviu em baixa as perspectivas de crescimento económico global para 3,5 em 2015.

Quadro 1: **Evolução do PIB Real e Inflação nos Principais Blocos Mundiais**

Região	PIB real (%)			IPC (%)*		
	2012	2013	2014 ^a	2012	2013	2014 ^a
Economia Mundial	3,2	3,3	3,3	-	-	-
Economias Avançadas	1,2	1,3	1,8	2,0	1,4	1,4
EUA	1,6	2,2	2,4	1,4	1,5	0,8
Zona do Euro	-0,4	-0,5	0,9	1,5	1,5	-0,2
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5,1	4,7	4,4	6,1	5,9	5,4
Ásia	6,6	6,6	6,5	4,5	4,7	4,1
Europa	0,1	2,8	2,7	2,8	4,2	4,0
América Latina (Brasil)	1,0	2,5	0,3	5,4	6,2	6,3
África Subsariana	4,4	5,2	4,8	8,2	6,1	7,3

Fonte: *World Economic Outlook (October 2013 and January 2014 (Update))*

Notas: * expresso em termos de média anual. ^a Projecções.

1.1.1. Economias Avançadas

Depois de um primeiro trimestre marcado por um inverno rigoroso e consequente queda da produção nos Estados Unidos da América, esta economia, iniciou um período de recuperação da actividade económica, tendo alcançado um nível de crescimento anual em torno de 2,4%, no fecho do ano. Com este desempenho anual, os EUA mantêm-se firmes na recuperação pós-crise que se abateu sobre as economias de forma geral. A evolução positiva do PIB desta economia, ao longo do ano, tem sido reflexo da contribuição das despesas de consumo pessoal, investimento privado, crescimento das exportações líquidas bem como dos gastos do Governo.

Exceptuando o andamento robusto da economia norte-americana e do Reino Unido, esta última com um crescimento anual de 2,7%, depois de 1,7% no ano anterior, as economias da Zona do Euro apresentaram um desempenho modesto, com o PIB deste bloco a crescer em torno de 1%, por conta do baixo investimento, baixa expectativa de inflação, bem como a queda de exportações em resultado da baixa procura global.

Mesmo assim, o crescimento anual assinalado na Zona do Euro representa uma recuperação da dinâmica da actividade económica da região, depois de dois anos consecutivos de recessão económica, num contexto em que esta União tem como prioridade impulsionar um maior crescimento e evitar a deflação, socorrendo-se a política monetária acomodatória (compra de activos) esperando, ainda, o agravamento destas medidas em casos de uma fraca resposta do lado da inflação.

Por outro lado, a economia japonesa, que iniciou o ano com um crescimento anual assinalável (2,9% no primeiro trimestre), registou um ciclo de contracção económica (recessão técnica) que se prolongou até ao fecho do ano, em resultado da introdução do imposto sobre o consumo, que levou a redução da procura privada doméstica, amortecido pela expansão dos gastos em infra-estruturas. A introdução de mais estímulos, bem como o adiamento da segunda vaga de aumento do imposto do consumo espera-se que venha a ter um impacto positivo na actividade económica. Por outro lado, espera-se que com a queda do preço do petróleo a inflação volte, a médio prazo, a alcançar níveis esperados.

No que tange aos preços, o ano de 2014 foi caracterizado por um abrandamento generalizado do nível geral dos preços nas economias avançadas, exceptuando o Japão, que continua com níveis de inflação anual acima da meta e com tendências de estagnação em torno de 2,4%. A prolongada desaceleração de preços na Zona do Euro, que culminou com taxas de variação anual negativas (-0,2%) pode comprometer a recuperação económica da região, com receios de uma espiral de deflação, num contexto em que o preço do barril de *brent* continua em queda (Quadro 1).

Os EUA com níveis baixos de inflação (0,8%), altas perspectivas de crescimento económico e ainda a beneficiar do preço do petróleo, a Reserva Federal norte-americana – FED, decidiu pelo encerramento do programa de compras de activos financeiros, enquanto o Banco Central Europeu (BCE) reforçou a sua política monetária expansionista anunciando o programas de compra de

activos financeiros com vista a estimular a expansão da procura agregada e evitar uma possível espiral deflacionária. Importa referir que os Comités de Política Monetária em todas as economias avançadas mantiveram inalteradas as taxas de juro directoras ao longo de todo o ano.

No mercado cambial assistiu-se a aceleração do fortalecimento do Dólar norte-americano perante as moedas das restantes economias, devido, essencialmente, ao crescimento económico robusto dos EUA, com o Euro e o Yen a registarem maiores perdas nominais face ao Dólar (19,5% e 15,1%, respectivamente). As taxas de desemprego mantiveram uma ligeira queda, com os EUA a continuarem em mínimos históricos dos últimos cinco anos (5,6%).

1.1.2. Economias de Mercados Emergentes

Dados preliminares indicam que as economias dos países emergentes registaram um comportamento de abrandamento quase que generalizado da actividade económica, em 2014, com maior destaque para as seguintes economias: a China, o Brasil, a Rússia e a Índia, apesar da economia indiana apresentar ainda altos níveis de crescimento económico, em resultado do aumento das exportações e investimentos que compensaram a evolução desfavorável do sector agrícola que marcou o início do ano.

A China, por seu turno, em 2014, enfrentou uma fraca produção industrial devido a desaceleração do crédito ao sector privado e do investimento, bem como da procura externa, o que levou as autoridades chinesas a tomarem medidas de estímulo a actividade económica incluindo a redução da carga fiscal às pequenas e médias empresas, a aceleração de gastos em infra-estruturas e a redução das reservas obrigatórias. Em resultado destas medidas, a economia reiniciou o sentido de recuperação no segundo trimestre, não tendo ido para além dos 7,4% no fecho do ano, em linha com o objectivo definido, mesmo assim abaixo do crescimento dos anos anteriores.

Dados recentes indicam que em 2014, o Produto Interno Bruto do Brasil contraiu em três trimestres consecutivos, fechando o ano com uma variação anual do PIB em torno de -0,2%, reflectindo a queda de investimentos e do consumo, bem como baixa confiança no ambiente de negócios. Tendo em conta a tendência de subida do nível geral de preços, para além da meta estabelecida, o Banco Central do Brasil decidiu pelo aumento da taxa de juro de política (*Selic*), como forma de parar com a elevada depreciação do Real e reduzir a pressão inflacionária.

Por outro lado, a Rússia, que sofre o efeito das sanções económicas adoptadas pelos EUA e a União Europeia adicionada à queda dos preços do petróleo no mercado internacional (uma das maiores exportações do país), continuou a registar crescimentos muito abaixo do seu potencial, em consequência. Esta crise tem levado a uma cada vez maior deterioração das condições económicas, com queda de investimentos e saída de capitais, criando maior pressão sobre o Rublo que, no fecho do ano, apresentou a maior depreciação de sempre face ao Dólar (76,5%).

Tal como se observa nas economias avançadas, os países emergentes fecharam o ano 2014 com níveis baixos de inflação em relação aos níveis de 2013, com excepção da economia Russa cuja

forte depreciação da moeda local face ao USD gerou uma maior pressão inflacionária, precipitando, assim, a autoridade monetária a decidir pela revisão em alta da taxa de juro de política monetária em 8,5 pontos percentuais para 17,0%, como forma de travar a depreciação e os riscos de inflação ao mesmo tempo que se regista queda do preço de petróleo no mercado internacional.

1.1.3. África Subsaariana

A actividade económica dos países da região da África subsaariana continuou a mostrar níveis de crescimento relativamente robustos em 2014, por detrás de um forte crescimento do investimento público resultante de projectos de infra-estruturas e investimento privado nas áreas de mineração bem como na recuperação da produção agrícola em muitos países. Ainda em 2014, o Produto Interno Bruto da Nigéria foi revisto em alta (em mais de 80%), tornando, assim na maior economia da região com os sectores da indústria e serviços a representarem maior parcela da economia.

Por outro lado, contrariando a tendência robusta de grande parte da economia da África subsaariana, o crescimento sul-africano manteve-se abaixo do esperado, arrastado por prolongadas greves, baixa confiança de negócio, problemas de fornecimento de energia eléctrica, entre outros. O efeito da depreciação do Rand face ao Dólar americano foi limitado para o justé externo necessário.

Dados disponíveis referentes a evolução da conjuntura das economias da região da SADC indicam para um desempenho misto com algumas economias a expandirem a ritmos de abrandamento como é o caso das Angola, Malawi, Botswana e África do Sul, e por outro lado a Zâmbia, Moçambique e Maurícias a crescerem acima das variações anuais registadas em igual período do ano transacto.

Quadro 2: **Indicadores Macroeconómicos de Países da SADC, variação anual (%)**

	ANG	BOT	MLW	MAU	RSA	TZN	ZAM	MOZ
PIB real								
2010	3,4	7,0	6,7	4,2	2,8	6,4	7,6	6,6
2011	3,4	6,1	5,8	4,1	2,8	6,1	6,8	7,3
2012	5,2	4,3	5,0	3,4	2,5	6,8	7,3	7,4
2013	7,4	5,9	6,1	3,2	1,9 ^a	7,0	6,5	7,0
2014	4,4	5,3	5,9	3,9	1,5	n.d	7,1	7,4
IPC								
Dez-10	15,3	7,4	6,3	2,9	3,5	5,6	7,9	16,6
Dez-11	11,4	9,2	7,7	6,5	6,1	19,8	7,2	5,5
Dez-12	9,8	7,4	34,6	3,9	5,7	12,1	7,3	2,2
Dez-13	7,7	4,1	23,5	3,5	5,4	5,6	7,1	2,9
Dez-14	7,8	3,7	21,2	0,7	5,3	4,8	7,9	1,1
Taxa de câmbio*								
Dez-10	3,8	-3,2	7,1	2,8	-10,7	10,7	3,2	19,3
Dez-11	1,1	16,0	8,0	-3,0	22,2	6,7	7,0	-17,3
Dez-12	2,4	4,1	116,5	4,0	14,4	1,6	1,3	8,7
Dez-13	1,9	12,4	29,3	-1,6	23,6	0,1	6,3	1,5
Dez-14	5,6	8,9	9,6	6,5	10,5	9,2	15,87	5,51

Fontes: Autoridades Estatísticas Oficiais e *World Economic Outlook* (Janeiro 2014)

Notas: ^a previsão. ^b realizado. n.d – não disponível *Em relação ao dólar norte-americano

A evolução anual dos preços na região mostra um comportamento diferenciado, com a maior parte das economias a apresentar um abrandamento da inflação anual, excepto Angola e Zâmbia, tendo o Zimbábwe voltado a apresentar deflação anual.

Estes desenvolvimentos levaram a maior parte dos bancos centrais da região a decidirem manter inalterados os níveis de taxas de juro de referência da política monetária, excepto os da Zâmbia e Angola que aumentaram em 25 pontos base e 50 pontos base, respectivamente, para 9,0% e 12,5%, com o intuito de conter as pressões inflacionárias e o de Moçambique que reduziu 75 pontos base, para 7,50%, com vista a estimular a actividade económica.

No mercado cambial, todas moedas da região apresentaram depreciações anuais nominais perante o Dólar norte-americano reflectindo o fortalecimento da moeda dos EUA nos mercados internacionais. O Kwacha da Zâmbia e o Rand sul-africano continuaram a ser as moedas com as depreciações nominais mais elevadas.

1.2. Preços das Mercadorias

O quadro abaixo mostra a evolução do-s preços médios internacionais das principais mercadorias com impacto na conta parcial de bens da Balança de Pagamentos de Moçambique e no comportamento do Índice de Preços no Consumidor, onde é notória a tendência de queda, excepto o do alumínio que se ressentiu do encerramento de algumas unidades de fabricação na China ao longo do ano (Quadro 3).

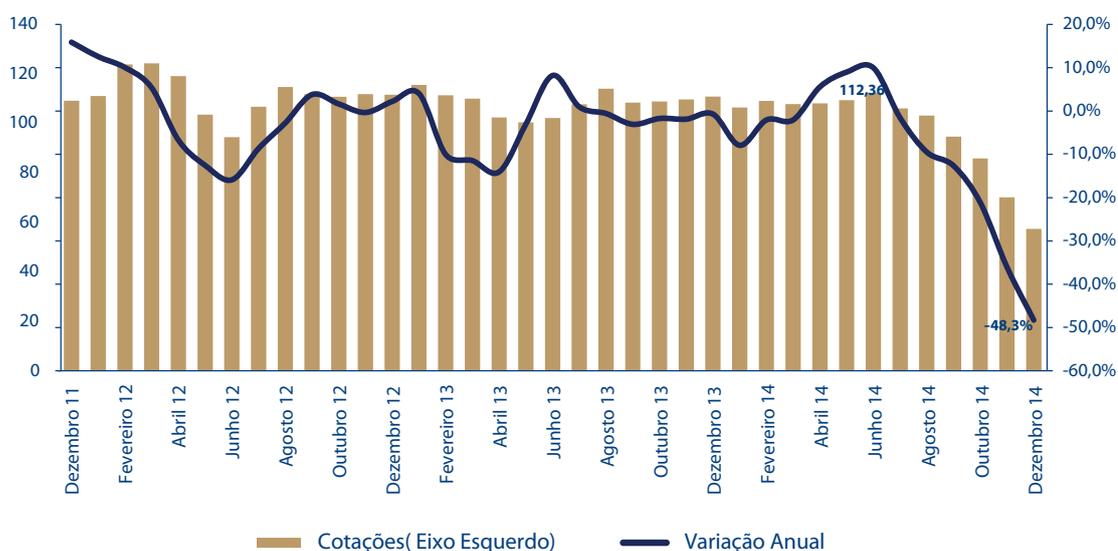
Quadro 3: **Preços de Mercadorias Seleccionadas no Mercado Internacional**

Produto	Dez-13	Mar-14	Jun-14	Set-14	Dez-14	var. anual (%)
Alumínio	1.739,8	1.705,4	1.839,0	1.990,4	1.909,5	9,8
Algodão	87,5	96,9	90,9	73,4	68,3	-21,9
Milho	197,5	222,3	202,6	163,1	178,7	-9,5
Gás natural	11,0	10,7	10,5	10,4	10,5	-4,9
Brent	110,6	107,4	111,9	97,3	62,2	-43,8
Arroz	447,5	435,3	414,7	436,5	411,0	-8,2
Açúcar	16,5	17,9	18,1	16,5	15,0	-9,1
Trigo	291,6	323,6	306,5	243,7	269,6	-7,5
Ouro	1.221,0	1.334,5	1.282,2	1.237,8	1.199,0	-1,8
Carvão Térmico	84,2	74,2	72,0	66,0	63,1	-25,1
Carvão Metalúrgico	222,3	193,3	165,3	164,8	163,0	-26,7

Fonte: Reuters & FMI

Regra geral, a redução dos preços reflecte a queda da procura nos mercados internacionais, combinada em alguns casos com o aumento da produção. Tal é, por exemplo, o caso do petróleo (Gráfico 1), produto que mais se destaca, com uma redução do preço na ordem dos 43,8% no ano, a reflectir não só a queda da procura global, como também o aumento da produção por parte de países não membros da OPEP, em particular os EUA, sem a correspondente redução daquele cartel, como seria de se esperar.

Gráfico 1: Preço do Petróleo (Brent) no Mercado Internacional



2. Conjuntura Interna

Em 2014, a Política Monetária foi implementada de forma prudente de modo a assegurar a prossecução dos principais objectivos macroeconómicos do Governo. De acordo com o programa económico e financeiro para 2014, revisto em Outubro do mesmo ano, foram definidos os seguintes parâmetros para os principais indicadores macroeconómicos:

- Crescimento anual do PIB real de 7,5%;
- Inflação média anual de 2,6% e homóloga de 3,0%;
- Saldo de reservas internacionais líquidas de USD 3.147 milhões em final de Dezembro, o equivalente em termos de reservas brutas a 3,6 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais.

Exceptuando as RIL, os principais indicadores macroeconómicos evoluíram em linha com o programa, conforme se pode ver:

- O PIB cresceu em termos acumulados no ano em 7,4%;
- A inflação média anual foi de 2,29%; e
- O saldo das Reservas internacionais Líquidas situou-se em USD 2.882 milhões, que permite que as reservas brutas cubram 2,9 meses de importações de bens e serviços não factoriais.

2.1. Sector Real

2.1.1. Preços

A. Evolução do IPC da Cidade de Maputo

Dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística indicam que a inflação anual no final de 2014 situou-se em 1,10%, correspondendo a uma desaceleração relativamente a inflação anual de 2013 (2,96%) e abaixo da meta estabelecida para o ano. A tendência de abrandamento dos preços foi ainda mais intensa na inflação média anual que passou dos 4,21% em 2013 para 2,29% em Dezembro de 2014.

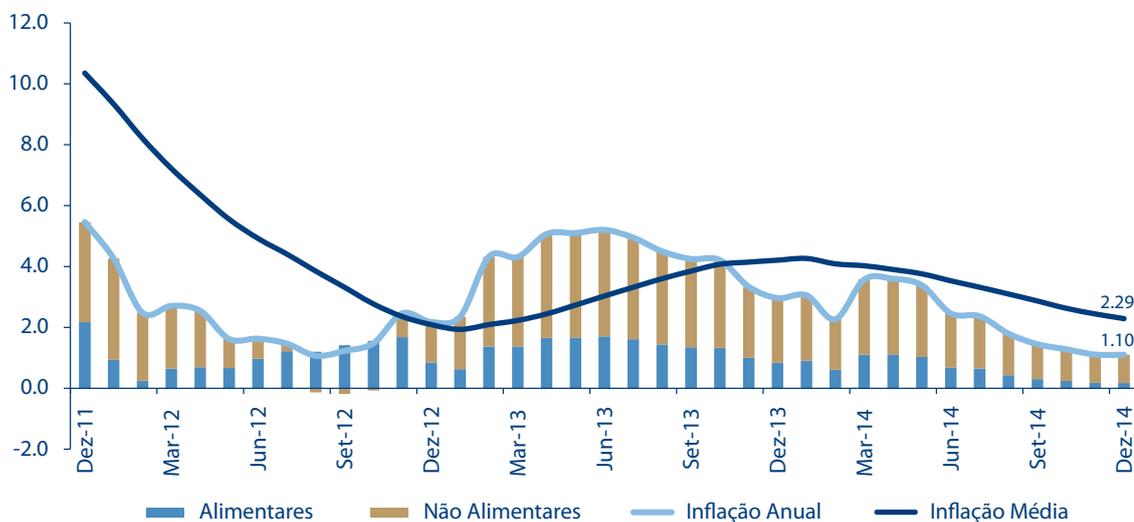
A evolução da inflação anual teve dois momentos distintos, nomeadamente:

Janeiro a Abril: assistiu-se a uma aceleração da inflação anual passando de 2,96% em Dezembro de 2013 para 3,60% em Abril de 2014, decorrente, fundamentalmente, do efeito das inundações na zona sul e centro do País, que comprometeu a produção e as vias de escoamento de algumas zonas de produção para a cadeia de comercialização.

A alta de preços neste período foi, ainda, explicada pelo encarecimento dos produtos importados da África do Sul, essencialmente, pelo efeito conjugado da aceleração dos preços de produtos alimentares ressentindo-se da pressão cambial do Metical face ao Rand.

Maió a Dezembro: Iniciou uma desaceleração que se prolongou até ao fecho do ano, reflexo de um prolongado período de variações mensais negativas (Maio a Setembro), em resultado da recuperação da produção agrícola, da queda de preços das principais matérias-primas no mercado internacional e da estabilidade do Metical face ao Rand Sul-africano. Mesmo o aumento sazonal ocorrido na parte final do ano, onde o Metical esteve sob pressão, não evitou que os ganhos acumulados entre Maio e Setembro se traduzissem no resultado alcançado de 1,1% em Dezembro.

Gráfico 2: Inflação Anual na Cidade de Maput



Fonte: INE

Da decomposição da inflação por classes de produtos e serviços com maior contribuição anual pode-se constatar o seguinte comportamento:

Produtos Alimentares – em 2014, o comportamento dos preços foi determinado, fundamentalmente, pelo abrandamento da inflação da classe de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas que encerrou o ano com uma contribuição de 0,63 pontos percentuais na inflação anual. Efectivamente, os preços deste grupo de produtos abrandaram em 86 pontos base, passando para uma variação anual de 1,63% depois de 2,49% em Dezembro de 2013, em linha com a evolução anual dos preços das frutas e vegetais (condições climatéricas para a produção de culturas de curto ciclo) e dos cereais no mercado internacional, com destaque para o milho, o arroz e o trigo.

Quadro 4: **Produtos com Maior Variação Anual (%) - Maputo**

Classe de Produtos	Dez-13	Mar-14	Jun-14	Set-14	Dez-14	Contrib.
IPC Geral	2.96	3.57	2.46	1.44	1.10	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2.49	4.25	4.22	1.71	1.63	0.63
Frutas e Vegetais	0.21	9.65	8.17	2.28	3.91	
Cereais e Derivados	10.4	2.67	2.15	1.94	1.02	
Bebidas alcoólicas e Tabaco	4.45	2.42	1.36	2.35	-0.28	-0.01
Bebidas alcoólicas	3.60	1.81	0.81	1.89	-0.48	
Vestuário e calçado	1.83	3.01	1.73	1.85	1.81	0.11
Calçado	0.72	3.81	1.27	3.43	5.39	
Habit, água, elect, gás e combustíveis	7.08	8.39	3.84	3.20	1.35	0.23
Electricidade, gás e outros combustíveis	13.22	14.91	5.66	4.34	2.46	
Mobiliário, corrente da habitação	2.83	3.01	-0.81	-0.30	-0.15	-0.01
Equipamento doméstico	-1.05	0.71	-0.38	0.30	-0.89	
Saúde	6.46	5.37	5.56	5.44	1.45	0.02
Produtos farmacêuticos e outros	2.02	0.74	1.40	2.72	3.76	
Transportes	-0.37	0.01	-1.04	-1.35	-0.53	-0.06
Aquisição de veículos	-0.95	-1.32	-2.89	-2.60	-0.22	
Serviços de transporte	-0.23	-0.13	-0.32	-0.12	0.59	
Comunicações	0.29	-2.41	-1.65	-1.97	-1.36	-0.05
Serviços de telecomunicações	0.88	-2.96	-2.09	-2.20	-1.88	
Lazer, recreação e cultura	-1.09	-0.94	-0.67	-0.57	-0.70	-0.02
Livros, jornais e artigos de papelaria	-0.36	0.09	-1.37	-1.47	-2.45	
Educação	11.51	3.75	3.75	3.75	3.75	0.13
Ensino não definível por nível	17.56	20.88	20.88	20.88	20.88	
Ensino pré-escolar e alfabetização	19.67	15.45	15.45	15.45	15.45	
Restaurantes, hotéis, cafés e similares	3.34	3.35	3.59	4.04	2.93	0.06
Serviços de alojamento	9.89	15.87	15.87	15.87	7.13	
Bens e serviços diversos	2.67	0.01	0.08	1.38	1.35	0.06

Fonte: INE

Produtos não Alimentares – os preços desta componente do IPC registaram igualmente uma desaceleração, encerrando o ano com uma inflação anual de 0,51%, após 3,37% em Dezembro de 2013. Este abrandamento é reflexo da tendência deflacionista das classes de transportes, comunicação e de lazer, recreação e cultura, devido à queda dos preços de veículos de segunda mão, do custo dos pneus para automóveis particulares, da redução dos preços dos serviços de comunicações da rede fixa e móvel e dos custos para aquisição de livros e artigos de papelaria, tendo, em conjunto, apresentado uma contribuição negativa de 0,13 pontos percentuais na inflação total do ano.

Entretanto, a tendência inflacionista das classes de habitação, educação, vestuário e serviços de hotelaria e turismo, reflectindo o aumento dos preços de outros combustíveis não líquidos como o carvão vegetal e a lenha, o ajuste em alta das matrículas e propinas escolares veio a atenuar a tendência de abrandamento dos preços com uma contribuição positiva de 0,53 pontos percentuais na inflação anual (Quadro 4).

Core Inflation – IPC da cidade de Maputo

Quadro 5: **Varição Anual do IPC da Cidade de Maputo (%)**

	Dez-13	Mar-14	Jun-14	Set-14	Dez-14
IPC	2.97	3.57	2.46	1.44	1.10
Alimentares	2.60	4.40	4.41	1.79	1.72
Frutas e Vegetais	0.21	9.65	8.17	2.28	3.91
Importados	-0.26	8.84	5.56	3.97	3.18
Não Alimentares	3.37	2.82	1.05	1.02	0.51
Combustíveis	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Importados	3.58	-0.55	0.03	-0.60	-0.92
Core Inflation					
IPCx Admin	4.05	3.60	2.32	1.16	0.73
IPCx Frut&Veg	3.49	2.38	1.40	1.29	0.59
IPCx FrutVegAdm	4.95	2.18	0.98	0.85	-0.01
IPCx Combust	3.44	3.63	2.45	1.38	1.03

Fonte: INE

O indicador da inflação usado pelo Banco de Moçambique para efeitos de monitoria do desempenho da política monetária, o *core inflation*, que tem como base a inflação geral excluindo as frutas e vegetais (IPCXFRVEG) registou uma desaceleração ao longo de todo o ano ao passar de 3,49%, em Dezembro de 2013 para 0,59% no final de 2014 (abaixo dos 1,10% de inflação geral), revelando que a volatilidade dos preços deste grupo de produtos, com ênfase para os últimos meses do ano, gerou algumas pressões inflacionárias no indicador geral.

Por seu turno, a variação do índice de preços no consumidor que exclui os produtos com preços administrados também abrandou para 0,73% em Dezembro de 2014, após 4,05% no ano anterior, em linha com o comportamento do índice que exclui os combustíveis líquidos. Este comportamento revela que a manutenção do preço dos produtos administrados contribui para suavizar a variação do nível geral de preços (Quadro 5).

Em termos gerais, o comportamento da inflação esteve em linha com o programa económico e financeiro para 2014 e foi influenciado pelos seguintes factores internos:

- Incremento da produção agrícola de frutas e vegetais e de cereais desde o segundo trimestre do ano, decorrente das condições climáticas favoráveis;
- Estabilidade da taxa de câmbio, no mercado doméstico na maior parte do ano, pese embora, no primeiro e último trimestre do ano, tenham ocorridos alguns momentos transitórios de pressão cambial;
- A manutenção de preços de bens administrados, que continua a ter um papel amortecedor sobre o nível geral de preços;

- A melhoria na coordenação das políticas monetárias e fiscal, associada à gestão prudente da política monetária.

Por seu turno, alguns factores da conjuntura internacional também contribuíram para assegurar uma maior estabilidade dos preços ao longo do ano, designadamente:

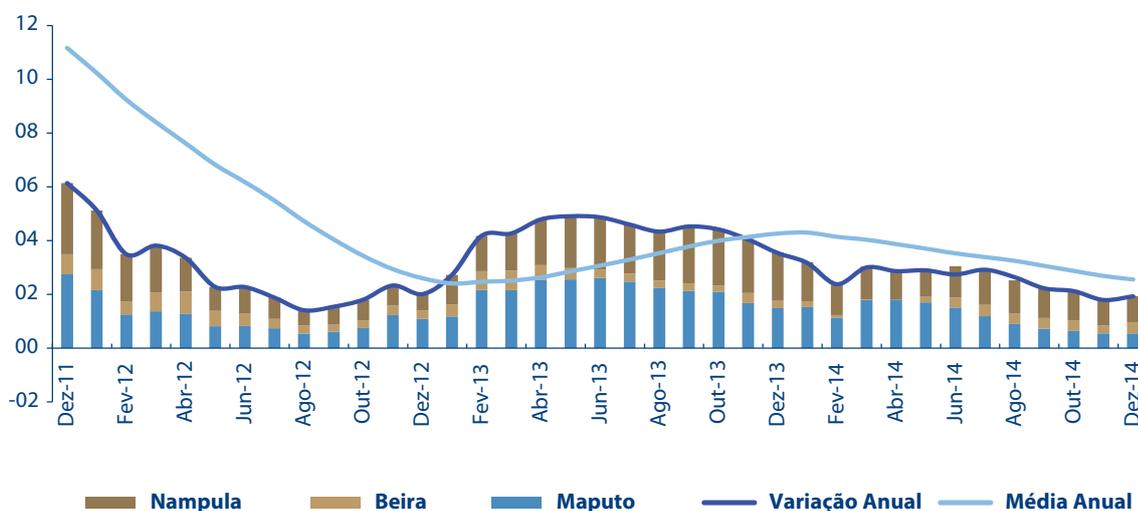
- A queda dos preços internacionais das principais mercadorias de importação, com destaque para os cereais e seus derivados;
- O abrandamento da pressão inflacionária na economia da África do Sul, com maior ênfase os últimos quatro meses do ano, em que a inflação anual passou de 6,4% em Agosto para 5,3% de Dezembro.

B. Evolução do IPC Agregado:

A inflação compilada a partir do IPC de Moçambique que agrega os índices de preços no consumidor nas cidades da Beira, Nampula e Maputo, situou-se em 1,93% em Dezembro de 2014, depois de 3,54% no período homólogo de 2013, enquanto a média móvel anual inverteu a tendência de aceleração anual observada em 2013, tendo abrandado para 2,56% no último mês do ano em análise (Gráfico 3).

O comportamento dos preços no país foi explicado pela desaceleração da evolução anual dos preços das cidades de Maputo (de 2,96% em 2013 para 1,10% em 2014) e de Nampula (de 5,23% em 2013 para 2,78% em 2014), enquanto a cidade da Beira registou uma aceleração dos preços passando para 2,68% em 2014, após 1,81% no ano transacto justificado, fundamentalmente, pelo encarecimento dos produtos alimentares reflectindo problemas de abastecimento dos mercados devido à transitabilidade condicionada de bens e serviços decorrente dos focos de tensão político militar na região centro do país na maior parte do ano.

Gráfico 3: **Evolução Anual do IPC Moçambique**



Fonte: INE

No geral, o abrandamento dos preços de produtos alimentares, nas cidades de Maputo e Nampula, foi o principal determinante do sentido de desaceleração dos preços no País ao longo do ano, conjugado com o declínio dos preços dos serviços de comunicação, da classe de mobiliário e artigos de decoração e da classe de lazer, recreação e cultura. Entretanto, esta tendência foi atenuada pelo incremento dos custos da classe de vestuário e calçado, dos serviços de educação, de restauração e hotelaria e da classe de habitação e outros combustíveis, com destaque para a subida do preço do carvão vegetal e da lenha (Quadro 6).

Quadro 6: **Classes de Produtos com maior variação anual de preços (Índice Agregado)**

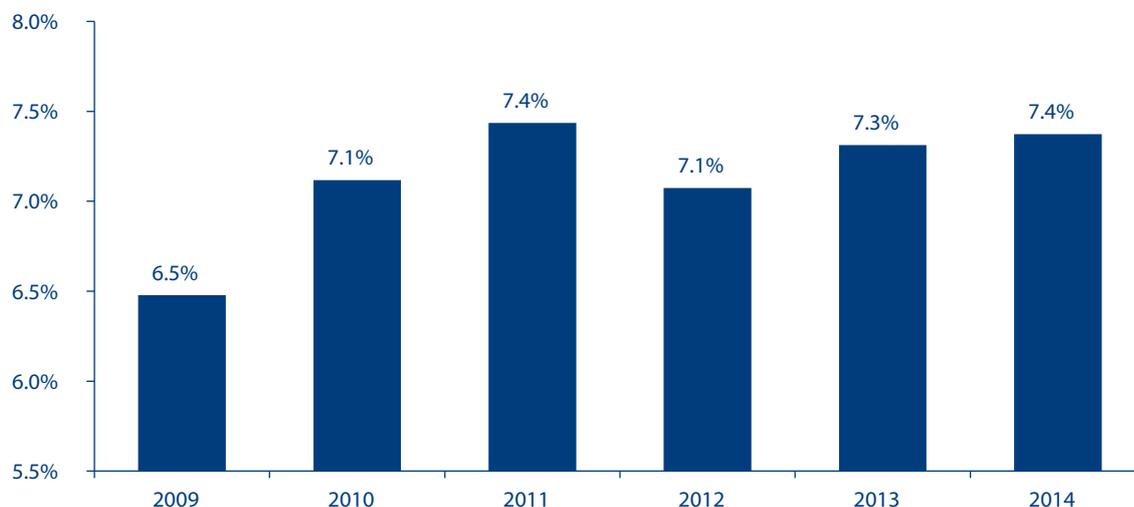
	Moçambique		Maputo	Beira	Nampula
	Dez.13	Dez.14	Dez.14	Dez.14	Dez.14
IPC Geral	3.54	1.93	1.10	2.68	2.78
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	3.84	3.24	1.63	4.33	4.53
Bebidas alcoólicas e tabaco	6.85	0.56	-0.28	-1.13	3.83
Vestuário e calçado	3.07	2.63	1.81	2.92	3.17
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	7.35	0.81	1.35	1.07	-0.49
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	1.90	-0.46	-0.15	-1.74	0.02
Saúde	4.92	1.70	1.45	2.13	2.04
Transportes	0.39	0.16	-0.53	0.97	0.86
Comunicações	2.23	-0.92	-1.36	-0.12	-0.41
Lazer, recreação e cultura	-2.28	-0.18	-0.70	0.92	-0.03
Educação	9.59	5.85	3.75	11.30	23.86
Restaurantes, hotéis, cafés e similares	3.97	3.35	2.93	1.22	5.86
Bens e serviços diversos	2.42	0.56	1.35	-0.25	-1.50

Fonte: INE

2.1.2. Produto Interno Bruto

Dados provisórios recentemente publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que em 2014 a economia moçambicana registou um crescimento acumulado de 7,4%, em linha com o crescimento económico projectado para ao ano (7,5%) e equivalente a uma aceleração de 10 pontos base face à expansão anual do PIB no ano transacto (Gráfico 4).

Gráfico 4: **Crescimento Anual do PIB (%)**



Fonte: INE

De um modo geral o crescimento acumulado da economia em 2014 decorreu da expansão do sector da agricultura, com bons resultados da campanha agrícola no período pós cheias, do incremento da produção da indústria transformadora associado ao crescimento do ramo de indústrias alimentares e bebidas e de minerais não metálicos.

Por seu turno, a indústria extractiva continuou a ser um dos sectores mais dinâmicos da economia, embora a ritmos decrescentes, seguido pelo sector de construção que foi impulsionado pelos investimentos em infra-estruturas realizados pelas autoridades governamentais e pelos grandes projectos.

A análise dos sectores da economia permite reter os seguintes aspectos:

Agricultura – aceleração do crescimento acumulado no ano para 6,4% (após 3,6% em 2013), tendo resultado em uma contribuição para o crescimento anual do PIB em 1,50 pontos percentuais, explicado pelos disponibilização dos factores de produção que permitiu suprimir os efeitos negativos das inundações para além de outros investimentos realizados para a produção de culturas de rendimento (citrinos, algodão, gergelim e tabaco).

Indústria de extracção mineira – abrandamento da evolução anual deste sector em 2,7 pontos percentuais, passando para 13,0%, decorrente da desaceleração do nível de crescimento da produção do carvão mineral, que se ressentiu de factores como a instabilidade política ao longo da linha de Sena, o descarrilamento de locomotivas e o declínio de preços internacionais. Entretanto, este abrandamento foi atenuado pelo incremento da produção do gás natural e expansão da produção de areias pesadas.

Indústria transformadora – crescimento acumulado no ano de 11,3% em 2014, após 2,1% no ano transacto, tendo resultado numa contribuição de 1,2 pontos percentuais para a expansão anual da actividade económica. O desempenho deste sector foi influenciado pelos seguintes factores: (i) dinâmica da indústria metalúrgica, com destaque para a produção do alumínio e das empresas produtoras das chapas de zinco; (ii) crescimento do ramo de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas com destaque para a produção de conservas, cereais e derivados, cervejas e vinhos; (iii) expansão da indústria de tabaco decorrente dos resultados positivos da campanha agrícola; e (iv) aumento da produção de outros minerais não metálicos com destaque para o cimento, que foi favorecido pelo incremento da produção das novas fábricas a operarem no País.

Transportes e Comunicações – desaceleração da dinâmica anual deste sector em 6,4 pontos percentuais passando para uma expansão acumulada de 3,5% em 2014, explicado pela redução do transporte rodoviário de carga e passageiros. Este foi amortecido pelos seguintes factores: (i) retorno à dinâmica do volume transporte ferroviário bem como a normalização, do trânsito das linhas férreas de Limpopo e de Ressano Garcia; (ii) a revitalização do transporte de cabotagem; e (iii) o incremento do manuseamento portuário de carga, impulsionado pela exportação do carvão. Nos serviços de comunicação destacou-se o aumento dos serviços de rede móvel e de *internet*, que permitiu suplantar a redução dos serviços de correios.

Construção - o sector manteve a tendência de crescimento anual robusto, com uma expansão acumulada de 10,5% em 2014, resultante dos investimentos realizados pelas instituições públicas e privadas na construção e reabilitação de infra-estruturas com destaque para estradas, pontes, edifícios, estabelecimentos hoteleiros e fábricas diversas.

Electricidade e Água – aceleração do crescimento anual passando de 5,5% em 2013 para 7,1% em 2014 favorecido pelo incremento da capacidade de produção de energia, decorrente dos investimentos de renovação das infra-estruturas da Hidroeléctrica de Cahora-bassa (HCB), conjugado com a entrada em funcionamento da central de energia hídrica dos Pequenos Libombos e da central de energia eléctrica com base no gás natural e *diesel* da AGGREKO.

Serviços Financeiros – crescimento acumulado de 29,6% em 2014, resultando numa contribuição de 1,6 pontos percentuais para a expansão anual da produção global.

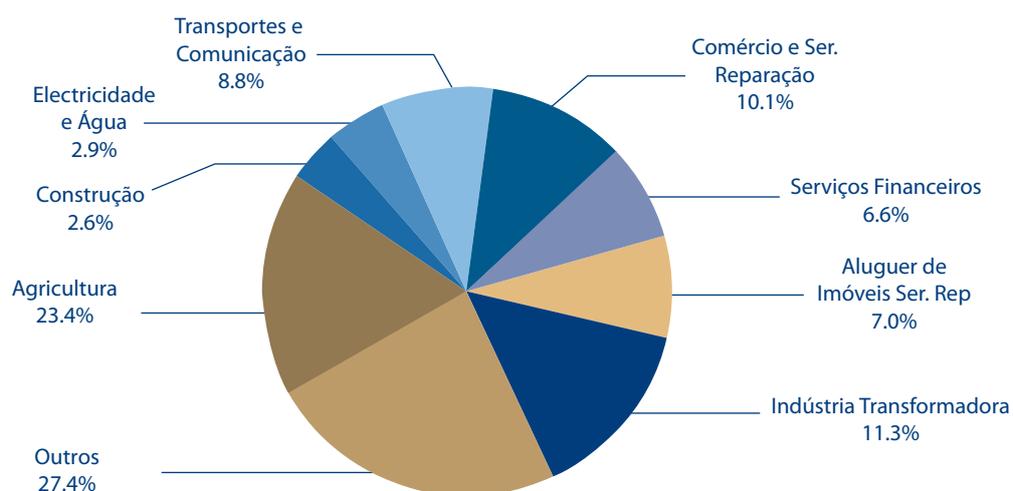
Quadro 7: Dinâmica do PIB por Sectores em %

Sectores de Actividade	Var. Anual (%)			Contribuição (pp)		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Agricultura, pecuária	1.41	3.54	6.36	0.36	0.87	1.50
Pesca	11.31	4.04	5.34	0.19	0.07	0.09
Industria Extractiva	66.54	15.72	13.02	1.15	0.42	0.38
Industria Transformadora	9.54	2.12	11.29	1.07	0.24	1.23
Electricidade e Agua	-1.49	5.54	7.08	-0.05	0.16	0.21
Construção	8.40	9.95	10.46	0.20	0.24	0.26
Comércio e Ser. Repar.	8.07	5.13	7.31	0.82	0.53	0.74
Hoteis e Restaurantes	7.60	8.43	4.62	0.21	0.24	0.13
Transportes e Comunicações	4.47	9.93	3.53	0.41	0.88	0.32
Serviços Financeiros	20.00	32.24	29.58	0.80	1.44	1.62
Aluguer de Imóveis Ser. Rep	6.61	6.43	1.16	0.50	0.48	0.09
Outros	6.92	8.55	3.92	1.41	1.73	0.81
PIB a preços de mercado	7.1	7.3	7.4	7.1	7.3	7.4

Fonte: INE

Com estas dinâmicas, a análise da estrutura do PIB mostra que a agricultura, a pecuária, a silvicultura e actividades relacionadas continuou a ser o sector de maior peso na economia com 23,4%, seguido pela indústria transformadora com 11,3%, comércio e serviços de reparação (10,1%), transportes e comunicação (8,8%) e serviços financeiros (6,6%).

Gráfico 5: Estrutura do PIB por Sectores (%)



Fonte: INE

2.2. Finanças Públicas

Em 2014, as políticas fiscal e orçamental foram orientadas em linha com as prioridades do PARP, assentes no alargamento da base tributária, com vista à promoção do investimento público na área de infra-estruturas e desenvolvimento dos sectores sociais, não descurando da eficiência dos elevados investimentos públicos num cenário de redução gradual das despesas correntes.

Os resultados da execução das mesmas políticas mostram um incremento da proporção da receita no PIB e um ligeiro aumento da despesa, o que levou a uma desaceleração do défice antes e depois dos donativos para -9,7% após -11,3% em 2013 (Quadro 8).

Quadro 8 : **Indicadores Orçamentais Seleccionados (em % do PIB¹)**

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas Totais	20,2	22,6	23,8	27,4	29,7
Despesas Totais	31,7	37,0	32,9	38,7	39,4
Despesas Correntes	18,9	20,0	19,7	20,7	22,2
Despesas de Investimento	13,1	15,9	12,2	15,7	14,4
Saldo Global Antes dos Donativos	-11,6	-14,4	-9,1	(11,3)	(9,7)
Donativos	8,3	8,0	5,3	6,6	4,0
Saldo Global Após Donativos	-3,3	-6,3	-3,8	(4,8)	(5,7)
Crédito Líquido ao Governo	-0,5	1,5	0,7	(1,0)	0,8

Fonte: Ministério das Finanças

Em termos quantitativos, a execução orçamental pode ser caracterizada nos seguintes termos (Quadro 9):

- A receita colectada em 2014 atingiu 156.244 milhões de meticais, correspondente a um nível de realização 102,1 milhões de meticais e um incremento nominal de 29,7% face a 2013, cerca de 2,3 pontos percentuais acima observado no ano anterior;
- A despesa realizada e os empréstimos líquidos totalizaram 207.372 milhões de meticais, dos quais 116.783 milhões são de funcionamento, 75.739 de investimento e o remanescente resultou de operações financeiras. O nível de execução da despesa foi de 83,2%, representando um incremento nominal de 19,5% face a 2013; e
- O défice global antes de donativos situou-se em 51.128,3 milhões de meticais, equivalente a 9,7% do PIB, cerca de 1,6 pontos percentuais abaixo do observado em 2013, reduzindo para 30.010,3 milhões de meticais após os donativos, equivalente a 5,7% do PIB (Quadro 9).

¹ Os dados de 2013 foram actualizados com base no último mapa fiscal, enquanto os de 2014 são ainda provisórios

Quadro 9 : Programa de Execução Orçamental (milhões de meticais)

Rubricas	Realizado		Variação Nominal 2014 (%)	Em % do PIB	
	2013	2014		2013	2014
	Jan -Dez	Jan -Dez		Jan -Dez	Jan -Dez
Receitas Totais	126,319	156,244	23.7	27.4	29.7
Receitas Fiscais	122,694	153,359	25.0	26.6	29.1
Receitas Não Fiscais	3,500	4,442	26.9	0.8	0.8
Receitas Próprias	3,987	5,213	30.8	0.9	1.0
Receitas de Capital	3,624	2,885	(20.4)	0.8	0.5
Taxas e Receitas Consignadas	7,664	8,698	13.5	1.7	1.7
Despesas Totais e Empr. Líquidos	178,520	207,372	16.2	38.7	39.4
Despesa Corrente	95,655	116,783	22.1	20.7	22.2
Despesa de Investimento	72,301	75,739	4.8	15.7	14.4
Empréstimos Líquidos	10,565	9,199	(12.9)	2.3	1.7
Outras Despesas/Receitas	-	5,651	-	-	1.1
Donativos	30,233	21,118	(30.2)	6.6	4.0
Indicadores de Desempenho Fiscal					
Saldo Global. Antes Donativos	(52,201.1)	(51,128.3)	(2.1)	(11.3)	(9.7)
Saldo Global. Após Donativos	(21,967.7)	(30,010.3)	36.6	(4.8)	(5.7)

Fonte: Ministério das Finanças

2.2.1. Receitas

Do total de receitas arrecadadas em 2014, cerca 98,2% são fiscais e o remanescente é constituído por outras categorias de receitas, nomeadamente, as receitas não fiscais (2,8%), receitas próprias (3,3%), receitas de capital (1,8%) e taxas e receitas consignadas (5,6%).

A análise das componentes das receitas fiscais permite reter o seguinte:

Impostos sobre os rendimentos: o montante colectado nesta rubrica foi de 63.202,2 milhões de meticais, equivalente a um crescimento nominal de 28,0% face a 2013 e um nível de realização de 106,5%. Refira-se também que parte significativa da receita colectada nesta categoria de impostos provém do IRPC (71%), destacando-se os 18.054 milhões (USD 590 milhões) provenientes das mais-valias sobre a venda de activos das empresas que operam no sector de recursos naturais.

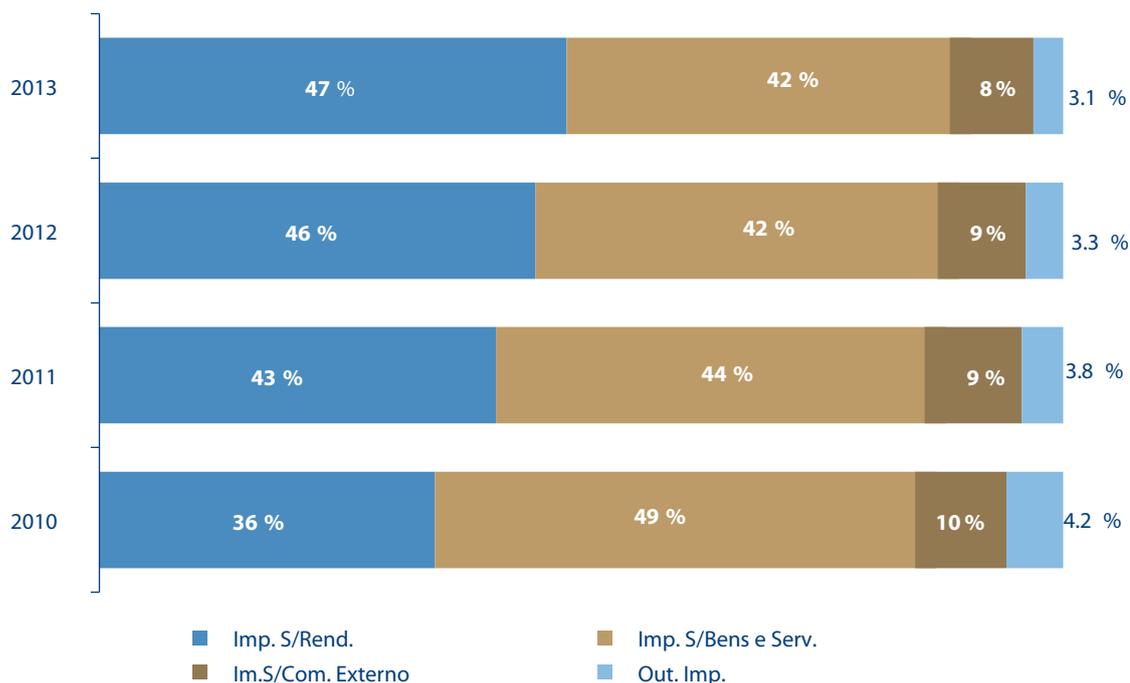
Imposto sobre bens e serviços - O montante arrecadado no ano foi de 67.660,8 milhões de meticais, equivalente a um nível de realização 100,1% e um incremento de 23,9% face ao ano anterior. À semelhança do ano anterior, a maior colecta verificou-se no Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), cujo montante alcançado foi de 48.740 milhões de meticais (cerca de 72% do total cobrado nesta rubrica).

Outros impostos - O valor arrecadado nesta categoria ascendeu aos 4.142,5 milhões de meticais, representando um incremento de cerca de 17% face a 2013. Os Impostos sobre os Combustíveis (1.756 milhões de meticais) e Impostos do Selo (1.126 milhões de meticais) foram as subcategorias que registaram fluxos significativos.

Receitas Não Fiscais – Incrementaram em 26,9% face ao ano precedente, ao totalizarem 4.442 milhões de meticais, dos quais se destacam: (i) Compensação (2.815 milhões) e (ii) Taxas sobre Serviços Diversos (1.239 milhões de meticais).

No período em análise, destaca-se ainda o facto das receitas de capital terem atingido 2.885 milhões de meticais, cerca de 90,5% do programado, representando um decréscimo de 20%, face ao ano anterior. Deste valor, 746,4 milhões de meticais são receitas provenientes das concessões, com destaque para: (i) Hidroelétrica de Cahora Bassa (463,2 milhões de meticais), (ii) Maputo Port Development Company (78,9 milhões de meticais) e (iii) Mozambique Community Network (55,0 milhões de meticais).

Gráfico 6: **Estrutura das Receitas Fiscais**

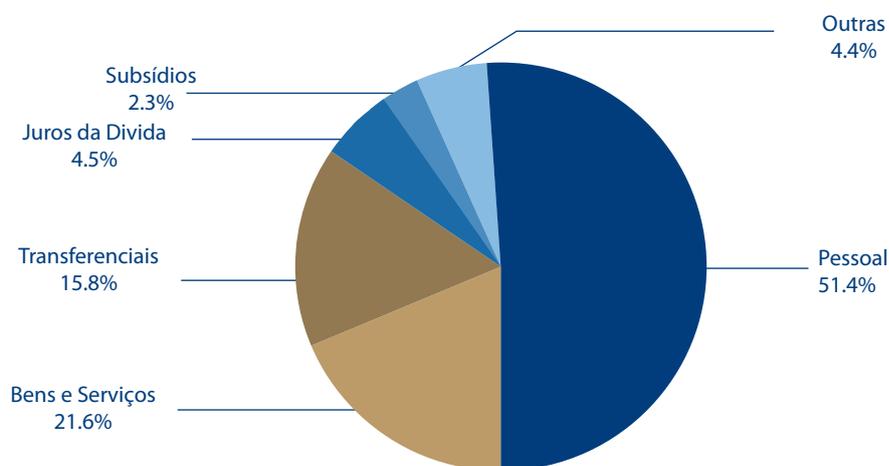


2.2.2. Despesas Totais e Empréstimos Líquidos²

A. Despesa Corrente

Em 2014, o total das despesas correntes foi de 116.783,3 milhões de metcais, equivalente a uma expansão anual nominal de 22,1%, correspondendo a 96,3% da dotação orçamental. Na análise desagregada das despesas correntes o destaque vai para as seguintes rubricas:

Gráfico 7: **Estrutura das Despesas Correntes - 2013**



- Despesas com pessoal – os gastos com pagamento de salários e remunerações na função pública totalizaram 59.830,8 milhões de metcais, correspondente a um incremento nominal anual de 20,8% e a um peso no PIB de 11,4%, cerca de 60 pontos base acima do observado no ano precedente.
- Despesa em bens e serviços – o valor total de bens e serviços pagos pelo Estado em 2014, foi de 25.108,4 milhões de metcais, representando um crescimento nominal anual de 33,1%, destacando-se as relacionadas às eleições gerais, realizadas em Outubro do ano em referência.
- Transferências Correntes – os gastos em transferências correntes foram de 18.355 milhões de metcais, equivalente a um crescimento nominal de 19,2% e a um nível de realização do programa de 97,8%. Nesta categoria, importa destacar o desempenho das transferências às famílias, cujo crescimento foi de 41,7%, reflectindo as intervenções do Governo no âmbito da assistência social à população vulnerável.

² As despesas totais incorporam as despesas correntes e de investimento. As despesas correntes correspondem aos gastos que os órgãos e instituições do Estado têm feito de forma rotineira em cada exercício económico. As despesas de investimento consistem na criação de novo stock de capital, como por exemplo construções de estradas, pontes entre outros. Os empréstimos líquidos referem-se aos empréstimos concedidos pelo Tesouro às empresas públicas.

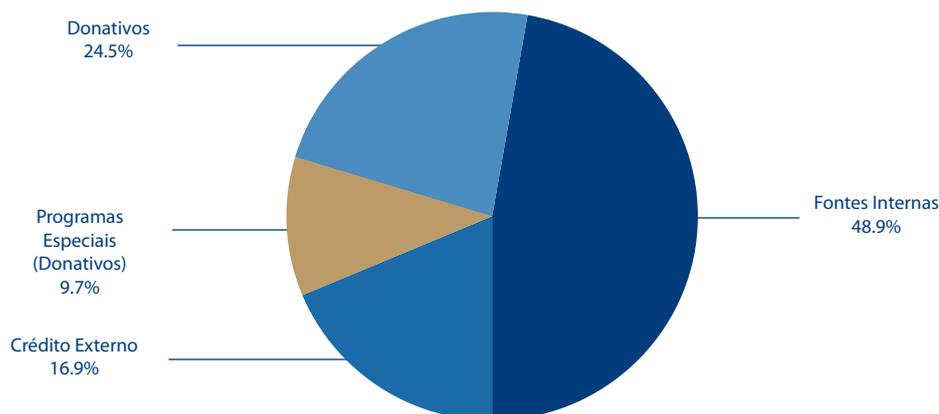
- Encargos com a dívida pública – os pagamentos do serviço da dívida totalizaram 5.231,1 milhões de meticais, correspondente a um incremento de 31,8%, face 2013. O peso desta rubrica no PIB foi de 1,0%, cerca de 10 ponto base acima do observado no ano anterior, reflectindo o incremento de juros decorrentes do aumento do capital em dívida no ano anterior.
- Subsídios – o valor utilizado nesta componente foi de 2.671,3 milhões de meticais, correspondente a 100% do valor programado, mas equivalendo a uma redução de -20.8% relativamente ao ano anterior.

B. Despesas de Investimento

Para 2014, o programa orçamental previa a realização de despesas de investimento no valor de 80.999,2 milhões de meticais, dos quais 45.372,6 milhões de meticais seriam financiados com recursos externos. Entretanto, o valor das despesas de investimento realizado foi de 75.739 milhões de meticais, equivalente a um nível de cumprimento de 72,4%.

O baixo nível de realização das despesas de investimento deveu-se às cheias que assolaram o país desde finais de 2013, impossibilitando a realização de trabalhos em algumas regiões, bem como aos atrasos e falta de desembolso de fundos por alguns parceiros de cooperação internacional, o que se reflecte na execução da componente externa, que ficou em apenas 54,3% do programado para o ano.

Gráfico 8: **Fontes de Financiamento do Investimento – 2014**



C. Empréstimos Líquidos

No período em referência, os empréstimos líquidos do tesouro público às empresas totalizaram 9.198,9 milhões de meticais, representando uma redução de cerca de 13% relativamente a 2013. Parte significativa (97%) dos empréstimos beneficiaram as empresas públicas garantidas pelo Estado e o remanescente foi para saneamento financeiro e participações do Estado nas empresas

no valor de 731,2 milhões de meticais. Entretanto, o Tesouro recuperou 459,4 milhões de meticais referentes aos contravalores cobrados mas não gerados no período.

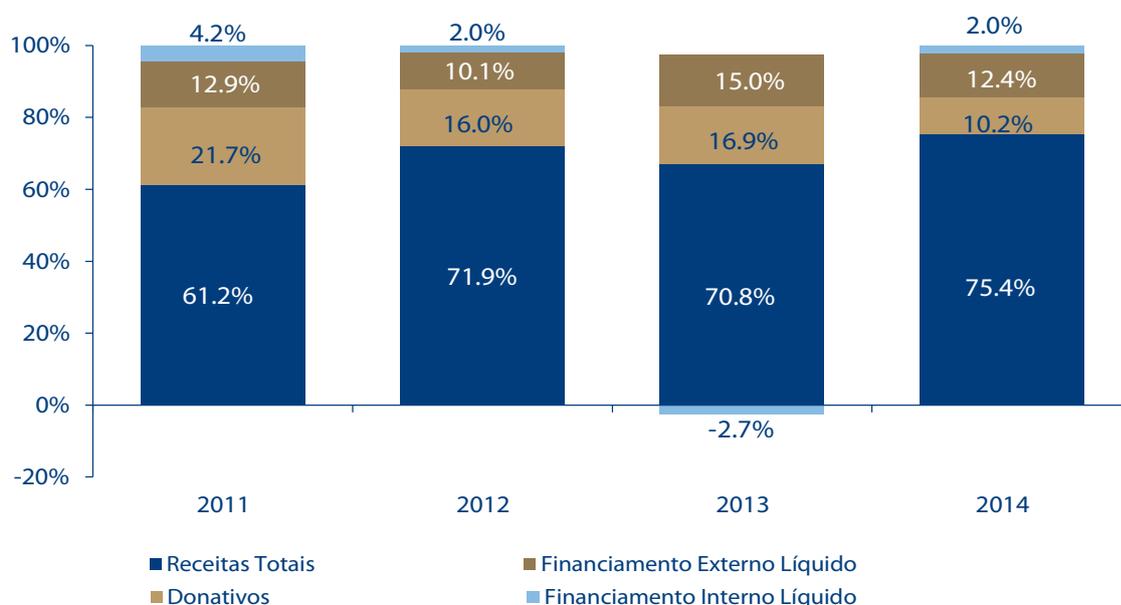
2.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

O programa orçamental previa para 2014, um défice global antes de donativos de cerca de 93.519,8 milhões de meticais, que seria financiado com recurso aos donativos no valor de 30.401,9 milhões de meticais, empréstimos no valor 63.117,9 milhões de meticais, dos quais 5.715,1 milhões de meticais com recurso internos. Entretanto, o défice global antes de donativos fixou-se em 51.128,3 milhões de meticais, abaixo do valor previsto, devido basicamente à execução das despesas de investimento abaixo do valor programado, tal como foi acima referenciado.

Para o financiamento do défice o Estado recorreu às seguintes fontes: (i) Donativos no valor de 21.118 milhões de meticais (valor abaixo do programado), (ii) Financiamento externos no valor de 25.762,9 milhões de meticais, dos quais, 8.927,1 são acordos de retrocessão; e (iii) financiamento interno líquido no valor de 4.128 milhões de meticais.

No que se refere às fontes de financiamento do Orçamento de Estado, o destaque continuou a ser o da relevância das receitas, que passaram dum peso de 70,8% em 2013 para 75,3% no ano em análise (Gráfico 9).

Gráfico 9: Fontes de Financiamento do Orçamento



2.3. Sector Monetário e Cambial

Para responder aos objectivos macroeconómicos estabelecidos para 2014, o Banco de Moçambique implementou uma política monetária visando os seguintes objectivos intermédios: (i) Um saldo de Reservas Internacionais Líquidas de USD 3.147 milhões (3,6 meses de importação); (ii) Uma expansão anual da Base Monetária (BaM) não superior a 19,0%; (iii) Um crescimento anual dos meios totais de pagamento (agregado M3) de 18,1%; e (iv) incremento do crédito a economia não superior a 20,0% (Quadro 10).

Quadro 10: Principais Metas do Programa Monetário e Realização

Agregados	Dez -2013 (Realizado)	Dez-2014 (programa)	Dez-2014 (realizado)
PIB (%)	7,3	7,5	7,4
Inflação Anual (Var. Médio)	4,2	3,0	2,29
RILs (mio USD)	2849	3147	2882
Meses de Cobertura	4,8	3,9	4,1
Massa Monetária (M3)	16,3	18,1	19,9
Base Monetária (BaM)	16,9	19	20,5
Crédito à Economia – sistema	28,7	20	24,3

Fonte: DEE- BM

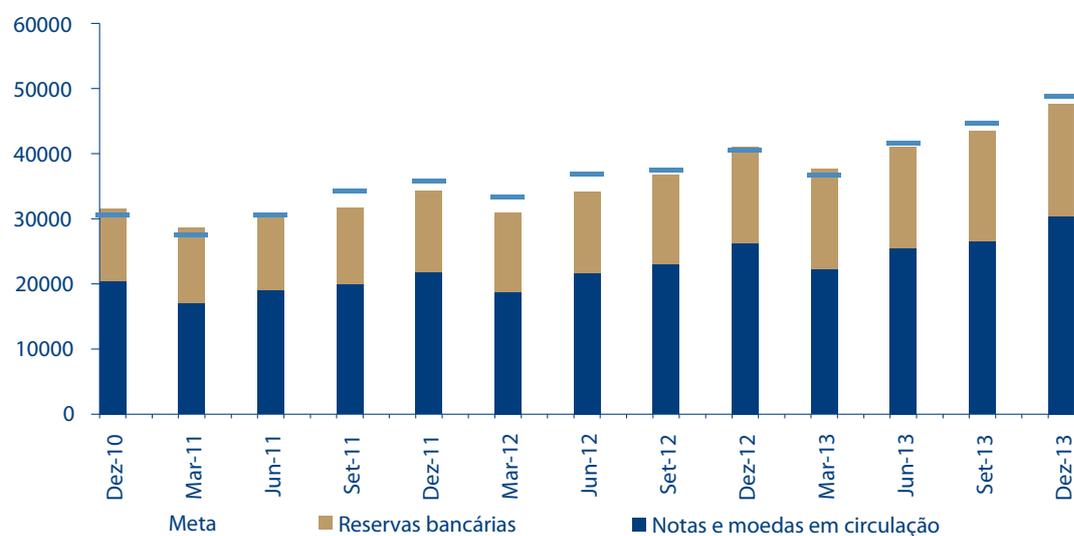
2.3.1. Base Monetária

Em 2014, a Base Monetária (BaM), variável operacional da política monetária, expandiu em 9.745 milhões de meticaís (20,5%), dos quais 5.965 milhões (19,7%) na forma de numerário fora do Banco Central e 3.582 milhões (22,0%) na forma de reservas bancárias em moeda nacional. O saldo em final de Dezembro situou-se em 57.283 milhões de meticaís, dominado pelo numerário, com um peso de 63,8%, após 63,4% em igual período de 2013.

Em termos de saldo médio³ o valor observado da base monetária foi de 56.969 milhões de meticaís, um acréscimo de 10.499 milhões de meticaís (22,6%) face à média de Dezembro de 2013 e mais 1.670 milhões de meticaís (3,0%), em relação à meta estabelecida no programa monetário. O gráfico abaixo mostra a evolução da base monetária comparativamente à meta, onde se constata que ao longo de 2014, esta situou-se acima dos limites previstos no programa monetário, excepto no primeiro trimestre, a reflectir, essencialmente, o aumento do numerário e dos depósitos dos bancos no Banco de Moçambique, acima dos valores programados em Junho e Dezembro, justificado, em parte, pela procura crescente de numerário pela economia, e também pela concentração dos pagamentos das despesas do Estado no último trimestre do ano.

³ Média diária em Dezembro.

Gráfico 10: **Evolução da BaM versus Meta**



No que tange às componentes da base monetária, a variação das notas e moedas em circulação é justificada pelo aumento da actividade económica consubstanciada, em parte, pelo incremento da procura de liquidez pelos bancos comerciais para responder, de entre outras, às necessidades da comercialização agrícola, bem como às despesas associadas ao processo eleitoral ocorrido em Outubro. Nas reservas bancárias, destaca-se o facto de as constituídas em moeda estrangeira terem apresentado uma elevada volatilidade, com aumentos expressivos no quarto trimestre (pico de 2.710 milhões de meticais em meados de Dezembro) que, no entanto, reduziu para 1.227 milhões de meticais no fecho do ano. O quadro abaixo resume os factores que contribuíram para a variação da base monetária em 2014.

O Quadro 11 destaca, no sentido de aumento, os pagamentos líquidos das despesas do Estado no âmbito da execução orçamental por via do Sistema de Transferências do Fundos (STF), da compensação de cheques, e em numerário (46.045 milhões de meticais), valor que superou o de 2013 em cerca de 18.382 milhões de meticais.

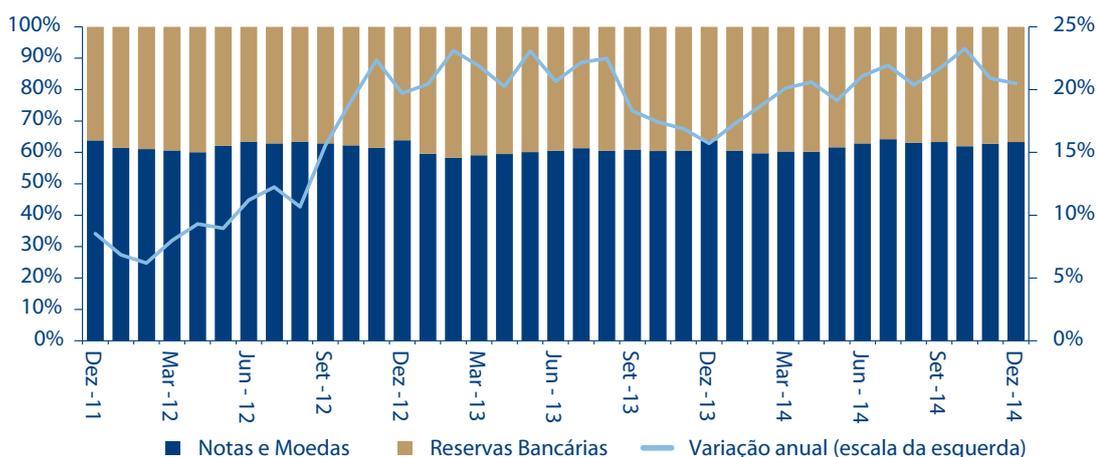
Quadro 11: **Factores de Variação da BaM em 2014**

Descrição	2013	2014
Estado	27.663,2	46.045,0
Comp/STF	25.786,8	43.827,6
Numerário	1.876,4	2.217,4
OT	- 1.709,0	- 210,0
BTs – Primário	- 4.264,5	- 6.457,5
BT- R. Repo	- 7.801,7	4.309,9
BT- Repo	259,9	- 6,1
FPC	- 15,2	39,4
FPD	11.056,6	1.468,4
MCI	- 18.613,8	-35.646,9
RB ME	- 134,1	226,2
Variação da BaM	6.441,6	9.768,4
Saldo da BaM	47.538,8	57.283,2

Fonte: DEE- BM

No sentido de redução da Base Monetária o realce vai para as vendas líquidas de divisas no MCI (quase o dobro do realizado em 2013), a reflectir maior apetência dos bancos comerciais por divisas e também para emissão líquida de Bilhetes do Tesouro. Em termos de Estrutura da base monetária não houve alterações significantes, pelo que as notas e moedas em circulação mantêm o peso de cerca de 63% e as reservas bancárias de 37%.

Gráfico 11: Estrutura da Base Monetária e Taxa de Crescimento



2.3.2. Mercados Interbancários

Em 2014, o resultado das operações realizadas nos mercados interbancários mostra que em geral houve maior apetência dos bancos por divisas no mercado cambial em detrimento das aplicações nos diversos instrumentos disponíveis no MMI, num contexto em que, os bancos comerciais estiveram curtos de liquidez em divisas e também de redução das entradas de ajuda externa e das receitas de exportação. No MMI destaca-se o facto de as taxas de juro nominais praticadas nos leilões de Bilhetes do Tesouro terem estabilizado em torno dos níveis observados em 2013.

Quadro 12 : Operações do MMI e Taxas de Juros

Bilhetes d Tesouro em Carteira (milhões de MT)	2012	2013	2014
BTs-91 dias	8.383	3.680	4.666
BTs-182 dias	4.290	12.084	18.580
BTs-364 dias	10.400	12.995	14.305
Total	23.073	28.759	37.551
Valores médios por Operação (milhões de MT)			
FPC	56	84	308
FPD	830	490	154
Permutas	68	60	107
Taxas de Juro (%)			
FPC	9,50	8,25	7,50
FPD	2,25	1,50	1,50
BTs -91 dias	2,60	5,23	5,37
BTs-182 dias	3,40	6,60	6,64
BTs-364 dias	3,70	7,20	7,25
Permutas	2,90	3,43	3,11

Fonte:

A actuação do Banco de Moçambique nos mercados interbancários foi mais efectiva por via do MCI onde as vendas líquidas de divisas ascenderam o valor de 35.658 milhões de meticais (+ 17.025 milhões de meticais em relação a 2013). No MMI a emissão líquida de Bilhetes do Tesouro no valor de 6.457 milhões de meticais colocou o saldo desses títulos em carteira em 37.551 milhões de meticais, com o prazo de 182 dias a ser o mais preferido (49,5% do total).

Em 2014, as operações realizadas por iniciativa dos bancos comerciais no mercado monetário interbancário resultaram no seguinte:

- Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e Facilidade Permanente de Deposito (FPD): os resultados das solicitações de liquidez na FPC e aplicações na FPD ilustrados na tabela acima em termos de valores médios por operação sugerem que os bancos comerciais estiveram curtos⁴ ao longo do ano e que parte das divisas adquiridas foram financiadas através da FPC. Em termos nominais o valor total solicitado na FPC foi de 72.440 milhões de meticais (72.207 milhões de meticais em 2013), enquanto a FPD reduziu de 1.007.914 milhões de meticais para 299.278 em 2014.
- Permutas: A troca de posições de liquidez entre os bancos comerciais incrementou substancialmente em 2014 ao passar para uma média por operação de 107 milhões de meticais, após 60 milhões de meticais em 2013.

2.3.3. Taxas de Juro

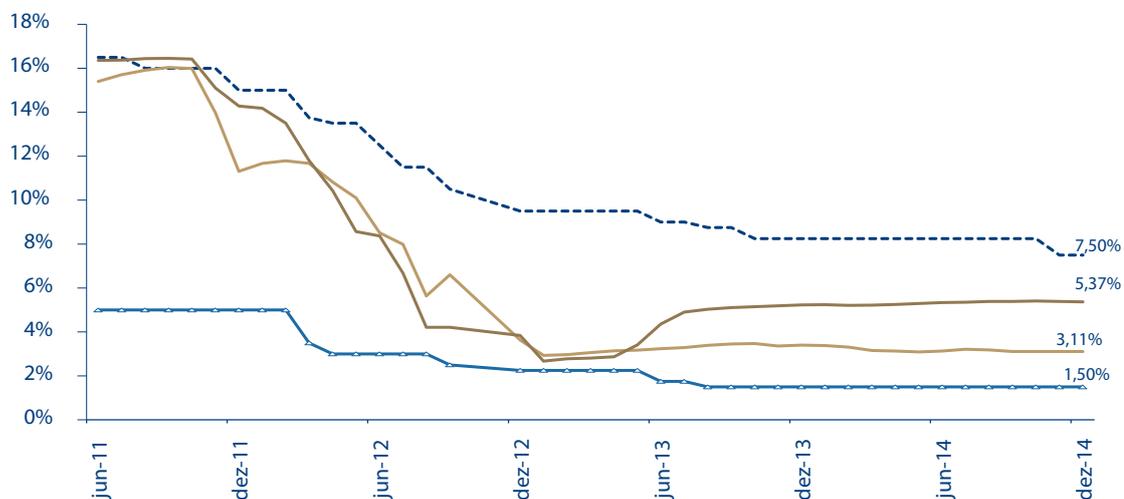
A. Mercado Monetário Interbancário

Em 2014, o CPMO, deu continuidade ao ciclo de reduções das taxas de juro iniciado em 2011, reduzindo a taxa de juro da FPC de 8,25% em Dezembro de 2013 para 7,50% no fecho de 2014 e manteve a taxa de juro da FPD 1,50% (Gráfico 12).

Em linha com o sinal transmitido pelo CPMO, as taxas de juro dos produtos financeiros transaccionados no Mercado Monetário Interbancário, particularmente dos Bilhetes do Tesouro, observaram uma relativa estabilidade face às praticadas em 2013, ao incrementarem ligeiramente nas três maturidades, nomeadamente, de 91, 182 e 364 dias em 14pb, 4pb e 5pb, para 5,37%, 6,64% e 7,25%, respectivamente, no final de 2014. A taxa de juro média das permutas de liquidez entre as instituições de crédito evoluiu no sentido contrário ao reduzir em 32 pontos base passando para 3,11%, em Dezembro de 2014.

⁴Posições curtas em termos de liquidez bancária.

Gráfico 12: **Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário**

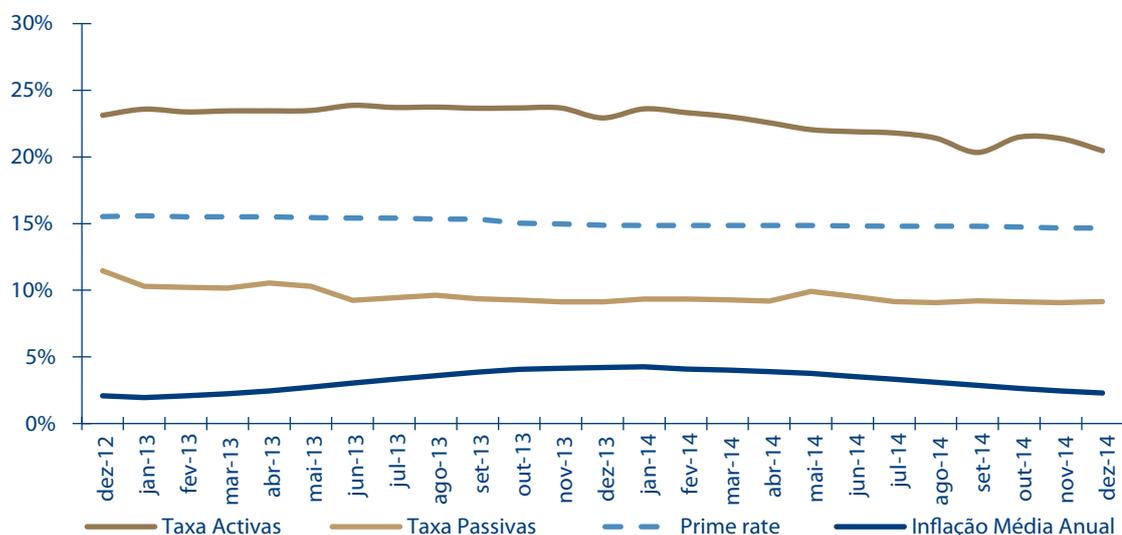


C. Taxas de Juro de Retalho

A taxa de juro média nominal dos empréstimos bancários em meticais ao sector privado, com um ano de maturidade, aumentou 44 pontos base entre Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014, para 20,75%. A média dos quatro maiores bancos da praça aumentou 153 pontos base, para 18,74%, enquanto a dos restantes bancos reduziu 63 pontos base, para 22,79%.

No mesmo período, a taxa média dos depósitos com a maturidade de um ano manteve-se inalterada nos 9,14%. Comparando a taxa nominal de empréstimos com a de depósitos, para a mesma maturidade, o diferencial aumentou em 44 pontos base, para 11,61% em Dezembro de 2014. Por seu turno, a *prime rate* registou uma queda de 20 pontos base, fixando-se em 14,68% em 2014.

Gráfico 13: **Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação**



Ainda nos doze meses terminados em Dezembro de 2014, as taxas de juro médias dos empréstimos e dos depósitos denominados em moeda estrangeira com um ano de maturidade aumentaram 62 pb e 26 pb respectivamente, para 8,08% e 2,08% ao ano, resultando num diferencial de 6,44 pontos percentuais no final – aumento de 36 pontos base.

Quadro 13: **Taxa de Juro a Retalho**

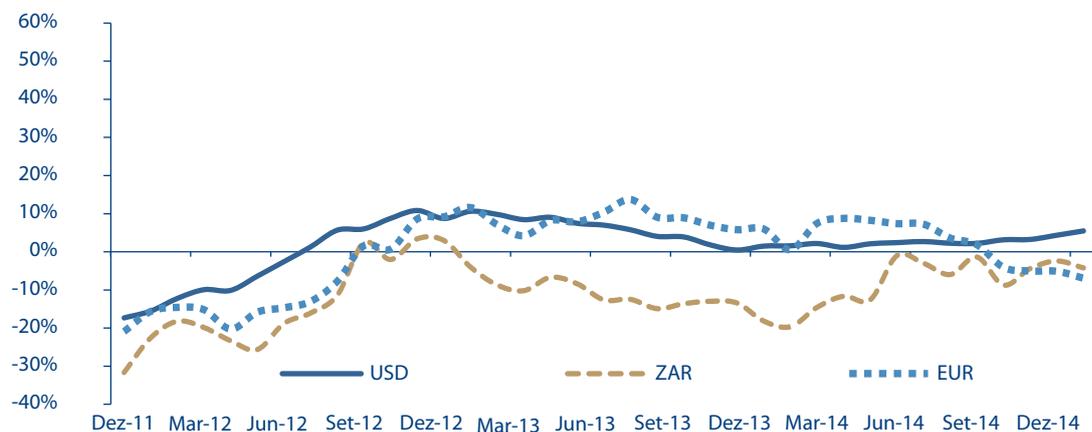
	Dez-12	Jun-13	Dez-13	Jun-14	Dez-14
Activas (1 ano)					
Média	21,38	20,45	20,31	20,79	20,75
Quatro maiores IC's	19,50	18,70	17,21	17,74	18,74
Restantes IC's	23,25	22,19	23,40	23,84	22,77
Passivas (1 ano)					
Média	11,46	9,24	9,14	9,56	9,14
Quatro maiores IC's	11,29	9,01	9,05	8,13	8,27
Restantes IC's	11,62	9,46	9,22	10,98	10,02
Prime rate					
Média	15,53	15,28	14,88	14,83	14,68
Quatro maiores IC's	15,25	14,94	14,69	14,63	14,50
Restantes IC's	15,80	15,61	15,06	15,03	14,85

Em face da melhoria dos indicadores macroeconómicos, com destaque para a inflação e suas perspectivas de curto e médio-prazos, o Banco de Moçambique ajustou em baixa, no mês de Novembro, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 75 pontos base, para 7,5%, e manteve inalteradas a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) e o Coeficiente de Reservas Obrigatórias em 1,5% e 8%, respectivamente.

2.3.4. Taxas de Câmbio

Em 2014, o Metical teve um comportamento misto em relação às principais moedas transaccionadas no mercado cambial doméstico (Gráfico 14), tendo depreciado face ao USD e apreciado face ao ZAR e ao EUR. Efectivamente, no Mercado Cambial Interbancário, o Dólar dos EUA esteve cotado a 31,59 meticais (31 de Dezembro de 2013), cifra que corresponde a uma depreciação anual da moeda nacional de 5,48%, após ter depreciado em 1,49% no fecho do ano anterior.

Gráfico 14: **Variação Anual das Taxas de Câmbio Nominais no Mercado Cambial Interbancário**



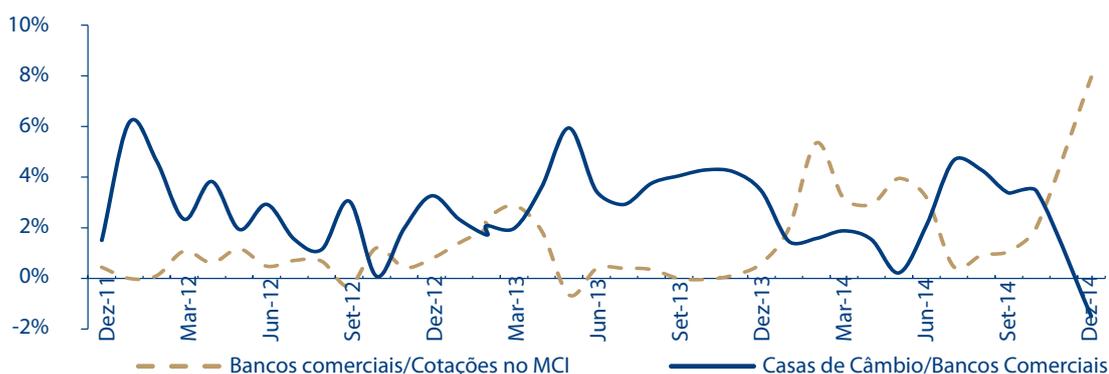
Por seu turno, a taxa de câmbio média que foi praticada pelos bancos comerciais nas suas transacções com os clientes foi de 34,10 meticais por USD, montante equivalente a uma depreciação anual de 13,7%, após 1,31% em 2013. No segmento das casas de câmbio, a taxa de câmbio praticada nas transacções com os respectivos clientes depreciou em 7,76%, ao situar-se em 33,50 meticais por USD, após uma depreciação de 1,50% no ano precedente.

Importa salientar que, na parte final de 2014, observou-se uma pressão no sentido de depreciação da taxa de câmbio do Metical face à moeda norte americana, particularmente, no segmento dos bancos comerciais com a sua clientela, atingindo perdas nominais acumuladas de 10,75% (de Setembro a Dezembro). Este comportamento deveu-se, fundamentalmente, aos seguintes factores:

- Pressão de procura de divisas no mercado para a importação, aliada, entre outros factores, à redução das fontes de financiamento à economia em 2014, que em parte se reflectiu na redução dos activos externos líquidos e nas disponibilidades líquidas de divisas dos bancos comerciais;
- A apreciação do Dólar dos EUA, relativamente às principais moedas transaccionadas no mercado internacional, o que aumentou a apetência dos agentes económicos em deter os seus activos em dólares. Os ganhos do Dólar no mercado internacional resultaram na apreciação do Metical face ao Rand (4,23%) e ao Euro (6,93%), pelo efeito do câmbio cruzado, no mercado doméstico; e
- Incertezas no mercado relacionadas com o processo eleitoral que teve lugar no ano em análise.

O diferencial entre a taxa de câmbio média praticada pelos bancos comerciais nas transacções com o público e a cotação da moeda norte-americana no Mercado Cambial Interbancário foi de 7,95%, no último dia útil de Dezembro de 2014, valor mais alto registado desde 2010 em que o diferencial atingiu cifras superiores a 20%. Refira-se que, no final de 2013, o diferencial havia sido de 0,60%. Enquanto isso, o diferencial entre as taxas de câmbio médias praticadas pelas casas de câmbio e os bancos comerciais com as respectivas clientelas fixou-se em -1,50% no último dia de 2014, significando que os bancos comerciais praticaram taxas mais altas relativamente às das casas de câmbio, no período, o que ocorreu também pela primeira vez desde 2010 (Gráfico 15).

Gráfico 15: **Spreads das taxas de Câmbio**

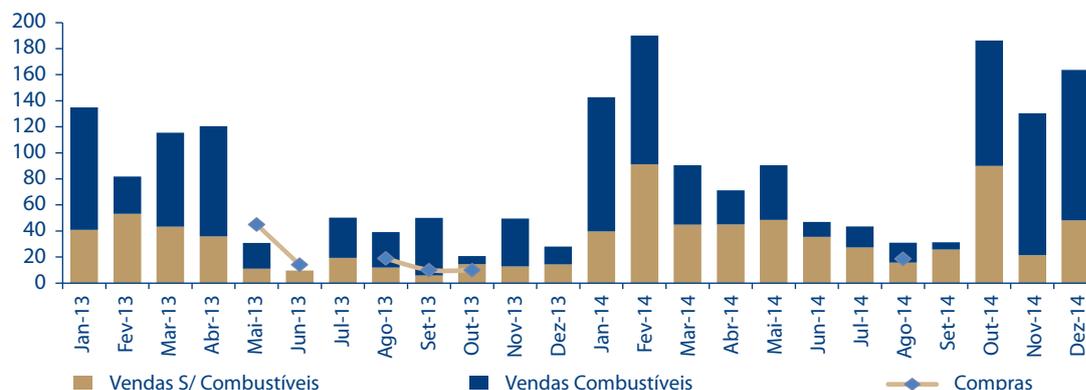


A. Operações no Mercado Cambial

No Mercado Cambial Interbancário, em 2014, o Banco de Moçambique vendeu divisas aos bancos comerciais num total de USD 1.226,2 milhões (USD 662,7 milhões para combustíveis), face às vendas de USD 721,4 milhões (USD 447,8 milhões para combustíveis) observados em 2013. O aumento de volume de vendas de divisas, no período em análise, reflecte os esforços do Banco de Moçambique em refrear a pressão sobre a taxa de câmbio, resultante, em parte, do aumento assinalável da procura de divisas, particularmente no último trimestre do ano.

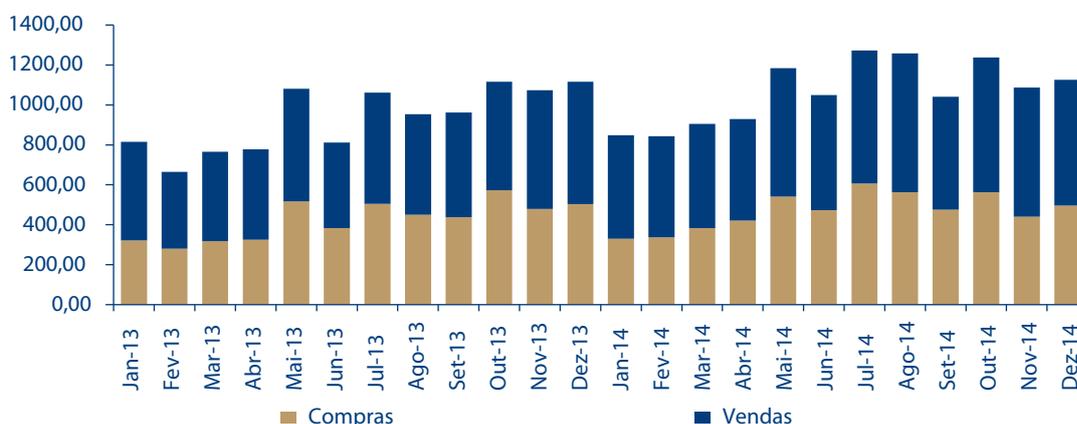
De referir que nos últimos três meses de 2014 o BM vendeu cerca de USD 480 milhões aos bancos comerciais, dos quais USD 320,3 milhões para cobrir facturas de importação de combustíveis.

Gráfico 16: **Volume de Compras e Vendas do BM no MCI (mio de USD)**



A pressão sobre a procura de divisas no mercado pode ser evidenciado no Gráfico 16 que representa o volume de transações em moeda externa entre os bancos comerciais. Com efeito, os bancos comerciais registaram vendas líquidas de divisas (vendas menos compras) de USD 1.514,4 milhões (USD 1.013,7 milhões em 2013), sendo que somente no último trimestre do ano em análise o volume de vendas líquidas ascendeu a USD 452,3 milhões (USD 195,7 milhões em igual período de 2013).

Gráfico 17: **Volume de Transações entre os Bancos e o Público**



2.3.5. Massa Monetária

O saldo do M3 – somatório das notas e moedas fora do sistema bancário e dos depósitos das famílias e empresas não-financeiras, em meticais e em moeda estrangeira, ascendeu a 264.535 milhões de meticais no fecho de Dezembro de 2014 – o que representa um aumento de 48.113 milhões de meticais (22,2%) em relação a igual período de 2013 (Quadro 14).

Quadro 14: **Comportamento do Crédito à Economia**

	Saldo em 10 ⁶ MT		Variação	
	Dez - 12	Dez -13	Nominal	%
Moeda Nacional	89,037.9	117,305.0	28,267.1	31.7
Moeda Estrangeira	28,792.3	34,358.3	5,566.0	19.3
Moeda Estrangeira (USD10 ⁶)	967.8	1,142.2	174.4	18.0
Impacto Cambial	-232.3	34.3	266.5	
CE com Impacto Cambial	117,830.2	151,663.3	33,833.1	28.7
Saneamentos	5,977.5	6,801.9	824.4	13.8
Total com saneamentos	123,807.7	158,465.2	34,657.5	28.0

	Beneficiários de Crédito					
	Saldos em MT		% do Total		Variação	
	Dez - 12	Dez -13	Dez - 12	Dez -13	Nominal	%
Total	117,830.2	151,663.3	100,0	100,0	33,833.1	28.7
Sector Privado	106,211.0	135,962.6	90,0	89.6	29,751.5	28.0
Sector Público não Financeiro	11,100.6	15,336.1	9,5	10.1	4,235.5	38.2
Outros	518.5	364.6	0,4	0.2	-153.9	-29.7
Meticais	89,037.9	117,305.0	75,2	77.3	28,267.2	31.7
Sector Privado	82,246.6	107,181.7	69,4	70.7	24,935.1	30.3
Sector Público não Financeiro	6,278.7	9,768.3	5,4	6.4	3,489.6	55.6
Outros	512.5	355.0	0,4	0.2	-157.5	-30.7
Moeda Estrangeira	28,792.3	34,358.3	24,8	22.7	5,566.0	19.3
Sector Privado	23,964.4	28,780.9	20,6	19.0	4,816.5	20.1
Sector Público não Financeiro	4,821.9	5,567.8	4,1	3.7	745.9	15.5
Outros	6.0	9.6	0,0	0.0	3.6	60.2

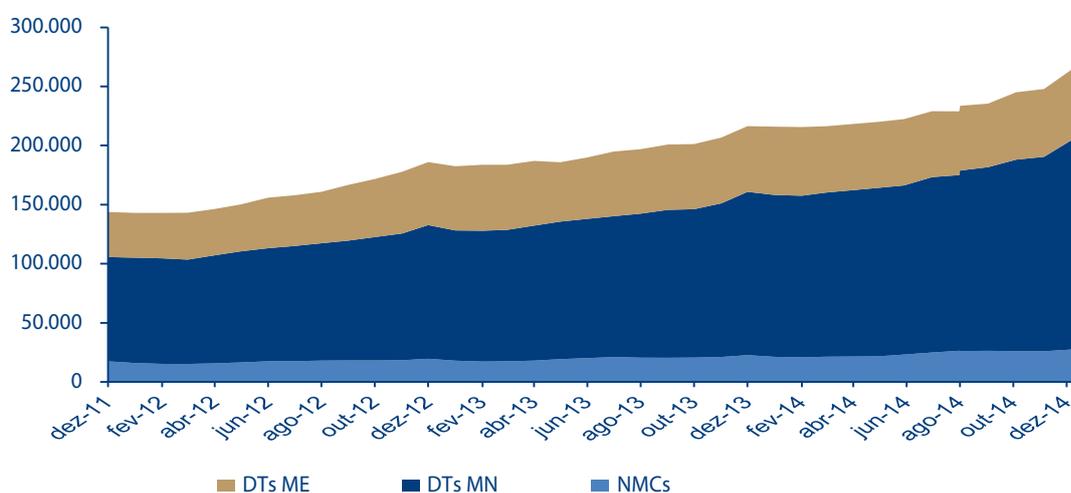
Fonte: DEE

Da análise da evolução das componentes da massa monetária constata-se o seguinte (Gráfico 17):

- Os depósitos totais foram determinantes no aumento da massa monetária com um fluxo de 43.305 (22,4%), enquanto as notas e moedas em circulação incrementaram em 4.808 milhões de meticais (21,2%);

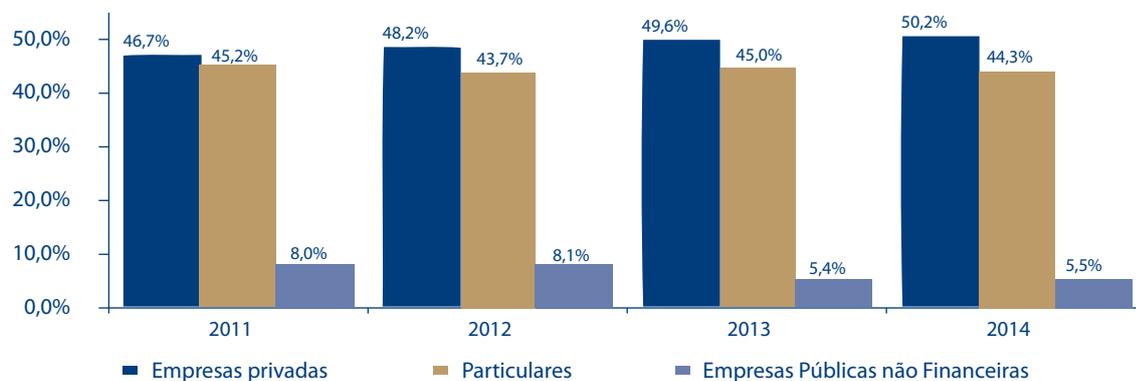
- Em termos de denominação, a componente de depósitos em moeda nacional cresceu em 39.234 milhões de meticais (28,4%) e os depósitos titulados em moeda estrangeira aumentaram em 4.071 milhões de meticais (7,3%); e
- Quanto à sua titularidade por sector institucional, constata-se que 50,2% de depósitos é detido por empresas privadas, 44,3% pelas famílias e o remanescente são depósitos do sector público. Relativamente a 2013, o peso dos depósitos das empresas privadas incrementou em 60 pontos base, o das famílias reduziu em 70 pontos base, enquanto os do sector público empresarial aumentou em 10 pontos base (Gráfico 17).

Gráfico 18: **Contribuição dos agregados na Massa Monetária**



A despesa pública interna líquida dos impostos (Governo, líquido) foi a principal fonte de expansão monetária em 2014, superando, em grande medida, os pagamentos líquidos da economia ao exterior, reflectidos em parte nas vendas de divisas para os bancos comerciais no MCI (Quadro 15).

Gráfico 19: **Peso dos depósitos por titularidade**



Contribuíram ainda para a variação do M3:

- A expansão do crédito bancário ao sector privado em moeda nacional no valor de 37.824 milhões de meticais, face aos 28.267 milhões de meticais observados em 2013;
- O incremento dos Activos Externos Líquidos em 1.231 milhões de meticais, reflectindo a entrada líquida de recursos a favor de residentes; e
- Quando se isola o efeito da depreciação anual do Metical⁵ face ao Dólar norte-americano, o incremento da massa monetária recua para 19,3% no ano em análise, após os 16,0% observados em 2013.

Quadro 15: Principais factores de variação da Massa Monetária (M3)

	Fluxo Anual 2013	Fluxo Anual 2014
CE em MN	28.267	37.824
Governo, Liq	21.510	44.003
Compensação/STF	25.787	43.827
Depósitos MN nas IC	-6.154	-2.051
Numerário no BM	1.876	2.226
MCI	-18.614	-35.647
USD	-615	-1.124
Impacto Cambial	649	6.368
Activos Externos Líquidos	-1.818	1.231
Outros, liq.	-192	-5.684
M3	29.994	48.112

2.3.6. Crédito à Economia

A. Financiamento Interno

O endividamento do sector privado junto do sistema bancário nacional em 2014 aumentou em 42.922 milhões de meticais (28,3%), para um saldo de 194.585 milhões de meticais.

A análise da evolução do crédito à economia em 2014 permitiu reter os seguintes aspectos:

- Cerca de 79,7% do total do crédito ao sector privado estava denominado em moeda nacional, correspondente a um aumento na ordem dos 2,4 pontos percentuais, quando comparada com igual período do ano anterior.
- Em termos de variação, o aumento mais expressivo ocorreu na componente em moeda nacional (37.824 milhões de meticais, cerca de 32,2%), o mesmo que 50 pontos base acima do

⁵ Com base na taxa de câmbio de valorimetria utilizada na compilação das contas monetárias para conversão dos valores em USD para meticais.

fluxo registado em 2013. O crédito denominado em moeda estrangeira expandiu em 5.098 milhões de meticais (14,8%), representando uma desaceleração de 4,5 pontos percentuais, face a 2013.

- Retirando o efeito cambial de cerca 4.134 milhões de meticais, decorrente da depreciação do Metical face ao USD, o agregado cresceu em 25,6%, cerca de 2,8 pontos percentuais abaixo do crescimento do ano anterior.
- Do total do crédito concedido pelo sector bancário nacional em 2014, cerca de 34.199 milhões de meticais (79,7%) foi tomado pelo sector privado, 8.102 milhões de meticais (18,9%) pelo sector público não financeiro, enquanto as Outras Sociedades Financeiras beneficiaram-se de 621 milhões de meticais (1,4%).
- Com um aumento líquido de cerca de 97,7%, os outros sectores de actividade é que beneficiaram da maior fatia do crédito concedido em 2014, em termos líquidos, onde foi também notável a redução da exposição da banca à agricultura, transportes e comunicações, particulares e construção.

Quadro 16: **Crédito a Economia (10⁶ Meticais)**

	Crédito a Economia					
	Saldos 10 ⁶ MT		Fluxo 2013		Fluxo 2014	
	2013	2014	10 ⁶ MT	%	10 ⁶ MT	%
Agricultura	5.074	3.584	-348	-6,4	-1.490	-29,4
Indústria Extractiva	12.602	14.279	3.717	41,8	1.677	13,3
Construção e Obras Públicas	13.861	12.887	4.415	46,7	-974	-7,0
Comércio	20.566	22.908	3.059	17,5	2.341	11,4
Transportes e Comunicações	7.533	6.437	-2.810	-27,2	-1.096	-14,6
Turismo	2.585	2.126	494	23,6	-459	-17,8
Particulares	37.384	36.180	9.865	35,9	-1.204	-3,2
Habituação	3.099	4.220	805	35,1	1.122	36,2
Outros	32.367	63.991	10.649	49,0	31.624	97,7
TOTAL	135.071	166.611	29.845		31.540	

A análise da evolução de saldos de crédito bancário por sector institucional mostra que o sector privado, constituído por empresas e particulares, continua a ser o sector mais endividado (com cerca de 87,4% do total de crédito), seguido do Sector Público não Financeiro (12,0%), sendo o sector menos endividado o das Outras Sociedades Financeiras.

Quadro 17: **Evolução do Crédito à Economia**

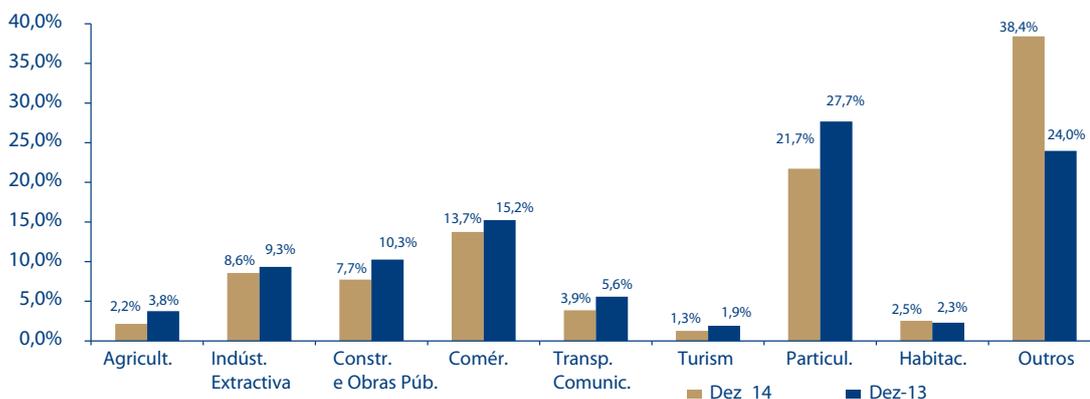
	Saldo em 10 ⁶ MT		Variação	
	Dez - 13	Dez -14	Nominal	%
Moeda Nacional	117.305,0	155.129,2	37.824,1	32,2
Moeda Estrangeira	34,358,3	39,456,2	5,097,9	14,8
Moeda Estrangeira (USD10 ⁶)	1.142,2	1.174,0	32,1	2,8
Impacto Cambial	376,9	4.133,5	3.756,6	
CE com Impacto Cambial	151,663,3	194,585,4	42,922,1	28,3
Saneamentos	6.889,9	7.877,5	987,5	14,3
Total com saneamentos	158.553,2	202.462,8	43.909,6	27,7

	Beneficiários de Crédito					
	Saldos em MT		% do Total		Variação	
	Dez - 13	Dez -14	Dez - 13	Dez -14	Nominal	%
Total	151.663,3	194.585,4	100,0	100,0	42.922,1	28,3%
Sector Privado	135.962,6	170.161,6	89,6	87,4	34.199,0	25,2%
Sector Público não Financeiro	15.336,1	23.437,9	10,1	12,0	8.101,8	52,8%
Outros	364,6	985,9	0,2	0,5	621,3	170,4%
Meticais	117.305,0	155.129,1	77,3	79,7	37.824,1	32,2%
Sector Privado	107.181,7	138.243,4	70,7	71,0	31.061,7	29,0%
Sector Público não Financeiro	9.768,3	15.946,8	6,4	8,2	6.178,5	63,3%
Outros	355,0	938,9	0,2	0,5	584,0	164,5%
Moeda Estrangeira	34.358,3	39.456,2	22,7	20,3	5.097,9	14,8%
Sector Privado	28.780,9	31.918,2	19,0	16,4	3.137,3	10,9%
Sector Público não Financeiro	5.567,8	7.491,1	3,7	3,8	1.923,3	34,5%
Outros	9,6	46,9	0,0	0,0	37,3	388,7%

Fonte: DEE

Em termos de saldo, no final do ano em referência, os sectores de actividade económica que apresentaram mais níveis de endividamento foram os Particulares (21,7%), Comércio (13,7%), Indústria Extractiva (8,6%) e Construção e Obras Públicas (7,7%) (Gráfico 20).

Gráfico 20: **Crédito por Sector de Actividade (Estrutura) – Dezembro 2014**



B. Financiamento Externo

Em 2014 o sector privado contraiu empréstimos externos tendo, excluindo a componente dos grandes projectos, os desembolsos líquidos totalizado o montante de USD 179.3 milhões (cerca de 5.652 milhões de meticais), quando em 2013 haviam sido desembolsados USD 201,8 milhões (cerca de 6.361 milhões de meticais).

Os sectores de actividade económica que mais recorreram ao financiamento externo no ano em referência foram: o sector financeiro (USD 61,8 milhões), serviços gerais (USD 47,7 milhões), serviços de telecomunicações (USD 28,6 milhões de meticais), a agro-indústria (USD 27,9 milhões), Indústria (USD 7,8 milhões) e sector energético (USD 5,5 milhões).

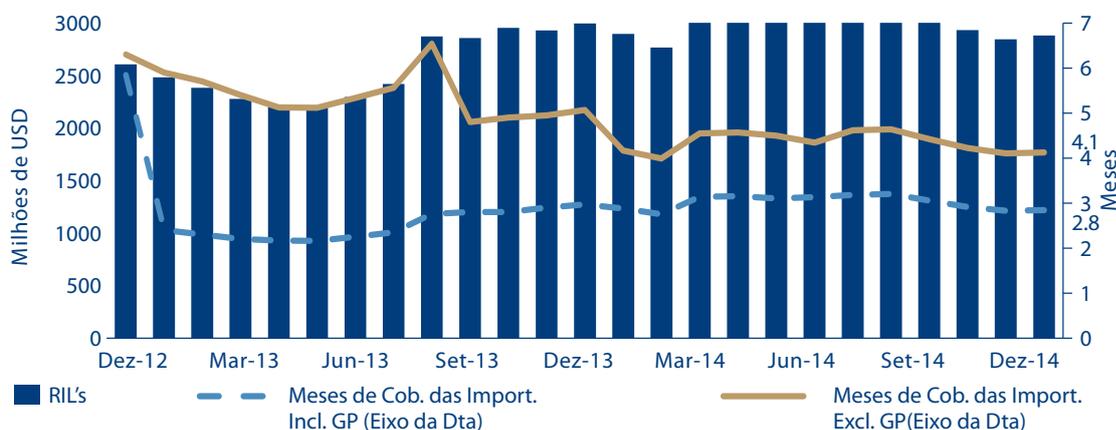
Enquanto isso, no mesmo período, os desembolsos externos a favor dos Megaprojectos totalizaram USD 164,4 milhões tendo sido reembolsados empréstimos anteriores no valor de USD 264,0 milhões, o que resultou num vencimento líquido USD 99,6 milhões (cerca de 3.139 milhões de meticais).

2.4. Sector Externo

2.4.1. Reservas Internacionais Líquidas

No fecho de 2014, o saldo das reservas internacionais líquidas situou-se em USD 2.882, milhões, equivalente a um desgaste de USD 113,7 milhões no ano, após constituição de USD 390 milhões em 2013. Este saldo corresponde a 2,9 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais (3,1 meses em Dezembro de 2013). Quando excluídas as importações dos grandes projectos, a cobertura das importações pelas reservas internacionais brutas passa para 4,1 meses, após 4,8 meses em finais de 2013 (Gráfico 21).

Gráfico 21: Reservas Internacionais Líquidas



O desgaste das reservas internacionais líquidas em 2014 deveu-se, essencialmente, aos seguintes factores:

- Vendas líquidas de divisas efectuadas pelo Banco de Moçambique no mercado cambial interbancário, no montante de USD 1.207,8 milhões, após USD 623,4 milhões em 2013;
- Diversos pagamentos ordenados pelo Estado, que totalizaram USD 219 milhões, após USD 124,0 milhões efectuados em 2013;
- Amortização do serviço da dívida externa em USD 178 milhões, após USD 115,9 milhões efectuados em 2013;
- Perdas cambiais líquidas no montante de USD 121,2 milhões após USD 88,4 milhões no ano anterior; e
- Diversas saídas líquidas totalizando USD 48,3 milhões, USD 8,5 milhões acima do registado no ano anterior.

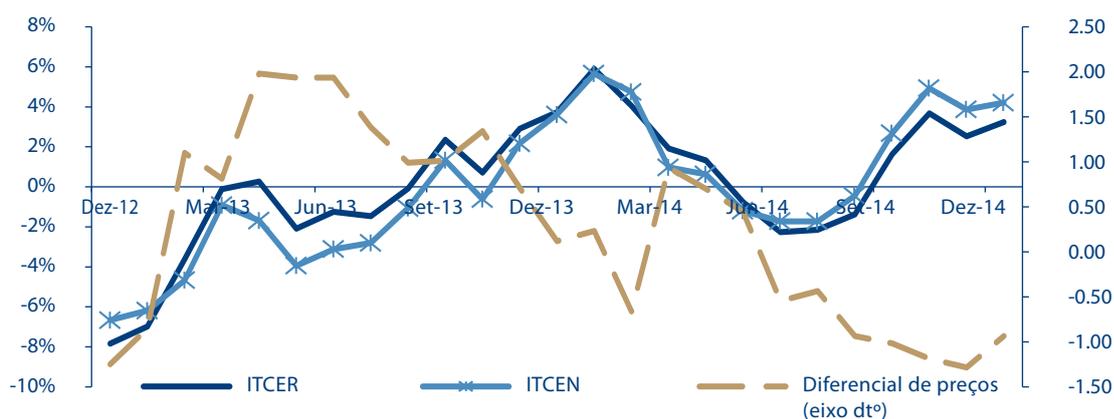
O desgaste foi amortecido pelos seguintes factores:

- Entrada de USD 389,6 milhões de fundos externos para o apoio directo ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamentos, dos quais USD 253,3 milhões e na forma de donativos e USD 136,3 milhões na forma de empréstimos, após um total de USD 456,7 milhões em 2013.
- Entrada de fundos destinados ao financiamento de projectos de investimentos público fora do Orçamento do Estado, no valor de USD 1.030,2 milhões, após USD 393,5 milhões em 2013.
- Compras diversas no valor de USD 79,5 milhões, dos quais USD 68 milhões às Empresas de Investimento Directo Estrangeiro e USD 11,5 milhões à IDA.
- Aprovisionamento líquido dos bancos no valor de USD 73 milhões, após USD 24,2 milhões no ano anterior.

2.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

O Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – indicador utilizado para a avaliação da competitividade externa dos produtos nacionais transaccionáveis – apreciou, em termos anuais, em 3,23% em 2014, após 3,73% em 2013 (Gráfico 22).

Gráfico 22: Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (Variação Anual)



Para tal, o Índice da Taxa de Câmbio Efectiva Nominal (ITCEN) apreciou 4,21% (3,61% em Dezembro de 2013), tendo o diferencial de preços sido de 0,94% a favor da economia doméstica.

Em termos bilaterais, observou-se uma depreciação real do Metical face à maior parte das moedas dos principais parceiros comerciais que compõem o índice, à excepção do Rand, moeda do segundo maior parceiro comercial de Moçambique, em relação ao qual o Metical apreciou em termos reais em 5,53% (Quadro 18).

Quadro 18: Variação da Taxa de Câmbio Real Bilateral (Média Móvel 12 meses)

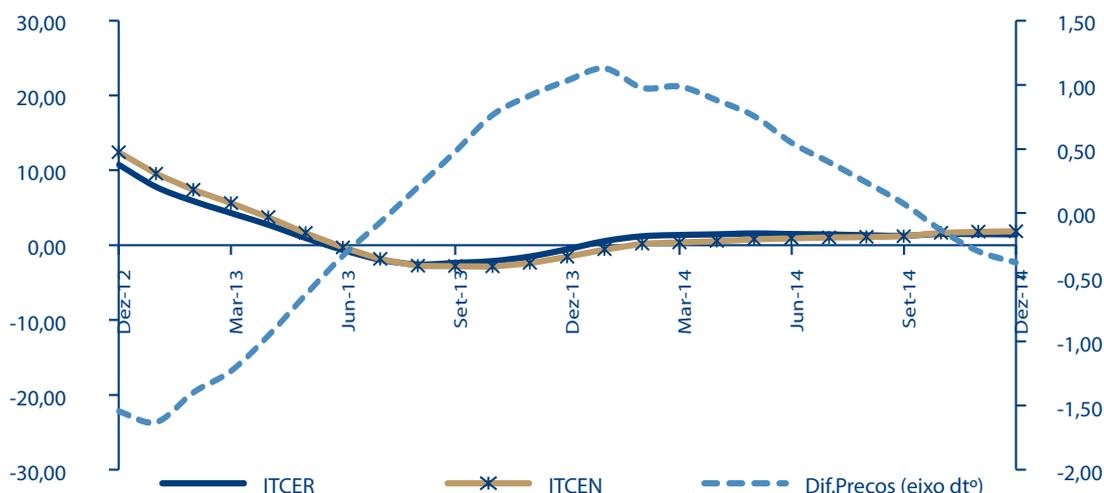
	Variação da Taxa de Câmbio Nominal*	Diferencial de Preços (%)	Variação da Taxa de Câmbio Real (%)*
África do Sul			
Dez-13	11,12	-1,46	9,44
Dez-14	9,33	-3,54	5,53
Zona do Euro			
Dez-13	-8,80	2,82	-6,23
Dez-14	-2,46	1,82	-0,73
E.U.A.			
Dez-13	-5,91	2,74	-3,34
Dez-14	-2,38	0,57	-1,83
Índia			
Dez-13	3,86	-5,41	-2,04
Dez-14	1,54	-5,13	-3,43
China			
Dez-13	-8,01	5,38	-2,99
Dez-14	-2,20	2,93	0,67
Geral			
Dez-13	-1,54	1,03	-0,54
Dez-14	1,85	-0,38	1,44

Fonte: DEE-BM

Nota: * Positivo significa apreciação.

o entanto, em termos da variação da média móvel de doze meses, o ITCER depreciou ligeiramente ao longo do segundo semestre do ano análise, tendo-se estabelecido em 0,54% em Dezembro de 2014, contra uma apreciação de 10,7% no mês homólogo do ano anterior (Gráfico 23).

Gráfico 23: Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (Variação da Média Móvel)



Caixa 1: Funcionamento do Mercado Cambial em 2014

O mercado cambial iniciou o ano de 2014 com uma certa pressão sazonal sobre o Metical relativamente a sua cotação com o Dólar norte-americano, tendo observado ao longo dos dois primeiros meses do ano uma depreciação acumulada de 2,30%, no MCI, com o mês de Janeiro a registar a depreciação mais elevada de 1,70%, culminando com uma variação anual de 2,17% e uma cotação média de MT/USD 30,64, no final de Fevereiro. Por seu turno, nos outros segmentos do mercado, particularmente no dos bancos comerciais com a sua clientela, a depreciação do Metical foi mais acentuada, tendo o spread entre esta taxa e a do MCI passado de 0,60%, no final de Dezembro de 2013, para 5,36%, no último dia de Fevereiro de 2014. Ao longo deste período, o Banco de Moçambique vendeu cerca de USD 315,6 milhões aos bancos comerciais, dos quais USD 196,4 milhões (USD 110,8 milhões em Fevereiro) para suprir a factura de importação de combustíveis líquidos, a principal razão apontada para a pressão sazonal no mercado. No período, as RIL's registaram um desgaste de cerca de USD 229,1 milhões, em grande medida, explicado pelas intervenções do Banco Central no MCI, resultando um saldo no final de Fevereiro de USD 2.766,5 milhões.

De Março a Agosto de 2014, o Metical registou uma estabilidade com períodos de apreciação face à divisa norte-americana, com variação acumulada no final de Agosto de 1,87% e anual de

2,21%. O spread entre a taxa dos bancos comerciais e a taxa do MCI reduziu substancialmente para 0,82%. Neste período, as vendas do BM no MCI declinaram significativamente, atingindo uma média mensal de USD 67,2 milhões dos quais USD 23,9 milhões para combustíveis, contra a média mensal de vendas de USD 157,8 milhões e USD 98,3 milhões nos dois primeiros meses do ano, respectivamente. A entrada de cerca de USD 547,5 milhões resultantes da tributação das mais-valias e o refreamento das intervenções do BM no MCI contribuíram para a constituição de USD 484,3 milhões, neste período, culminado com um saldo de RIL's de 3.250,8 milhões.

Por seu turno, de Março a Agosto, o volume de transacções entre os bancos comerciais incrementou, atingindo uma média mensal de USD 115,0 milhões (contra USD 27,2 milhões no período anterior), enquanto o volume médio mensal de compras e vendas dos bancos comerciais ao público aumentava de USD 333,7 milhões para USD 498,3 milhões e de USD 511,7 milhões para USD 601,3 milhões, respectivamente, reduzindo o défice médio das transacções com o público para USD 103,0 milhões (USD 178 milhões nos dois primeiros meses do ano). Nas casas de câmbio, o volume de transacções não observou alterações significativas, com a média mensal de transacções em torno de USD 8 milhões.

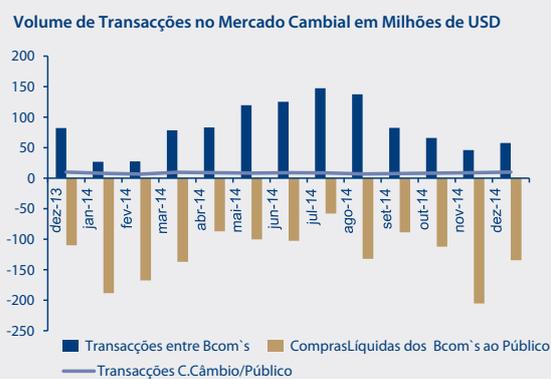
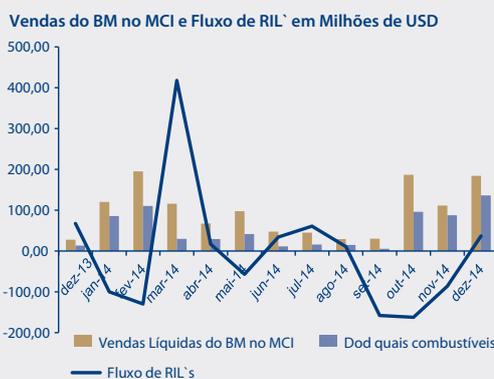
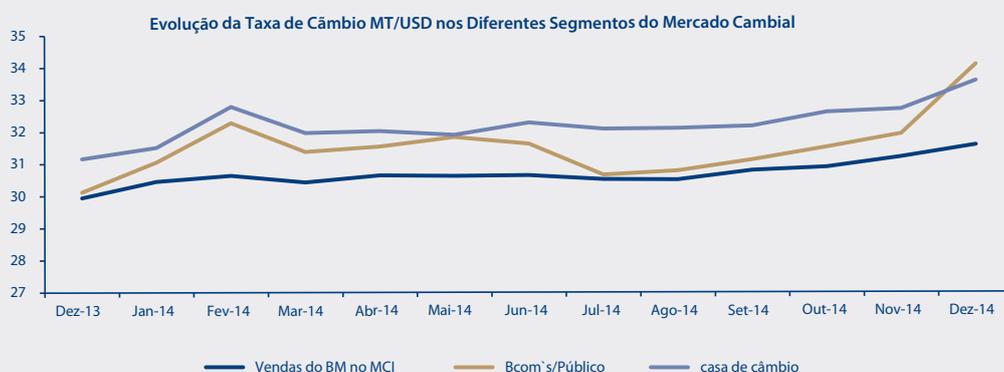
O Metical começou a depreciar de forma acentuada a partir da segunda quinzena do mês de Setembro. No final do mesmo mês, a taxa média mensal fixou-se em MT/USD 30,80 no MCI e USD/MT 31,13 nos bancos comerciais, com o spread entre os dois segmentos de mercado a aumentar de 0,02% no fecho de Agosto para 1,07% em Setembro. Por seu turno, o spread entre as taxas de câmbio das casas de câmbio - bancos comerciais registou uma redução de 4,29% para 3,37%, no mesmo período. No dia 17 de Setembro, a procura de dólares no sistema atingiu o seu pico, totalizando USD 68,50 milhões. Ao longo do quarto trimestre de 2014, a depreciação do Metical face ao Dólar foi-se agravando, tendo atingido o seu pico a 17 de Dezembro, quando a taxa de câmbio do MCI se fixou em MT/USD 31,98 e a dos bancos comerciais em MT/USD 35,78, representando uma variação anual de 6,78% e 19,29% respectivamente, tendo o spread MCI- bancos comerciais atingido a cifra de 11,88%. Nessa data, a taxa média das casas de câmbio cifrou-se em MT/USD 34,31, valor abaixo da média dos bancos comerciais.

Paralelamente a este cenário, o volume de vendas no MCI atingiu a cifra de USD 512 milhões (USD 326 milhões para combustíveis), representando vendas médias mensais de USD 128 milhões, dos quais USD 81 milhões para combustíveis. Refira-se que os maiores volumes de venda registaram-se em Novembro (USD 112 milhões) e Dezembro (USD 184 milhões). O saldo as RIL's registou um desgaste acentuado, sendo que, entre Setembro de 2014 e Dezembro de 2015, reduziu em USD 369 milhões, para um saldo de USD 2882 milhões. No que concerne ao volume de transacções entre os bancos comerciais, este reduziu, passando para uma média mensal de USD 62,9 milhões. Enquanto isto, o volume de médio de compras dos bancos comerciais com os seus clientes também reduziu para USD 494 milhões e o de vendas aumentava para USD 629 milhões, incrementando

o défice dos bancos nas suas transacções com o público para USD 135,3 milhões. Nas casas de câmbio, o volume de transacções continuava estável.

A depreciação do Metical face à divisa norte-americana que se observou nos últimos quatro meses de 2014, reflecte, entre outros factores, o fortalecimento do Dólar no mercado internacional, a pressão sobre a procura de divisas para importação de bens e serviços, particularmente combustíveis, e a redução das receitas de exportação em face da queda generalizada no mercado internacional dos preços da grande maioria dos produtos tradicionais de exportação.

Contudo, a perda do valor nominal do Metical teve impacto mínimo na inflação e no ITCER. Com efeito, inflação esteve abaixo dos 5%, comportamento favorecido, entre outros factores, pela queda dos preços internacionais das principais mercadorias importadas e pela apreciação anual do Metical em cerca de 4,23% face ao Rand sul-africano, país de origem da maior parte dos produtos de consumo básicos com grande peso no cabaz do IPC doméstico, em face da forte depreciação da moeda da RSA vis-à-vis ao Dólar dos EUA. Por seu turno, o ITCER, ao longo de 2014, variou dentro da sua banda de equilíbrio, favorecido pela apreciação do Metical face ao Rand e ao Euro, moedas que constituem cerca de 36,4% e 55,6% do cabaz do índice, respectivamente, contra 2,2% da moeda norte-americana.



2.5. Balança de Pagamentos

Dados preliminares de 2014, referentes às transacções económicas entre o resto do mundo e os agentes económicos residentes reportam um défice da conta corrente na ordem de 36,2% em relação ao PIB, incluindo donativos. Quando excluído o efeito dos donativos, o défice situa-se em 44,8% do PIB. Quanto às despesas correntes, denota-se uma melhoria na conta parcial de bens, decorrente da redução das importações em relação às exportações, o que concorreu para que o défice da conta de bens em percentagem do PIB diminuísse em quatro pontos percentuais.

A evolução das contas externas, em particular a diminuição do défice da conta corrente em 7,3%, é reflexo da dinâmica da absorção interna imposta, sobretudo, pelo sector privado e pelo comportamento das despesas na importação de equipamentos e serviços especializados que é consentâneo com a evolução da principal fonte de financiamento que nos últimos anos tem sido o influxo de IDE (no período registou uma desaceleração da ordem de 21%), com destaque para indústria extractiva, representando 31% do PIB, ante os 41% registados em 2013.

Quadro 19: **Indicadores do Sector Externo**

	USD Milhões			% PIB	
	2013	2014	Var %	2013	2014
Conta Corrente (Incluindo Donativos)	-6.253,5	-5.797,2	-7.3	41.9	36.2
Conta Corrente (Excluindo Donativos)	-7.674,3	-7.169,5	-6.6	51.5	44.8
Conta Parcial de Bens	-4.356,9	-4.035,3	-7.4	29.2	25.2
Exportações de Bens	4.122,6	3.916,4	-5.0	27.7	24.5
Importações de Bens	-8.479,5	-7.951,7	-6.2	56.9	49.7
Conta Capital	422,8	372,0	-12.0	2.8	2.3
Conta Financeira	-6.204,4	-5.292,9	-14.7	41.6	33.1
Investimento Directo Estrangeiro	-6.175,1	-4.909,8	-20.6	41.4	30.6

Compilação: BM-DEE

Contrariamente ao sector privado, com influxos financeiros sob a forma de créditos comerciais e depósitos, as necessidades de financiamento externo líquido da Administração Central com recurso ao endividamento externo cresceram em 2014 para USD 1.412 milhões, em linha com a execução mais acelerada de vários investimentos públicos.

A. Conta Corrente

Em 2014, as transacções correntes resultaram num défice de cerca de USD 5.797,2 milhões, uma desaceleração na ordem de 7,3%. Com efeito, em linha com a evolução da procura interna, as importações de bens e serviços diminuíram em 6,3%, em função da contínua redução de

importações de bens verificada ao longo do ano em 6,2%, da desaceleração das importações de serviços de construção (72,2%), bem como da retracção dos serviços de telecomunicações em 78.5% (Quadro 20).

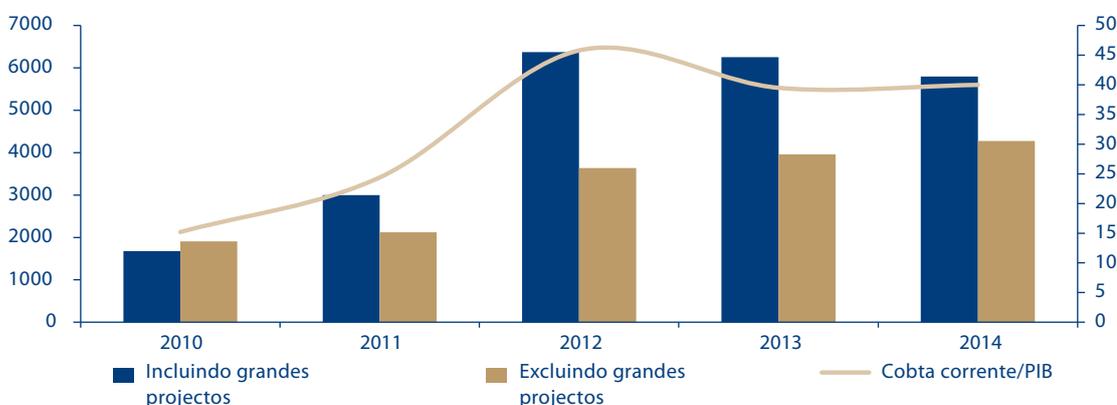
Quadro 20: **Evolução da Conta Corrente de Moçambique (USD milhões)**

	Incl. Grandes Projectos			Excl. Grandes Projectos		
	2013	2014	Var (%)	2013	2014	Var (%)
Conta Corrente	-6.253,4	-5.797,2	-7.3	-3.960,0	-4.276,7	8.0
Bens	-4.356,9	-4.035,3	-7.4	-4.619,5	-4.978,0	7.8
Exportações (FOB)	4.122,6	3.916,4	-5.0	1.926,2	1.486,9	-22.8
Importações (FOB)	8.479,5	7.951,7	-6.2	6.545,6	6.464,9	-1.2
Serviços	-3.258,8	-2.932,3	-10.0	-805,4	-613,9	-23.8
Crédito	645,5	724,8	12.3	645,5	724,8	12.3
Débito	3.904,3	3.657,2	-6.3	1.450,9	1.338,7	-7.7
Bens e Serviços	-7.615,7	-6.967,6	-8.5	-5.424,8	-5.591,9	3.1
Rendimento Primário	-58,6	-201,9	244,6	-7,7	-105,2	--
Recebimento	134,3	128,0	-4,7	132,2	121,2	-8.3
Pagamento	192,9	329,9	71.0	139,8	226,5	62.0
Bens, Serviços e Rendimentos	-7.674,3	-7.169,5	-6,6	-5432,5	-5.697,1	4.9
Rendimentos Secundários	1.420,8	1.372,3	-3,4	1.472,5	1.420,5	-3.5
Recebimento	1.506,0	1.497,1	-0.6	1.506,0	1.497,1	-0.6
Pagamento	85,2	124,8	46.5	33,5	76,6	--

Fonte: DEE-BM

A conta corrente em percentagem do PIB situou-se em torno dos 36%, contra os cerca de 42% registados no exercício económico de 2013. Este facto é explicado pela combinação, por um lado, do crescimento do PIB (7,4%) e, por outro, pela desaceleração do défice da conta corrente comparativamente ao exercício de 2013 (Gráfico 24).

Gráfico 24: **Conta Corrente vs. Conta Corrente/PIB**

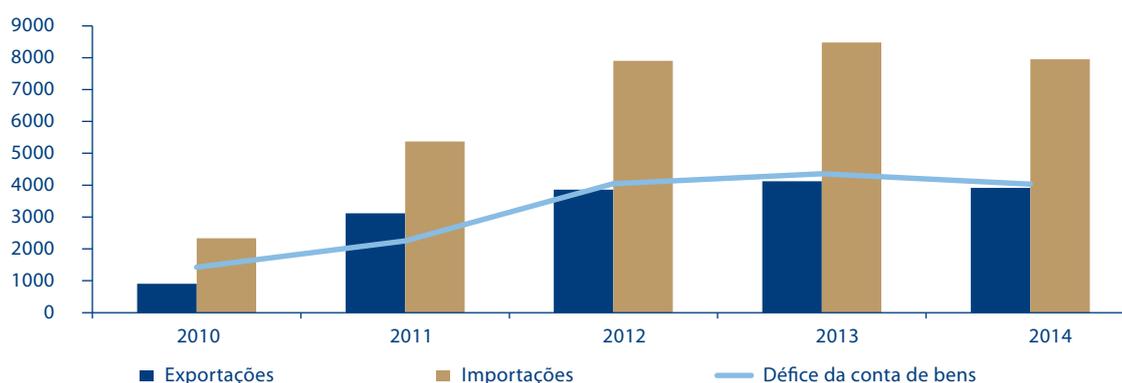


Excluindo as transacções dos grandes projectos, a conta corrente deteriorou em cerca de 8,0%, devido ao efeito combinado dos aumentos registados nos défices das contas parciais de bens em 7,8%, de rendimentos de factores de produção que passou de USD 7,7 milhões para cerca de USD 105,2 milhões, e de rendimentos secundários em cerca de 3,5%. O défice da conta parcial de rendimentos primários incrementou em mais de 100%, determinado por um lado, pelo fraco desempenho dos rendimentos dos mineiros derivados da crise na indústria mineira sul-africana, e por outro, do aumento dos juros pagos aos credores externos pela Administração Central, em resultado do incremento do endividamento externo no contexto do financiamento dos projectos públicos em curso no País.

A.1 Conta de Bens

A desaceleração dos preços médios internacionais das *commodities*, foi um marco com repercussões negativas para a economia moçambicana pelo facto de ter afectado as receitas de exportação de várias mercadorias, com ênfase para o carvão mineral, areias pesadas, alumínio, entre outros, o que foi amortecido pelo crescimento no volume exportado, particularmente, nas exportações dos grandes projectos que incrementaram em 10,4%, apesar de em termos globais as receitas de exportação terem diminuído em 5%, para USD 3.916,4 milhões. Outrossim, as importações de bens registaram igualmente um decréscimo de 6,2%, com destaque para os grandes projectos que reduziram as suas importações em cerca de 23%, ante os 1,3% dos sectores tradicionais, tendência que está em linha com a queda na procura de bens de capital em 2,6%, no âmbito dos investimentos realizados tanto pelos grandes projectos, como das empresas relacionadas àqueles empreendimentos.

Gráfico 25: **Comércio Externo em Milhões de USD**



A combinação dos factores referidos anteriormente, aliado ao facto da queda das importações ter sido mais expressiva em relação a das exportações, concorreu para que o défice da conta parcial de bens reduzisse em aproximadamente 7%, para USD 4.035,3 milhões (Gráfico 22).

Exportações

O exercício económico de 2014 foi marcado por uma desaceleração do preço médio internacional de várias mercadorias, com destaque para o carvão térmico (17,1%), algodão (8,1%), açúcar (3,9%). A exportação de bens rendeu ao país cerca de USD 3.916,4 milhões, correspondente a 5%, valor aquém do registado no mesmo período de 2013, salientando-se os declínios verificados nas receitas de exportação de alumínio, carvão mineral, açúcar, entre outros. Entretanto, produtos houve com contribuição positiva como são os casos de energia eléctrica, gás, areias pesadas, banana e rubi.

Os factores que contribuíram para a evolução das exportações de bens, no período em análise, foram:

Grandes Projectos:

Energia Eléctrica – o País arrecadou cerca de USD 355 milhões, um crescimento na ordem de 31,6% em relação ao período homólogo de 2013, explicado pelo aumento no volume exportado e no preço médio em cerca de 3% e 20%, respectivamente. Refira-se que, do total de receitas, cerca de USD 72,6 milhões é resultante da exportação de energia produzida na central térmica movida a gás natural.

Gás - As receitas na exportação deste combustível fóssil foram de USD 340 milhões, um incremento de 48,1%, justificado pelo aumento nas quantidades produzidas e vendidas, reflexo do impacto dos investimentos realizados no sector, que resultaram na expansão da capacidade produtiva, respondendo à crescente necessidade de energia por parte da África do Sul, destino único das exportações de gás.

Carvão - As receitas de exportação de carvão mineral tem estado a ser negativamente afectadas por sucessivas quedas no preço médio internacional. Com efeito, o país arrecadou receitas na ordem de USD 490,7 milhões, um decréscimo na ordem de 2,4%, contrapondo-se ao incremento de cerca de 18% no volume exportado.

Alumínio - Dados preliminares indicam que, não obstante o incremento do preço médio internacional em 1,1%, as receitas de exportação decresceram em 1,0%, para USD 1.052,3 milhões, tendo como principal destino os Países Baixos.

Areias Pesadas - As receitas deste produto registaram um aumento na ordem dos 41,9%, para USD 191,3 milhões, explicado pelo crescimento no volume exportado em cerca de 27%, contra a desaceleração registada no preço médio internacional em 3,4%.

Produtos Tradicionais

Algodão - com um nível de arrecadação de receitas de USD 80,6 milhões, o que representa um declínio de aproximadamente 19%, devido à redução no preço médio internacional de 2.023 USD/Tonelada, para 1.694 USD/tonelada.

Açúcar - com receitas de exportação na ordem de USD 81,3 milhões, em termos percentuais 47,8% aquém do registado em 2013, explicado pelo aumento da oferta de açúcar no mercado internacional, factor que tem estado a pressionar o preço médio internacional no sentido de queda.

Banana - Aumento dos campos de cultivo e, por via disso, o incremento da produção e do volume exportado, são os factores que concorreram para a obtenção de receitas de exportação de USD 49,4 milhões, o que em relação a 2013 representa um crescimento na ordem de 31,6%.

Castanha e Amêndoa de Caju – Ganhos de USD 9,8 milhões e USD 9,9 milhões nas exportações da castanha e amêndoa de caju, respectivamente, contra USD 5,8 milhões e USD 16,1 milhões registados em 2013. De referir que o fraco desempenho deste sector continua ligado a baixa produtividade das mudas.

Bunkers e Reexportação - O combustível procurado em portos e aeroportos por navios e aeronaves pertencentes às empresas não-residentes resultou numa receita de cerca de USD 34,1 milhões, um decréscimo na ordem de 9,9%, enquanto a reexportação de combustíveis para os países vizinhos (Malawi, Zimbábwe e Zâmbia) rendeu cerca de USD 23 milhões, representando um decréscimo de 29% comparativamente a 2013.

No grupo dos outros produtos de exportação salientam-se o Rubi que no período em análise registou receitas de USD 76,8 milhões, acima de Gergelim (USD 47,5 milhões), legumes (USD 48,8 milhões), óleo de girassol (USD 26,8 milhões), frutas diversas (USD 19,4 milhões), farinha de trigo (USD 14,6 milhões), amendoim (USD 8,0 milhões), chá (USD 5,5 milhões), entre outros.

No que se refere ao comércio bilateral, os Países Baixos, a África do Sul, a Índia, o Reino Unido e a China continuam a evidenciar-se como os principais destinos das exportações de Moçambique, com um peso de 28,4%, 24,2%, 9,9%, 5,4% e 5,2%, respectivamente, no total dos produtos exportados. Ao nível da SADC, a África do Sul continua sendo o país que absorve o maior volume de exportações do País, tendo em 2014 alcançado cerca de 98% das exportações totais para a região.

Importações

No período em análise, as despesas de importação, incluindo as grandes empresas de IDE, registaram um decréscimo na ordem dos 6,1% para cerca de USD 7.952 milhões, com destaque para a queda na importação de energia eléctrica, óleo alimentar, bens de capital. Excluindo os grandes projectos, as despesas de importação decresceram em 1,3% para USD 6.464,9 milhões, sendo

que os grandes projectos registaram uma queda em cerca de 23%. A redução nas importações é consistente com a tendência do influxo de IDE que, no período, registou alguma desaceleração na ordem de USD 1.273,3 milhões.

No concernente às principais categorias de bens, por um lado os bens de capital registaram um decréscimo na ordem de 2,6%, por outro, os bens de consumo e os bens intermédios registaram um crescimento na ordem de 1,3% e 1,9%, respectivamente.

De seguida, apresenta-se os principais factores que explicam a tendência dos produtos de importação, pelas principais categorias de bens:

Bens de Consumo - Em relação à dinâmica dos principais bens de consumo, no sentido positivo, destaca-se o crescimento na importação de açúcar acima do dobro de 2013, da cerveja em cerca de 58% e automóveis em 10%, enquanto no sentido negativo, salientam-se as despesas de importação em cereais e óleo alimentar, que decresceram cerca de 6% e 35%, respectivamente. De referir que na importação de medicamentos registou-se um incremento de 4.6%.

Bens Intermédios - A entrada em produtivo de centrais térmicas movidas a gás para a produção de energia eléctrica para servir às necessidades de consumo do mercado doméstico, deverá explicar, em parte, a redução na factura de importação de energia eléctrica em cerca de 6,4%, para cerca de USD 45 milhões. No sentido de incremento de despesas, destaca-se a importação de combustível em 5,8%, a responder às necessidades impostas pelo sector industrial, ainda que o seu produto esteja a ser afectado pela queda no preço médio internacional das mercadorias. Adicionalmente destaca-se os materiais de construção (excluindo cimento), que cresceu cerca de 4%, ligado ao rápido crescimento do sector de construção.

Outros produtos - A despesa em outros produtos, como um todo, reduziu para próximo de 18%, destacando-se o declínio na importação de óleos e lubrificantes em 39%, pneus novos em 27,3%, tractores agrícolas, locomotivas e reboques em 26,3%.

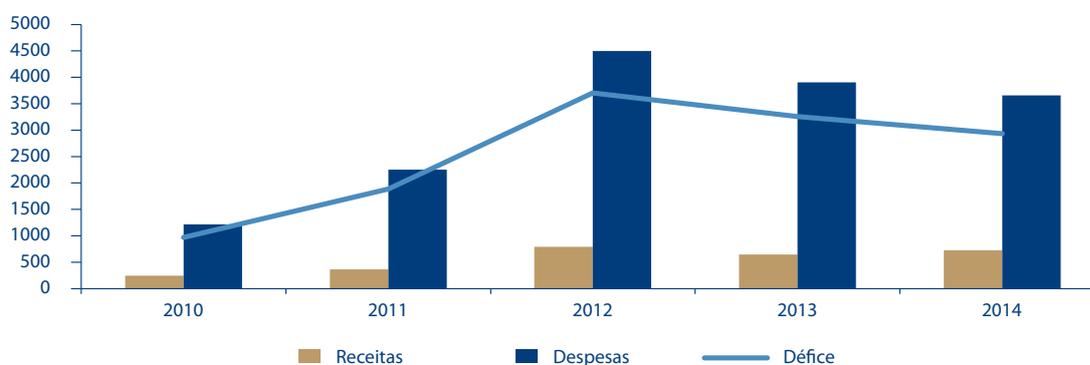
Grandes Projectos - Este segmento composto basicamente por grandes empresas de IDE registou uma queda de cerca de 23% nas despesas de importação de diversos bens, incluindo bens de capital, em linha com a desaceleração no influxo do investimento e os receios quanto à evolução dos preços médios internacionais, que têm estado a registar baixas nos últimos meses.

A África do Sul continua a evidenciar-se como o principal parceiro comercial de Moçambique, com um peso de cerca de 36% no volume de importações totais, enquanto a nível da região o peso deste país é de 93%, num contexto em que a SADC cobre aproximadamente 39,1% do total das importações do período. No que tange a outras regiões, o continente asiático ocupa o segundo lugar em termos de origem das importações com 27,4% do total das importações, com destaque para a China, Índia e Japão. Por seu turno, a União Europeia destaca-se em terceiro lugar com cerca de 21% do total das importações, salientando-se os países Baixos, Portugal e Reino Unido.

A.2 Conta de Serviços

As transacções em serviços resultaram em pagamentos líquidos ao resto do mundo no montante de USD 2.932,3 milhões (18,3% do PIB), o que constitui uma redução no défice em cerca de 10% comparativamente a 2013. Este facto foi explicado pela desaceleração do saldo devedor da rúbrica de serviços de construção em 72,2%, para USD 231,3 milhões, e de transporte em 41,6%, para USD 383 milhões, não obstante o agravamento do défice da rúbrica de serviços de Assistência Técnica em 57.8%, para USD 1.444,7 milhões (Gráfico 26).

Gráfico 26: **Conta de Serviços em Milhões de USD**



A redução do défice do sector dos transportes é justificada pelo incremento de transporte e manuseamento de mercadorias em trânsito para os países do hinterland, reflectindo os trabalhos de manutenção e expansão das infra-estruturas ferro-portuárias. No mesmo sentido, as despesas em serviços de transporte reduziram em 20,7%, explicado, sobretudo, pela diminuição na importação de bens. Por seu turno, a redução do défice do sector de construção é explicada pela queda do IDE, dado que expurgando os grandes projectos do IDE, o défice incrementa em cerca de USD 81 milhões, o que reflecte o crescimento das diversas obras de construção civil, sobretudo para projectos imobiliários

Enquanto isto, a deterioração do sector de Serviços de Assistência Técnica deve-se, fundamentalmente, ao incremento registado nas despesas de assistência técnica prestada a residentes pelas companhias não-residentes, tendo em conta a dinâmica evidenciada pelo sector produtivo da economia com as operações das grandes empresas de IDE, face à exiguidade na oferta deste tipo de serviços. Como corolário da situação descrita, as despesas com assistência técnica foram de USD 1.503 milhões, representando um incremento de USD 92,7 milhões em relação a 2013.

A.3. Conta de Rendimentos

Dados preliminares das transacções derivadas das aplicações dos factores de produção em 2014, apontam para pagamentos líquidos de USD 201,9 milhões, ante os USD 58,6 milhões registados em 2013. Contribuíram para este comportamento, a queda dos rendimentos dos nacionais no estrangeiro com destaque para as remessas dos mineiros, consubstanciado com o incremento

das remunerações de empregados não-residentes, particularmente dos relacionados com os empregados contratados pelos grandes projectos no quadro da exploração de carvão mineral em Tete e gás natural na bacia do Rovuma. Contudo, registou-se um incremento dos juros pagos pela Administração Central em 57%, em linha com o aumento do endividamento externo em condições comerciais para fazer face aos projectos públicos. Igualmente refira-se o aumento dos juros pagos ao exterior pelo sector privado no âmbito das suas aplicações em instrumentos de dívida nos mercados internacionais.

A.4. Rendimentos Secundários e Transferências de Capital

No período em análise, registou-se uma entrada líquida de recursos sob forma de rendimentos secundários na ordem de USD 1.372,3 milhões, uma queda anual de 3,4%, justificado pelo abrandamento em 17% de outras transferências correntes do Governo, que se fixaram em USD 519,4 milhões, contra USD 627,9 milhões registados em igual período de 2013. Em termos gerais, se acrescentarmos a contribuição das receitas das mais-valias da ordem de USD 520 milhões, os desembolsos unilaterais para Administração Central tiveram um decréscimo marginal de USD 630 mil. No que se refere aos rendimentos secundários do sector privado, há o registo de incremento na ajuda as famílias de trabalhadores não residentes, o que contribuiu para o repatriamento de remessas de trabalhadores para o exterior num total de USD 21,6 milhões.

Quanto a transferência líquida de capitais externos, registo vai para a queda em 12%, para USD 372 milhões, justificado pela diminuição em cerca de 21% dos recursos destinados a donativos para investimento que totalizaram USD 150 milhões, assim como pela redução em 5% de outras transferências de outros sectores, que totalizaram cerca de USD 222 milhões. Dos principais parceiros de cooperação de apoio programático destaque vai para os desembolsos realizados pela União Europeia (USD 72 milhões), Reino Unido (USD 51,8 milhões), Suécia (USD 47 milhões), Alemanha (USD 21,4 milhões) e Irlanda (USD 12,4 milhões), dos quais o enfoque foi para a importação de bens de consumo.

As transferências de capitais para a Administração Central vem conhecendo decréscimos significativos nos últimos anos, em parte, a reflectir a situação de incerteza dos principais parceiros internacionais abraços com problemas de dívidas soberanas, o que tem estado a concorrer para que o Governo recorra para o endividamento externo de âmbito comercial para apoiar as acções inscritas no Orçamento Geral de Estado.

Fluxos Financeiros

Os fluxos financeiros, entre a economia moçambicana e o resto do mundo foram da ordem de USD 5.292,9 milhões negativos, reflectindo um abrandamento na absorção líquida de passivos externos financiados principalmente com recurso aos desembolsos realizados no âmbito do IDE que de USD 6.175 milhões em 2013, passaram para USD 4.901,9 milhões em 2014, o equivalente a 30.6% do

PIB, ante os 41,4% de 2013. Não obstante, os influxos de IDE continuam sendo a principal fonte de financiamento da conta corrente de Moçambique.

A desaceleração do IDE dos grandes projectos pode ser associada ao efeito combinado dos constrangimentos logísticos na componente de transporte do carvão das minas para os portos, ao ciclo de vida de alguns projectos (aproximação da fase de produção), a queda dos preços internacionais e as pressões que as próprias companhias fazem de modo a ter condições fiscais favoráveis por parte do governo. O IDE direccionado às restantes categorias de empresas incrementou em USD 835 milhões para USD 2.306 milhões. Como corolário, o IDE dos projectos não classificadas como grandes, duplicou o seu peso no total para 47% depois do mínimo histórico registado em 2013, recuperando, assim, a comparticipação alcançada em 2009.

Invariavelmente, a indústria extractiva apresenta-se como o sector que tem atraído a maior parte dos fluxos de IDE nos últimos cinco anos, o que decorre tanto do aumento dos projectos a operarem neste sector assim como dos significativos recursos que cada projecto demanda, em particular, na fase de implantação ainda em curso. Em média, 73% do IDE foi direccionado para aquela indústria.

No ano em análise, o perfil sectorial do IDE mostra que a indústria extractiva conservou a liderança ao captar 62% dos recursos externos, dos quais 53% alocados na exploração de gás, seguida dos sectores de Transportes e comunicações (15%) e Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços à Empresas (9%), para além dos sectores de construção, comércio, alojamento e restauração com 3% cada e, por último, o sector agrícola com 2%.

Na perspectiva geográfica, os cinco maiores países investidores em 2014 foram: Estados Unidos da América com 35,7% do total de IDE, seguido pelos Emirados Árabes Unidos (30,7%), Maurícias (10,2%), Itália (9,7%) e Austrália (4,5%). Estes países têm constado na lista dos 10 maiores investidores, pelo menos nos últimos três anos, com investimentos orientados para a indústria extractiva e recentemente na execução de projectos de construção de linhas férreas e implantação de projectos de produção de energia eléctrica com base nos recursos minerais.

a) Financiamento da Balança de Pagamentos

O Balanço das transacções realizadas pelos residentes da economia moçambicana mostrou-se aquém das necessidades internas facto que concorreu para que os recursos drenados na conta capital e financeira não fossem suficientes para financiar o défice da conta corrente, resultando num saldo global deficitário de USD 106 milhões.

Outrossim, devido a insuficiência de recursos para financiar a elevada procura externa, as Autoridades Monetárias desgastaram os activos de reserva em aproximadamente USD 120 milhões, fazendo com que o saldo das reservas internacionais brutas situasse em USD 3.072,0 milhões, o correspondente a 2,8 meses e 4,1 meses de importação de bens e serviços não factoriais, com e sem os grandes projectos, respectivamente.

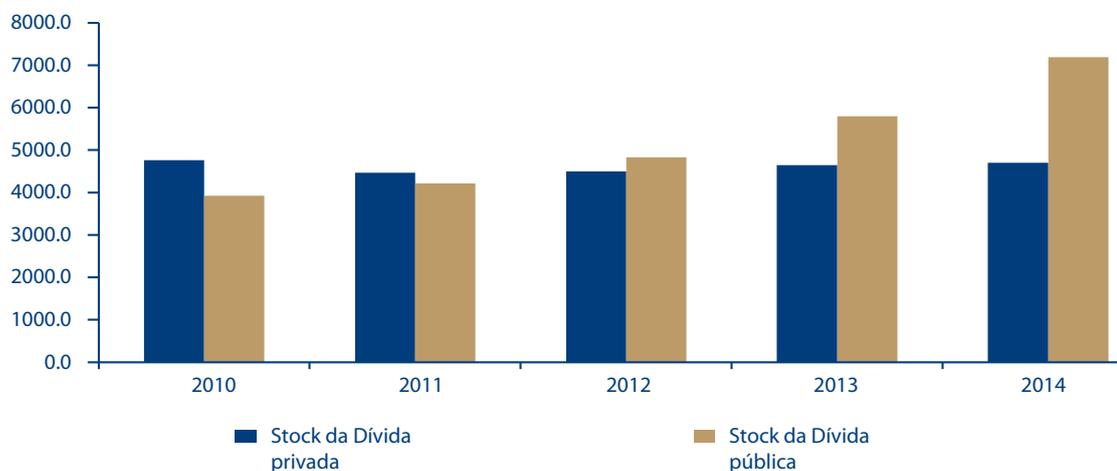
b) Dívida Externa

O *stock* nominal de dívida pública externa de Moçambique aumentou a um ritmo acelerado, tendo atingido em 2014 a cifra mais alta de USD 7.187,5 milhões. Este montante representa 45% do PIB, cerca de duas vezes as exportações de 2014. Em termos de desagregação, os credores bilaterais tem sido mais expressivos nos últimos três anos, com um peso de 52% do total do fardo, sendo essa a principal janela de financiamento do Governo nos últimos tempos, acarretando consigo elevados custos, tendo em conta as taxas de juro.

A contratação de novos empréstimos, bem como o facto de uma boa proporção da dívida externa pública do país estar denominada em outras moedas, são os factores-chave na tendência crescente do *stock* da dívida.

Em relação a dívida privada externa de Moçambique, as estatísticas disponíveis apontam que de USD 4.763,2 milhões em 2010 o *stock* de dívida privada externa reduziu para USD 4.698,1 milhões, corolário da tendência crescente no ritmo de amortização por parte das empresas pertencentes à categoria dos grandes projectos e também a persistência de alguns sinais ainda do fenómeno "*credit crunch*", resultando na queda de contratação de novos empréstimos (Gráfico 27).

Gráfico 27: **Stock da Dívida Externa em milhões de USD**





SUBSTRATO SINTÉTICO - POLÍMERO

Nota de 100 Meticais

SISTEMA FINANCEIRO



3



1. Nota introdutória

O Banco de Moçambique, de entre as várias atribuições, é responsável pelo acompanhamento e fiscalização da actuação das instituições de crédito e sociedades financeiras, incluindo Bolsa de Valores, garantindo o cumprimento das normas de natureza prudencial, com o fim de promover a protecção do sistema financeiro e a segurança dos fundos dos depositantes em cada instituição em particular. Compete ainda ao mesmo, garantir a estabilidade do sistema financeiro de forma a desempenhar adequadamente o seu papel de canalizador de recursos para o desenvolvimento da economia.

O presente capítulo sintetiza os desenvolvimentos domésticos em matéria de supervisão e avalia o desempenho do sistema bancário em 2014. A análise do desempenho do sistema bancário baseia-se na informação contabilística e prudencial agregada, submetida pelas instituições sujeitas à supervisão do Banco de Moçambique.

O capítulo compreende três partes. A primeira parte compõe a nota introdutória, a segunda apresenta as actividades realizadas pelo Departamento de Supervisão Prudencial, destacando-se a distribuição e evolução das agências bancárias. Por fim, na última parte analisa-se os níveis de concentração e quotas de mercado, bem como o desempenho do sistema bancário, no que se refere ao balanço, solvabilidade e rendibilidade.

2. Evolução do Sistema Bancário

Em 2014 o número de bancos, microbancos, cooperativas de crédito e sociedades de locação financeira manteve-se inalterado comparado com 2013, tendo acontecido exactamente o oposto em relação aos operadores de microcrédito que, entre Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014, aumentaram em 52, totalizando 285 operadores (Quadro 1).

Quadro 1: **Instituições em Actividade**

Tipo de Instituição	2014	2013	2012	2011	Varição 2013/14
Bancos	18	18	18	18	0
Microbancos	10	10	8	8	0
Cooperativas de Crédito	8	8	7	7	0
Sociedades de Locação Financeira	0	0	0	0	0
Sociedades de Investimento	3	3	1	1	1
Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartões de Crédito	2	2	1	1	0
Instituições de Moeda Electrónica	2	2	1	1	0
Sociedades de Capital de Risco	2	2	1	1	1
Sociedades Administradoras de Compras em Grupo	1	1	1	1	0
Casas de Câmbio	18	18	19	21	-1
Organizações de Poupança e Empréstimo	12	12	11	10	0
Operadores de Microcrédito	285	285	199	166	52

Fonte: Banco de Moçambique - DRL

Não obstante a estacionaridade em termos do número de instituições bancárias, o número de agências abertas em 2014 atingiu a maior cifra dos últimos quatro (4) anos, com 92 agências abertas. Em 2013, o número de agências abertas foi de apenas 18.

Ainda no que respeita às novas agências, a cidade de Maputo, província de Nampula e província de Maputo foram as que mais contribuíram para o crescimento global com 20, 19 e 16 agências respectivamente, seguidas de Cabo Delgado com 8, Tete com 7, Niassa com 6, Manica com 5, Gaza e Zambézia com 4 cada, e por fim Sofala e Inhambane com 2 e 1, respectivamente (Quadro 2).

Quadro 2: **Evolução de Agências de Bancos em Funcionamento**

Província	2014	2013	2012	2011	Varição 2013/14
Cidade de Maputo	210	190	186	166	20
Província de Maputo	68	52	51	49	16
Gaza	36	32	31	31	4
Inhambane	32	31	30	28	1
Sofala	49	47	46	43	2
Manica	30	25	24	23	5
Tete	43	36	34	28	7
Zambézia	29	25	24	22	4
Nampula	71	52	50	44	19
Cabo-Delgado	28	20	16	13	8
Niassa	16	10	10	10	6
Total	612	520	502	457	92

Fonte: Banco de Moçambique – DRL

2.1. Contencioso

Em 2014 o Banco de Moçambique instaurou trinta (30) processos de contravenções, sendo onze (11) contra bancos, três (3) contra uma cooperativa de crédito e dezasseis (16) contra instituições não financeiras. Daqueles processos, dez (10) culminaram com a aplicação de penas de multas, que variaram de 40.000 meticais a 350.000 meticais e que foram integralmente pagas. Em 2013 o número de processos de contravenções foi de vinte e sete (27).

De referir que, embora tenha sido registado um ligeiro aumento do número de processos em comparação com 2013, o nível de gravidade das contravenções baixou. As infracções cometidas pelos bancos e pela cooperativa de crédito em 2014 estiveram relacionadas com a não observância dos prazos para publicação dos relatórios e o envio tardio de informação ao Banco de Moçambique, comparado com a violação de normas sobre crédito correlacionado, conflito de interesses, incumprimento do prazo para a publicação de contas e inobservância das regras sobre a realização de capital registadas em 2013.

2.2. Testes de esforço (*Stress test*)

Em 2014, foram realizados quatro exercícios de testes de esforço, mais 2 do que em 2013. Os testes realizados tiveram como datas de referência Março, Junho, Setembro e Dezembro e incidiram sobre a solvência e liquidez.

No teste de solvência foram abrangidas 16 instituições de crédito que representavam cerca de 97% dos activos do sistema. À semelhança do ano anterior (2013), os factores abrangidos foram o risco de crédito, de taxa de câmbio (MT/Dólar Norte Americano) e de contágio interbancário.

O teste de liquidez abrangeu 17 instituições de crédito, representando cerca de 98% dos activos do sistema e testou cenários de “*Stress*” de Moeda, “*Stress*” País e “*Stress liquidity coverage ratio*”.

A realização dos testes de esforço visava determinar a capacidade dos bancos de absorverem choques sem descer dos limites mínimos permitidos.

Os testes de solvência indicaram que a concentração do risco de crédito continua sendo a maior vulnerabilidade do sistema, uma vez que a maior parte das instituições não possui um *buffer* de capital suficiente para acomodar perdas que resultariam do incumprimento dos maiores mutuários.

As instituições que possuem exposições significativas em moeda estrangeira são vulneráveis às flutuações cambiais por via do crédito em incumprimento. Ainda assim, o efeito directo do aumento da taxa de câmbio sobre a solvabilidade não é significativo.

A liquidez do sistema foi considerada suficiente, ainda que se tenha observado uma certa vulnerabilidade em termos de *funding liquidity risk*, uma vez que as fontes de recursos encontram-se concentradas nos grandes depositantes.

Acautelados os pressupostos, os resultados do exercício permitiram concluir com alguma razoabilidade que o sistema bancário apresenta-se adequadamente capitalizado para suportar os choques testados.

2.3. Basileia II

Depois do curso paralelo que teve lugar ao longo de 2013, o ano 2014 foi reservado ao início da implementação efectiva dos princípios do Segundo Acordo de Basileia para a Convergência de capitais (vulgo Basileia II) no sistema bancário moçambicano.

Em comparação com o Basileia I, o Basileia II é uma metodologia de alocação de capitais mais sensível aos riscos da actividade bancária, o que se reflecte no maior alinhamento entre o capital económico e o capital regulamentar.

Para efeitos de identificação e quantificação dos riscos, bem como de alocação de capitais, o Basileia II encontra-se estruturado em três blocos, designados por pilares. O pilar 1 agrega três riscos fundamentais, designadamente de crédito, operacional e de mercado e estabelece os respectivos modelos de avaliação, os quais podem ser padronizados pelo regulador para todas as instituições bem como concebidos pelas instituições em forma de modelos internos.

O pilar 2 agrega todos os riscos considerados mas não capturados, bem como os riscos não tomados em consideração ao nível do pilar 1, da mesma forma que relega o processo de avaliação para a gestão das instituições de crédito, ficando o processo de validação da adequabilidade dos modelos internos à responsabilidade das autoridades de supervisão.

O pilar 3 por sua vez visa promover a divulgação de informação pelas instituições para os diferentes mercados de forma suficiente, consistente e transparente, de modo a assegurar a disciplina de mercado. O Comité de Basileia para a Supervisão Bancária acredita que as divulgações permitem aos participantes do mercado avaliarem de forma mais efectiva os níveis adequação de capitais, bem como os riscos tomados pelas instituições de crédito.

Com a entrada em vigor dos princípios do Basileia II, todas as normas que consubstanciavam o Basileia I foram substituídas pelos seguintes normativos:

- Aviso nº 11/GBM/2013, Concernente ao Apuramento da Base de Cálculo de Requisitos Mínimos de Capital para Cobertura de Risco de Crédito;
- Aviso nº 12/GBM/2013, Concernente a Base de Cálculo de Requisitos Mínimos de Capital para Cobertura do Risco Operacional;
- Aviso nº 13/GBM/2013, Concernente a Base de Cálculo de Requisitos Mínimos de Capital do Risco de Mercado;
- Aviso nº 14/GBM/2013, Concernente a Fundos Próprios das Instituições de Crédito;
- Aviso nº 15/GBM/2013, Concernente a Rácios e Limites e Prudenciais;
- Aviso nº 19/GBM/2013, Concernente à Disciplina de Mercado – Requisitos de divulgações;
- Aviso nº 20/GBM/2013, Concernente ao Processo de Revisão de Supervisão (SRP);
- Circular nº 01/SCO/2013, Concernente aos Rácios e Limites Prudenciais;
- Circular nº 02/SCO/2013, Concernente ao Processo de Auto-avaliação do Capital interno (ICAAP – do inglês Internal Capital Adequacy Assessment Process) ;
- Circular nº 03/SCO/2013, Concernente ao Risco de Concentração;
- Circular nº 04/SCO/2013, Concernente ao Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária; e
- Circular nº 05/SCO/2013, concernente aos Testes de Esforço.

Tendo em conta que se trata de um processo novo no sistema bancário, o DSP manteve ao longo de 2014 o seu papel pedagógico junto das instituições de crédito, garantindo o esclarecimento de dúvidas e prestando auxílio técnico àquelas que apresentassem eventuais dificuldades na interpretação das normas, bem como no preenchimento dos *templates* propostos para a operacionalização dos normativos.

Apesar de a adopção do Basileia II implicar, em princípio, maior consumo de capitais, no geral, o adequado nível de capitalização das instituições de crédito acomodou sem sobressaltos os impactos da migração. Disto resultou que, no cômputo geral, as instituições mantiveram rácios de solvabilidade acima de 8%.

2.4. Supervisão Baseada no Risco (RBS)

O *RBS* é uma metodologia de supervisão iniciada em 2013, onde a intensidade da supervisão é determinada pela conjugação de dois factores-chave: o perfil de risco e a importância sistémica da instituição. Com efeito, a abordagem *RBS* permite uma alocação mais eficiente de recursos de supervisão, bem assim contribui para a elevação da eficácia das inspecções.

O ano 2014 foi dedicado à continuação das acções iniciadas em 2013 (ano piloto), tendo sido levadas a cabo as seguintes actividades:

- Inspecções Piloto aos bancos BIM, MCB e Moza Banco (em curso);
- Fase III da consultoria prestada pelo MEFMI (20 a 28 de Outubro) que teve enfoque no acompanhamento da implementação do framework de RBS, bem como avaliar os progressos realizados pelo DSP na implementação das recomendações das duas missões anteriores e reforçar a capacidade das lacunas observadas;
- Actualização do Manual de Supervisão (último draft submetido à equipa de controlo de qualidade – Equipa de Juristas, em Novembro de 2014), com vista incorporar os resultados da consultoria do MEFMI, bem como melhorias decorrentes das experiências das inspecções piloto realizadas

3. Desempenho do Sistema Bancário

3.1. Concentração no Sistema Bancário

O sector bancário moçambicano continua a apresentar taxas de concentração elevadas, não obstante a tendência decrescente do índice de Herfindhal – Hirschman (IHH) que se vem observando desde finais de 2009.

Em finais de 2014, os quatro maiores bancos concentravam 77,09%, 77,81% e 80,16% dos activos totais, crédito e depósitos do sistema bancário, respectivamente, tendo o índice de concentração IHH se fixado em 0,197 (0,20 em Dez/13) para crédito; 0,19 (0,20 em Dez/13) para activos e 0,20 (0,21 em Dez/13) para depósitos (Gráfico 1).

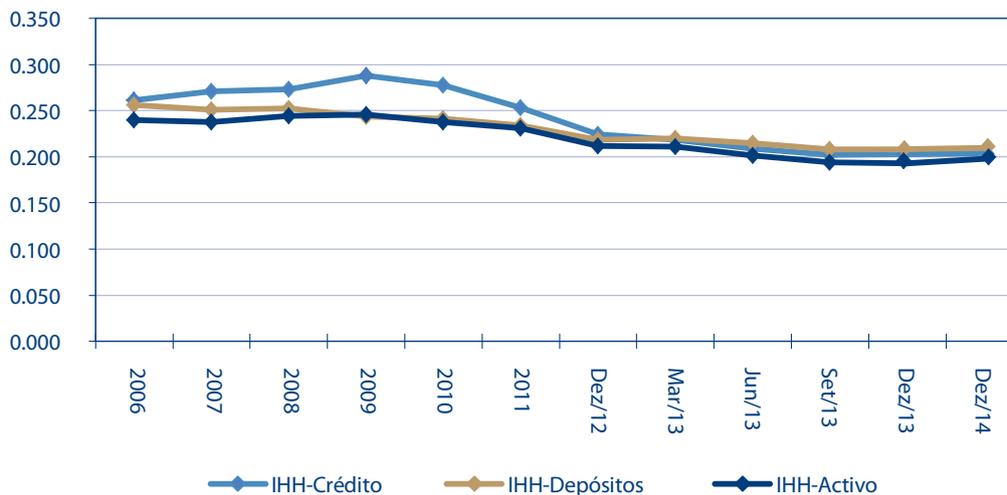
A redução do índice de concentração nos grandes bancos revela o êxito das estratégias de alguns bancos médios na captação de depósitos, na expansão da carteira de crédito e da rede de balcões e conseqüentemente no aumento das suas quotas de mercado por partilha com os bancos já estabelecidos. Esta tendência poderá continuar, visto que algumas daquelas instituições tendem a alargar o número de balcões para pontos onde ainda não estão representados.

A estratégia de expansão manifestou-se também através das acções de responsabilidade social e criação de novos produtos e serviços com vista a acomodar as necessidades dos clientes.

A disputa por novos espaços no mercado fez-se sentir especialmente entre os grandes bancos, bem como entre aqueles e os bancos médios, o que se reflectiu na cedência de parte das quotas de mercado de uns a favor de outros, bem como na troca de posições no ranking, de tal forma que a partir de Fevereiro de 2014, o antigo 4º maior banco do sistema cedeu a sua posição a favor do outrora 5º maior banco.

Entre os bancos médios notou-se também uma forte concorrência, o que resultou em alterações nas quotas de mercado, com alguns bancos mais antigos do sistema a perderem as suas posições a favor de novos bancos. Em termos gerais, a competitividade evidenciou uma apetência de alguns bancos novos em ganhar mais espaço no mercado, contrariando a tendência dos bancos antigos que se mantiveram um pouco estáveis durante os dois últimos anos.

Gráfico 1: Índice de Herfindhal-Hirschman no sistema bancário



A segregação das instituições com base na dimensão das suas quotas de mercado (Quadro 3) revela que apenas 5 instituições é que detêm, em activos, quotas superiores a 6% contra cerca de 17 com quotas abaixo de 2% e apenas 3 com quotas situadas entre 2% e 6%. Ao nível dos depósitos e do crédito, 4 instituições de créditos (3 em Dez/13) detêm cada uma mais de 6% de quota de mercado contra 12 com quotas inferiores a 2% e apenas 4 com quotas entre 2% e 6%.

Quadro 3: **Quotas de Mercado**

Quotas de Mercado			
Indicador	> 0% <2%	>2%<6%	6%>
Activos	CPC, MCB, BNI, Procredit, Socremo, Capital Bank, Tchuma, BOM, BTM, ACMicrobanco, GAPI, UBA, Letshego, CF Caia, Letshego, CPPM, Yíngwé.	BÚnico, FNB, ABC	BIM, BCI, STB, MB, BBM
Depósitos	CPC, MCB, Procredit, Socremo, Capital Bank, Tchuma, BOM, BTM, UBA, Letshego, CPPM, CF Caia.	BBM, BÚnico, ABC, FNB	BIM, BCI, STB, MB
Créditos	CPC, MCB, BNI, Procredit, Socremo, Capital Bank, Tchuma, BOM, BTM, ACMicrobanco, UBA, GAPI, Letshego, CF Caia, Yíngwé, TFM.	BBM, BÚnico, ABC, FNB	BIM, BCI, STB, MB

Fonte: Banco de Moçambique - DSP

3.2. Estrutura Patrimonial

3.2.1. Evolução e Estrutura do Activo

A actividade bancária avaliada pelo activo total agregado registou um crescimento de 24% em finais de 2014, uma taxa próxima do dobro da taxa de crescimento registada no período homólogo do ano anterior (Gráfico 2). Aquela evolução resultou do incremento do crédito vivo em 27%, dos activos financeiros em 30% e dos recursos em caixa e disponibilidades em instituições de crédito em 25%.

A evolução da taxa de crescimento do activo total foi influenciada pelo crescimento das disponibilidades em caixa e outras disponibilidades em 30%, dos activos financeiros disponíveis para venda em 28%, do crédito a clientes em 26% e dos outros activos em 71%.

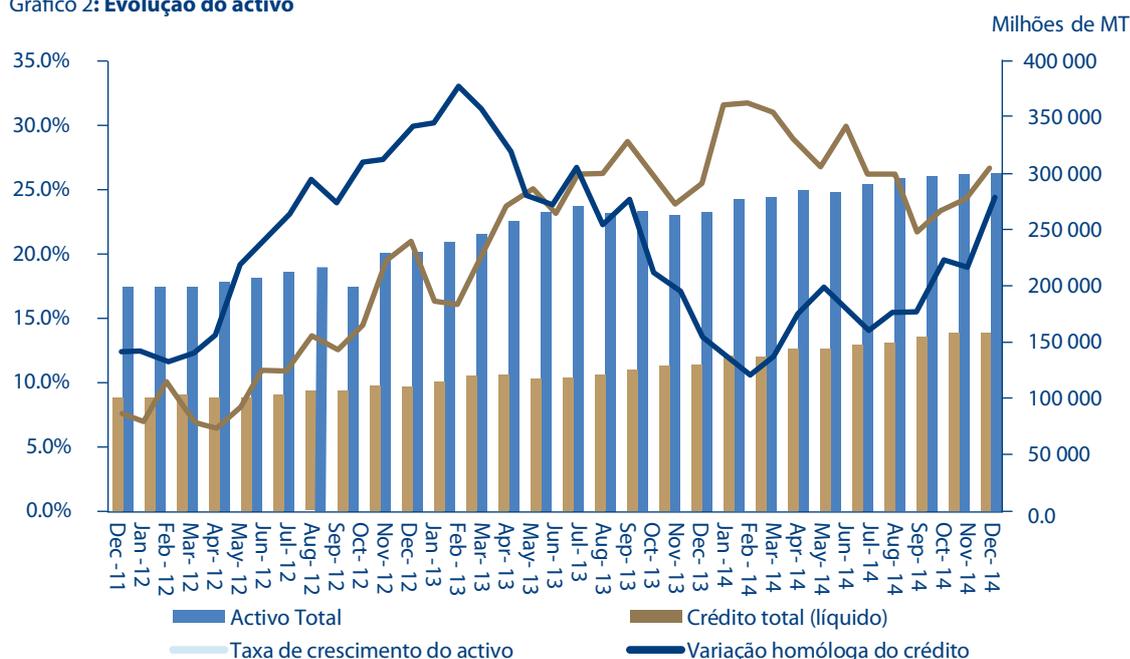
Os activos financeiros cresceram em resultado do aumento dos activos disponíveis para venda, precisamente os instrumentos de dívida pública moçambicana (títulos), o que demonstra que as instituições continuam a apostar nestes títulos contrariamente àquilo que constitui um desafio para países em vias de desenvolvimento como Moçambique, em que se pressupõe que a maior parcela de investimentos dos bancos seja no crédito ao sector produtivo da economia.

O incremento do crédito a clientes foi significativamente influenciado pela expansão da carteira de clientes em parte resultante do esforço empreendido pelas instituições em campanhas de *marketing* que incluiu a abertura de linhas de financiamento, protocolos financeiros entre outras.

No período em análise as disponibilidades em bancos centrais evoluíram 30% devido, principalmente, ao aumento dos depósitos à ordem no Banco de Moçambique tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira.

O activo líquido atingiu o seu pico de crescimento em Dezembro de 2014 ao ascender os 24,4%. Refira-se que de Março de 2013 à Fevereiro de 2014 o activo foi registando um abrandamento nas taxas de crescimento, tendo a evolução das taxas de crescimento retomado a partir de Março de 2014 em diante.

Gráfico 2: Evolução do activo



O crédito continua a dominar a estrutura do activo. O seu peso em relação ao ano anterior aumentou, passando a representar 53% (193.959.309 milhares de meticalos) em finais de 2014, contra 52% (153.293.834 milhares de meticalos) registado no período homólogo de 2013 (Gráfico 3). A oscilação daquele indicador tem determinado a variação do activo, sendo que o seu crescimento, em 27%, contribuiu para o aumento do activo total.

Os activos financeiros continuam a ocupar a segunda posição na estrutura do activo, sendo dominados pelos activos disponíveis para a venda. Em Dezembro de 2014, os disponíveis para venda representavam 93% do total dos activos financeiros, contra 94% registados em Dezembro de 2013, o equivalente a um decréscimo na ordem de 1 ponto percentual, enquanto o peso dos activos financeiros detidos para negociação registou um acréscimo de 6% para 7% no mesmo período.

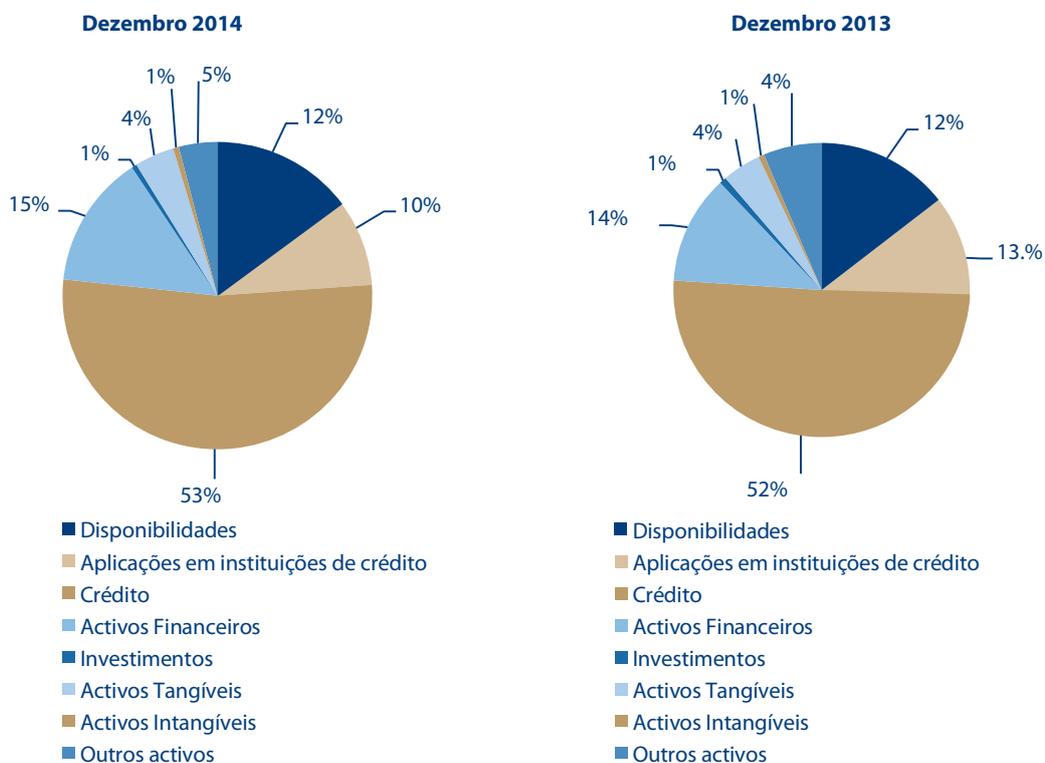
As disponibilidades passaram a ocupar a terceira posição na estrutura do activo, em detrimento das aplicações em IC's. Em Dezembro de 2014 ascenderam a 43.613.266 milhares de meticalos, o que corresponde a 12% do total do activo patrimonial, tendo registado um aumento de 25% face a Dezembro de 2013. Refira-se que o aumento significativo verificou-se ao nível dos depósitos à ordem no Banco de Moçambique (35%).

A nível das disponibilidades em outras instituições de crédito que não sejam no Banco de Moçambique, os depósitos à ordem no estrangeiro continuam com maior peso em relação aos depósitos à ordem no país e ascenderam a 7.910.185 milhares de meticais contra os 7.652.367 milhares de meticais registados em Dezembro de 2013. Os depósitos à ordem na sede e sucursais da própria instituição no estrangeiro fixaram-se em 663.404 milhares de meticais em Dezembro de 2014, contra 579.592 milhares de meticais registados no período homólogo de 2013.

As aplicações em IC's reduziram o seu peso na estrutura do activo, constando actualmente como o quarto maior elemento na estrutura patrimonial. Esta tendência de redução tem-se evidenciado desde finais de 2012 (14%), e nota-se principalmente a nível das aplicações de muito curto prazo no Banco de Moçambique. Em finais de 2014 o peso das aplicações em IC's no total de activos passou para 9,7% contra 12,6% alcançados em finais de 2013. As mesmas decompõem-se em aplicações em IC's no país e no estrangeiro, sendo que estas últimas dominam a estrutura desta carteira com 64%, tendo crescido de 21.949.143 milhares de meticais em Dezembro de 2013 para 22.479.649 milhares de meticais em Dezembro de 2014. Por seu turno as aplicações em IC's no país (36%) decresceram de 14.677.817 milhares de meticais para 12.501.991 milhares de meticais em igual período.

Os depósitos a prazo em matrizes no estrangeiro reduziram em 14% enquanto que os depósitos em outras IC's também no estrangeiro evoluíram em 21%.

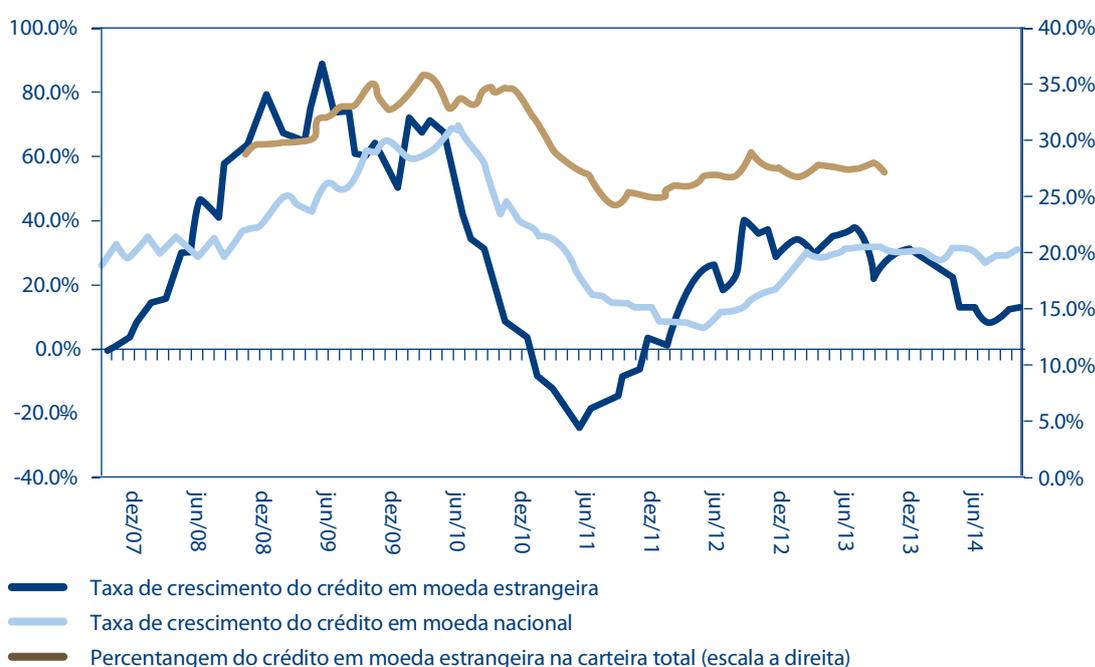
Gráfico 3: Estrutura do Activo



As taxas de crescimento do crédito em moeda estrangeira registaram um abrandamento em 2014, contrariando o ritmo de crescimento acelerado verificado em 2013. Em contrapartida, o crédito em moeda nacional evoluiu à taxas mais crescentes que o crédito em moeda estrangeira. Consequentemente, o peso relativo do crédito em moeda estrangeira sobre a carteira total fixou-se em 24,6% contra os 27,4% atingidos em finais de 2013.

A maior contribuição no crédito em moeda estrangeira provém de duas instituições sistémicas, as quais, em finais de 2014 detinham, em conjunto, cerca de 68,8% do total do crédito em moeda estrangeira concedido pelo sistema bancário. Refira-se que em finais de 2013 as duas detinham cerca de 71,3% do total.

Gráfico 4: **Evolução do Crédito em Moeda Estrangeira e Nacional**

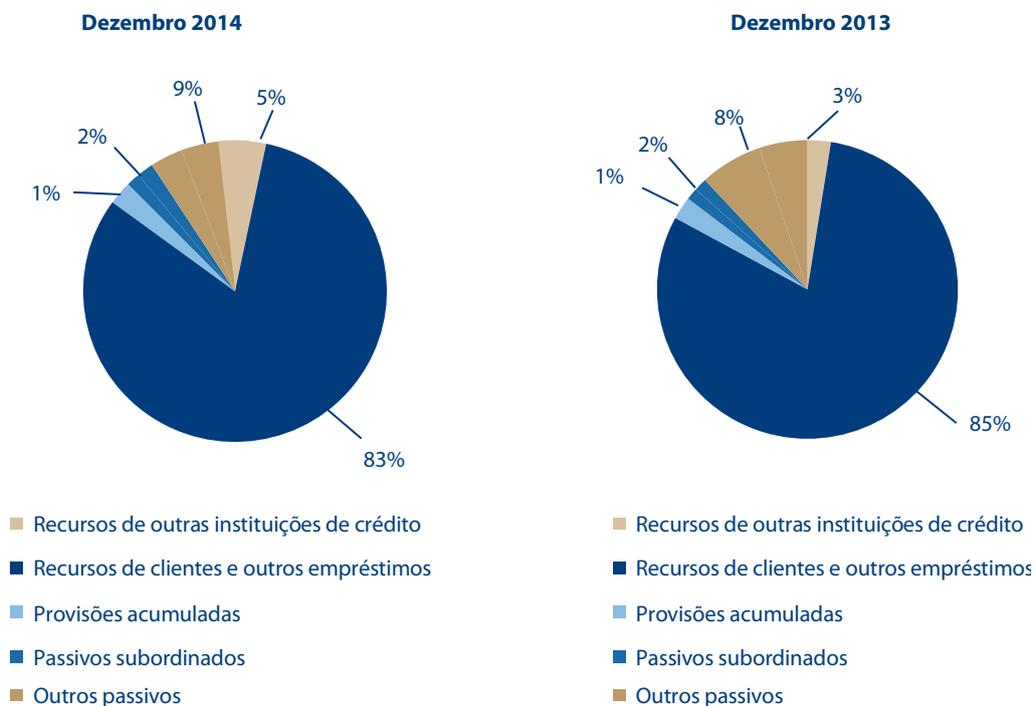


Em termos de peso relativo sobre o crédito total, o crédito em moeda nacional em finais de 2014 representava cerca de 75,4% do crédito total. Esta evolução notou-se ainda em termos absolutos, tendo o crédito em moeda nacional se fixado em 151.953.115 milhares de Meticais, representando um aumento de 31,2% face a Dezembro de 2013 (Gráfico 4). Relativamente ao crédito em moeda nacional os dois maiores bancos possuem 56,5% do crédito do sistema.

3.2.2. Passivo

Os recursos de clientes e outros empréstimos continuam a representar a maior fonte de recursos das instituições de crédito, pese embora a ligeira redução do seu peso, ao passar de 85,2% em Dezembro de 2013 para 83,1% em Dezembro de 2014 (Gráfico 5). Em termos de evolução, aqueles recursos cresceram em 21% face a Dezembro de 2013. Na estrutura do passivo das instituições de crédito, os recursos de clientes são maioritariamente constituídos por depósitos.

Gráfico 5: Estrutura do passivo exigível

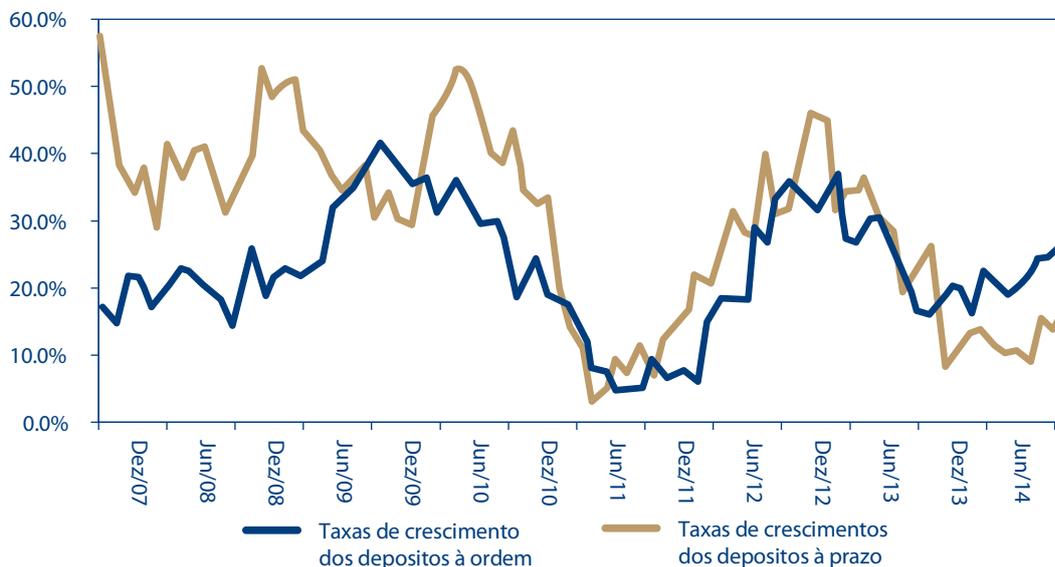


Em 2014 os recursos dos bancos centrais e de outras instituições de crédito registaram um crescimento de 75,8% (53,4% em 2013). Este crescimento reflectiu-se no aumento do seu peso na estrutura do passivo exigível, passando a representar 4,8% em Dezembro de 2014 contra 3,4% registados em Dezembro de 2013. O crescimento de 75,8% deriva essencialmente do aumento de recursos obtidos junto de instituições de crédito no país, decorrentes de operações no MMI, dos recursos a muito curto prazo, como também, do incremento dos depósitos a ordem e a prazo.

As taxas de crescimento dos depósitos à ordem voltaram a registar uma ligeira aceleração em 2014, depois do abrandamento verificado ao longo de 2013, tendo se fixado em 14,8%. Esta evolução traduz na essência o crescimento de 25,7% registado em Dezembro de 2014. (Gráfico 6).

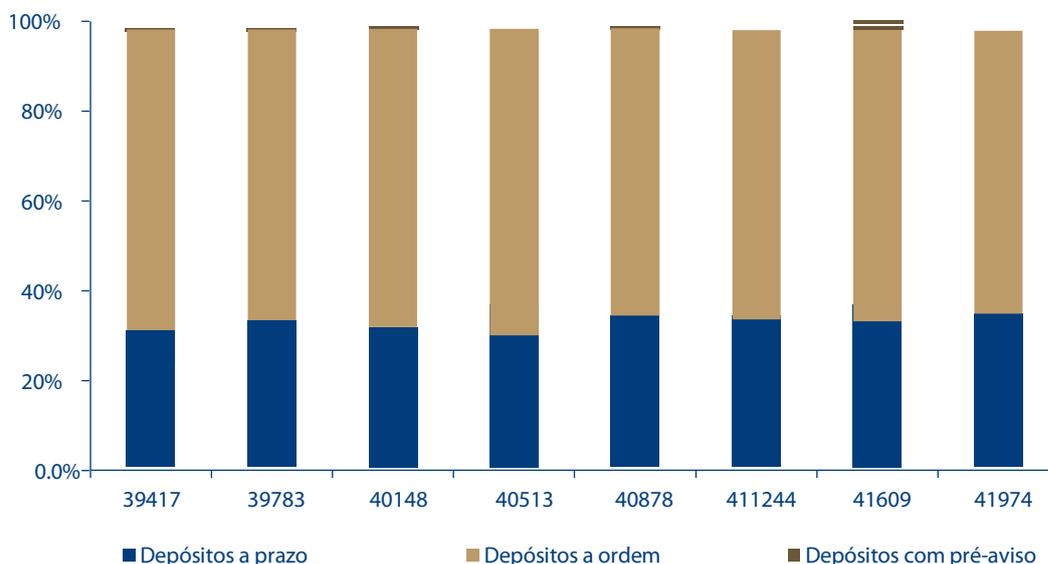
Os depósitos a prazo por sua vez continuaram a registar uma tendência decrescente nas taxas de crescimento iniciada em Agosto de 2013. Em finais de 2014 alcançaram um crescimento de 15,5% contra 24,6% alcançados em 2013.

Gráfico 6: **Evolução dos Depósitos à Ordem e à Prazo**



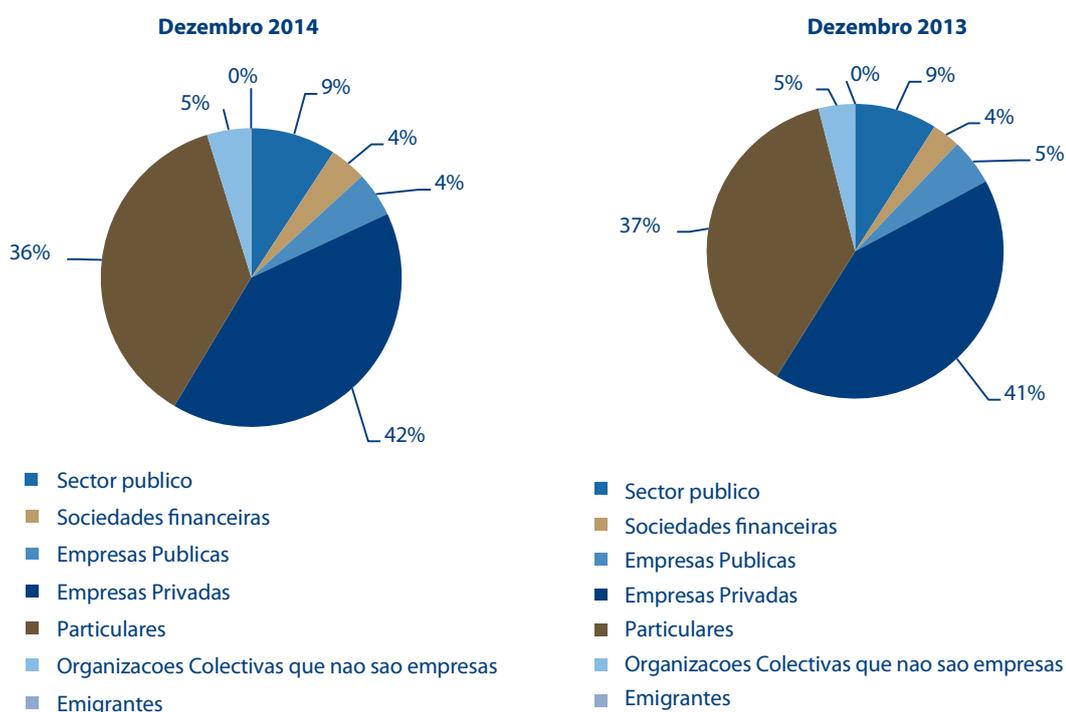
A estrutura dos depósitos totais não registou alterações significativas, mantendo assim a tendência registada em 2013. Os depósitos à ordem continuaram como principal componente do total de depósitos e sua evolução foi determinante para o crescimento dos depósitos totais. Em Dezembro de 2014 representavam 65,0% do total dos depósitos (63% em Dezembro de 2013), os depósitos a prazo representavam 34% contra 36% registados em Dezembro de 2013, tendo os depósitos com pré-aviso e outros depósitos permanecidos com peso insignificante (Gráfico 7).

Gráfico 7: **Estrutura dos Depósitos**



Relativamente aos depósitos de residentes, a estrutura revela que não houve alterações significativas. Os depósitos de empresas privadas continuam a representar a maior componente dos depósitos captados. Em finais de 2014 ascendiam a 106.341.475 milhares de Meticais, o que representa cerca de 42% dos depósitos de residentes. Os depósitos de particulares mantiveram a 2ª posição na estrutura, com um peso de 36% (Gráfico 8). O aumento dos depósitos de empresas privadas foi de 27% e de particulares de 19%.

Gráfico 8: **Estrutura dos depósitos de residentes**



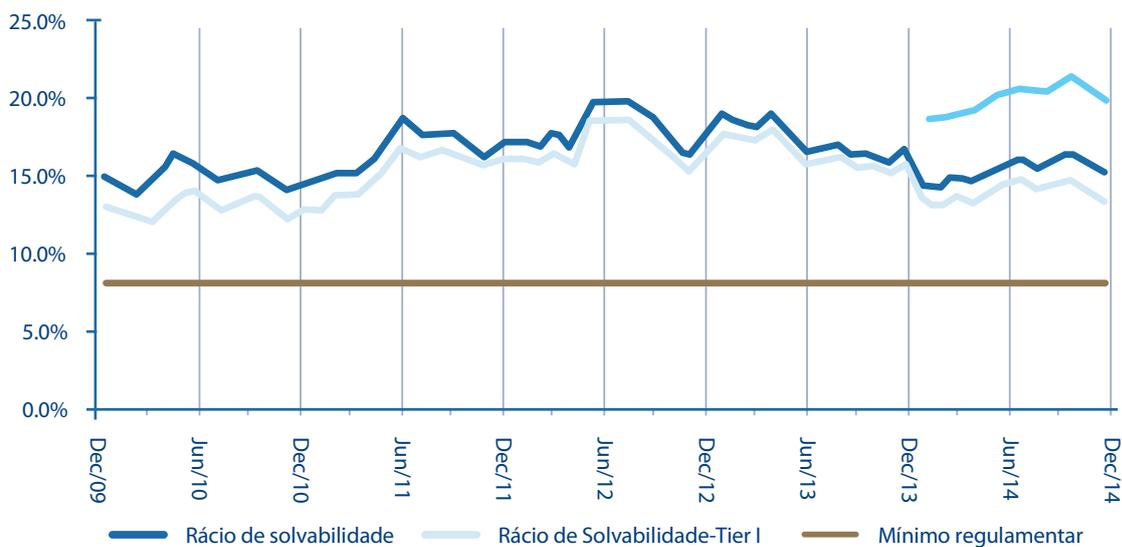
3.2.3. Solvabilidade

De acordo com o actual quadro regulamentar, as instituições de crédito devem manter, a todo momento, um rácio de solvabilidade não inferior a 8%. O novo regulamento alinhado aos princípios do Basileia II introduziu de forma explícita novos limites relativos ao *core tier I capital* e *tier I capital*. Com efeito, o *core tier I capital* não deve ser inferior a 2% do total apurado para os riscos de crédito, operacional e de mercado e o *tier I capital* não deve ser inferior a 4% do total apurado para os mesmos riscos.

A existência de um rácio de solvabilidade adequado é um elemento importante para a estabilidade do sistema bancário, pois, pressupõe uma boa capacidade de absorção de perdas resultantes de choques adversos sobre os balanços das instituições, continuando assim a desempenhar o seu papel de intermediação financeira.

Em 2014, o rácio de solvabilidade do sistema bancário situou-se em 15,1% (16,9% em Dezembro de 2013). Esta redução em 1,8 pontos percentuais reflecte o aumento mais do que proporcional do activo ponderado pelo risco (37,0%) em relação ao aumento verificado nos fundos próprios (22,4%). Na composição dos fundos próprios totais, os fundos próprios de base são os que mais concorrem para o rácio de solvabilidade (Gráfico 9). Os fundos próprios de base principais – *Core Tier I* situaram-se nos 19,8%, muito acima do mínimo estabelecido (Gráfico 9).

Gráfico 9: **Rácio de Solvabilidade**



O crescimento registado nos fundos próprios totais foi influenciado pela variação positiva de outras reservas em 28,5% (3.778.558 milhares de Meticais), que compreendem reservas legais e outras que não sejam estatutárias, de prémios de emissão e de riscos gerais bancários. Outro factor determinante na evolução dos fundos próprios foram as realizações de capital por parte das instituições. No período em referência, o acréscimo de capital atingiu 6.428.780 milhares de meticais, muito acima do aumento verificado durante 2013 (+750.306 milhares de Meticais).

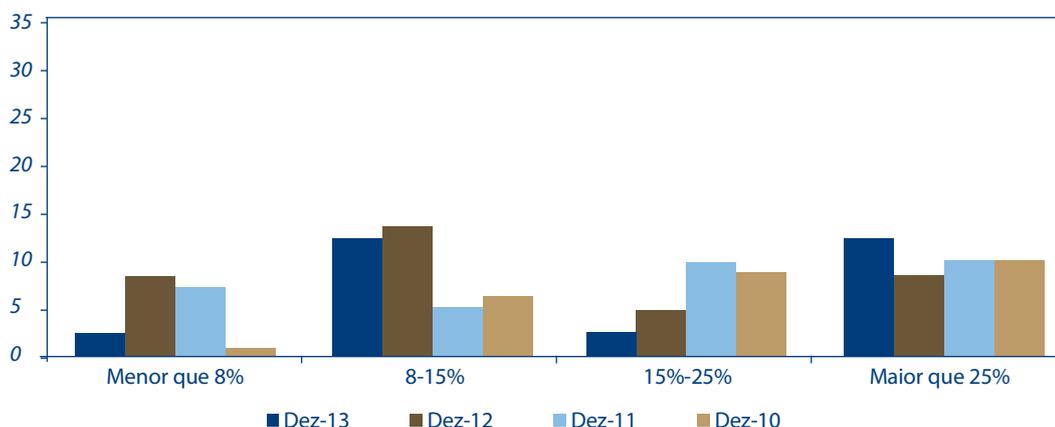
A distribuição do rácio de solvabilidade pelas instituições de crédito (Gráfico 10) mostra que das 24 instituições analisadas, onze (11), dentre elas um banco de relevância sistémica, apresentaram um rácio acima de 25%; duas (2), sendo uma instituição sistémica, um rácio no intervalo de 15% a 25%; oito (8), dentre elas dois bancos de relevância sistémica, um rácio no intervalo de 8% à 15%; e por fim três (3) instituições com rácio abaixo de 8%, sendo uma com rácio negativo. Pertencem a este grupo um banco, um microbanco e uma caixa financeira.

A maior parte dos activos do sistema está concentrada em instituições com rácios de solvabilidade no intervalo de 8% a 25%. As onze (11) instituições de crédito com rácios de solvabilidade acima de 25% agregam apenas 9% dos activos totais do sistema face aos 29% detidos pelas duas (2) instituições com rácios entre 15% e 25%; 62% detidos pelas oito (8) instituições com rácios entre 8% e 15% e por fim quase 0% detidos pelas três (3) instituições com rácios abaixo de 8%.

Os níveis de capitalização evidenciados pelo rácio de solvabilidade e por outros indicadores de adequação de capital, revelam que o sistema bancário continua sólido e estável. A redução do rácio de solvabilidade, que tem se notado ao longo dos últimos anos, deve-se ao aumento do activo ponderado que tem sido em escala maior comparativamente ao aumento dos fundos próprios. Refira-se que o aumento nos fundos próprios tem sido influenciado pelas realizações de capital.

Adicionalmente, a predominância de instituições que detêm quase que a totalidade dos activos do sistema, com um rácio de solvabilidade acima de 8%, confere ao sistema bancário a capacidade para acomodar perdas de magnitude significativa sobre o balanço e a conta de resultados, assegurando a sua função de intermediação financeira.

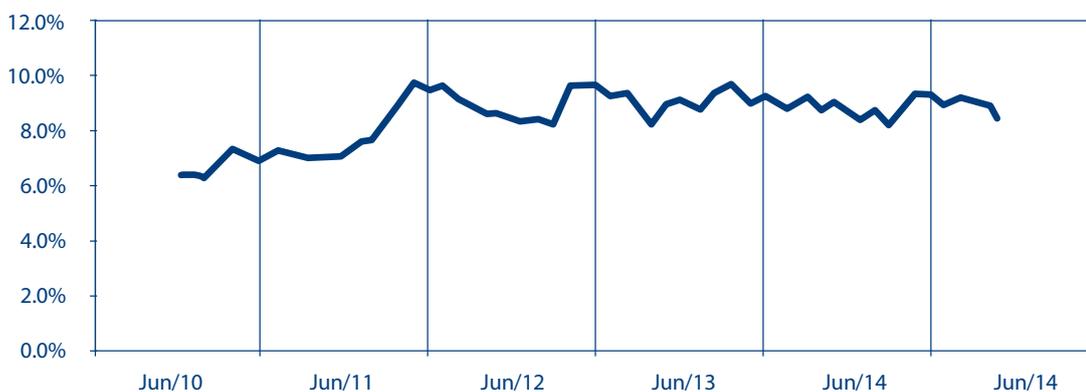
Gráfico 10: **Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade**



O rácio de alavancagem (*leverage ratio*) é uma grandeza complementar ao rácio de solvabilidade e tem merecido destaque, uma vez ter sido considerado um dos elementos principais a contribuir para o escalar da crise financeira mundial.

Aquele rácio estabelece a relação entre os fundos próprios de base e activos totais, fornecendo uma indicação da dimensão em que os activos são financiados pelos capitais próprios.

Gráfico 11: **Rácio de Alavancagem (Leverage Ratio)**

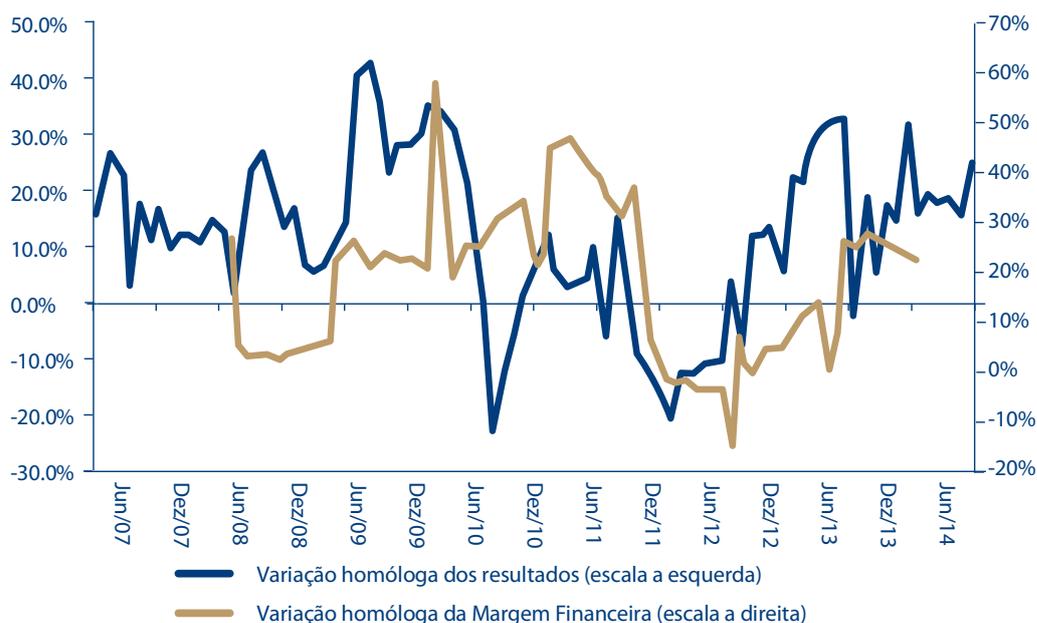


Durante 2014 o rácio de alavancagem (Gráfico 11) oscilou entre 8,2% e 9,3%, tendo alcançado o pico em Junho e Julho (9,3%). Em Dezembro de 2014 o rácio de alavancagem fixou-se em 8,4% contra 9,0% registados em Dezembro de 2013. Estas cifras situaram-se em níveis superiores aos mínimos estabelecidos por algumas entidades supervisoras, como por exemplo, a *Swiss Financial Market Supervisory Authority (FINMA)* que definiu o mínimo de 3,0% para as contas consolidadas e 4,0% para as contas individuais, os Estados Unidos usam o mínimo de 3,0% para bancos classificados como “*strong*s” e para todos outros bancos usam o mínimo de 3,0%. Outros países da SADC usam 6,0% e 7,0%.

3.3. Rendibilidade

Os resultados agregados do sistema bancário registaram um acréscimo de 25%, um crescimento influenciado pelo incremento da margem financeira (22,4%) e das comissões líquidas (14,95%) que são duas das três grandezas com maior peso no produto bancário.

Gráfico 12: **Variação homóloga dos resultados e da margem financeira**



Uma análise da evolução homóloga dos resultados revela um ligeiro abrandamento nas taxas de crescimento dos resultados do exercício, comparativamente ao período homólogo de 2013 (Gráfico 12). Este abrandamento está associado, em parte, à evolução menos favorável da margem financeira em comparação com 2013.

As comissões líquidas registaram um incremento de 14,95%, abaixo do registado em 2013 (37,80%), o que influiu significativamente no peso das mesmas sobre o produto bancário, tendo passado a representar 18,3% contra 19,6% registados em Dezembro de 2013.

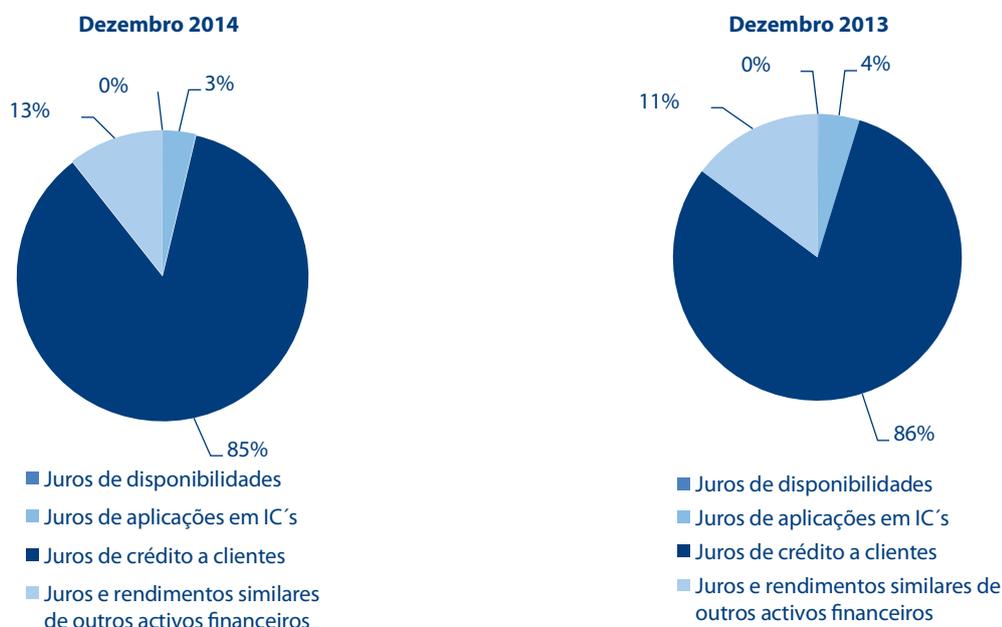
A variação homóloga da margem financeira mostra um aumento nas taxas de crescimento em 2014 em relação a 2013. Em comparação com Dezembro de 2013 a margem financeira cresceu em

3.181.329 milhares de meticais, equivalentes a 22%. Este desempenho favorável contou com uma grande contribuição dos juros e proveitos similares, na maioria provenientes do crédito aos clientes, que por seu turno reflectem a expansão da carteira de crédito e a evolução das taxas de operações activas e passivas.

A taxa de juro média anual para operações activas dos bancos comerciais para o público fixou-se em 20,75% em finais de 2014, face aos 20,31% registados em igual período do ano anterior, enquanto em relação às operações passivas, a taxa de juro média anual manteve-se nos 9,14% registados em finais de 2013. Como consequência, o diferencial entre as taxas de juro de operações activas e passivas passou de 11,17 pontos percentuais em finais de 2013 para 11,61 pontos percentuais em Dezembro de 2014. Esta estabilidade do diferencial, associada à importância dos activos geradores de juros no balanço agregado do sistema, contribuiu para a manutenção de um peso considerável da margem financeira na estrutura dos proveitos bancários. Refira-se que a margem financeira concorreu com 57,2% para a formação do produto bancário de 2014.

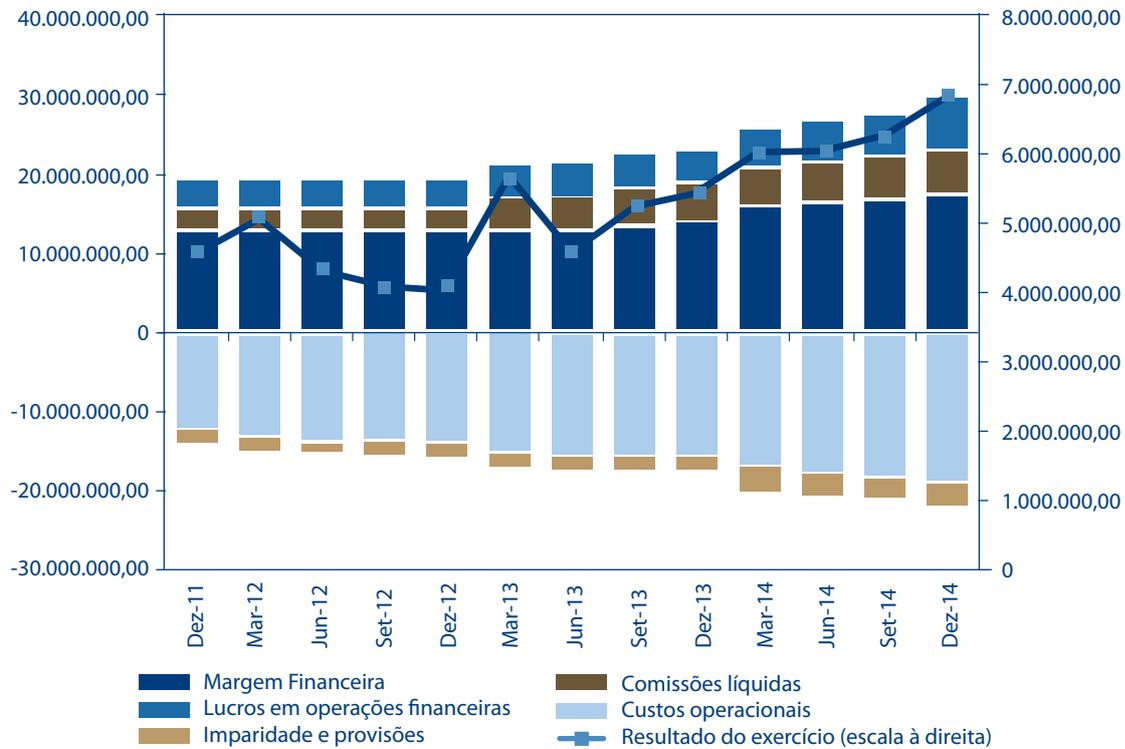
A estrutura dos juros e proveitos equiparados indica que os activos de maior risco na estrutura do balanço continuam a apresentar maior contributo naquela estrutura, embora o seu peso tenha registado uma ligeira redução face a 2013. O crédito a clientes é o activo produtivo com maior peso no activo e, consequentemente, o que mais contribuiu na formação dos juros, com cerca de 84,6% (Gráfico 13).

Gráfico 13: **Estrutura dos Juros e Proveitos Equiparados**



Os juros e rendimentos de outros activos financeiros aumentaram o seu peso na estrutura dos juros em 1,9 pontos percentuais. Em finais de 2014 os mesmos fixaram-se em 3.341.958 milhares de meticais, um acréscimo na ordem de 43,3% em relação ao período homólogo do ano anterior, em resultado do aumento dos juros provenientes de títulos emitidos por residentes.

Gráfico 14: **Composição da Conta de Resultados**



Em Dezembro de 2014, as comissões líquidas situaram-se em 5.562.600 milhares de meticais, representando um crescimento de 14,9% face aos 4.839.230 milhares de meticais registados em Dezembro de 2013 (Gráfico 14). O aumento resultou essencialmente do incremento de comissões por serviços prestados como sejam, a gestão de cartões, anuidades e transferência de valores, das comissões por garantias prestadas (garantias e avales) e ainda, de outras comissões. De referir que, embora tenha registado uma evolução, o peso das comissões líquidas sobre o produto bancário reduziu.

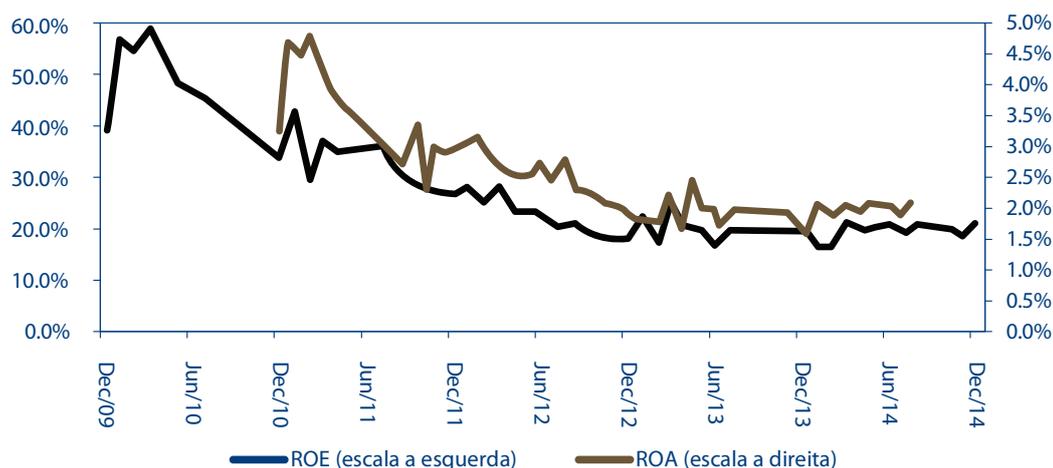
Os resultados em operações financeiras evoluíram em 61,01% face a Dezembro de 2013, o que resultou num acréscimo do seu peso no produto bancário de 16% em Dezembro de 2013, para 21% em finais de 2014. Estes resultados compreendem maioritariamente os ganhos de reavaliações cambiais, que registaram um crescimento na ordem de 78,5% em consequência das diferenças cambiais favoráveis. Refira-se que os ganhos advêm, na sua maioria, das notas e moedas estrangeiras. A depreciação do metical face à moedas estrangeiras mais transaccionadas teve o seu contributo neste aumento, permitindo as instituições realizarem ganhos cambiais decorrentes da reavaliação dessas moedas.

O aumento das taxas de crescimento dos resultados reflectiu-se nos indicadores de rentabilidade, revertendo assim a tendência descendente verificada nos anos anteriores. A Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) evoluiu de 20,8% em Dezembro de 2013, para 22,2% em Dezembro de 2014. No mesmo período, a Rentabilidade do Activo Médio (ROA) progrediu de 2,0% para 2,1%. Importa

salientar que durante o período em análise as cifras mais elevadas do ROE foram registadas em Março, ao atingir 22,3% e do ROA em Março, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Dezembro, onde atingiu 2,1% (Gráfico 15).

O incremento nos rácios reflecte o crescimento da margem financeira, a qual é influenciada pelo aumento do volume do crédito, com o aumento de lucros por parte de algumas instituições e a redução dos prejuízos em outras instituições que já vinham com prejuízos nos exercícios passados. O aumento dos capitais próprios por parte de algumas instituições também influenciou de forma positiva o ROE, uma vez que foi acompanhado pela tendência crescente da taxa de crescimento dos resultados, aliado à incorporação de parte dos lucros de algumas instituições em reservas, impulsionando, deste modo, os fundos próprios. Refira-se que estas cifras situaram-se acima da média de alguns países da região.

Gráfico 15 : **Rendibilidade**



O sistema continua a apresentar um nível significativo de dispersão no indicador ROA, sendo que muitas instituições (algumas com relevância sistémica) apresentaram indicadores negativos. Contudo, nota-se melhorias em instituições cujo ROA situou-se afastado da média da indústria. O número de instituições com ROA acima da média do sistema baixou de sete, em Dezembro de 2013, para cinco em Dezembro de 2014 (Gráfico 16). Das cinco instituições, duas são de importância sistémica.

Em relação ao ROE, verificou-se igualmente que o grau de dispersão entre as instituições continuou alto, e apenas duas instituições registaram valores acima da média da indústria contra quatro em Dezembro de 2013. Das instituições com ROE abaixo da média, onze apresentaram ROE's negativos. (Gráfico 17).

Gráfico 16: Rendibilidade do Activo (mínimo, máximo, interquartile)

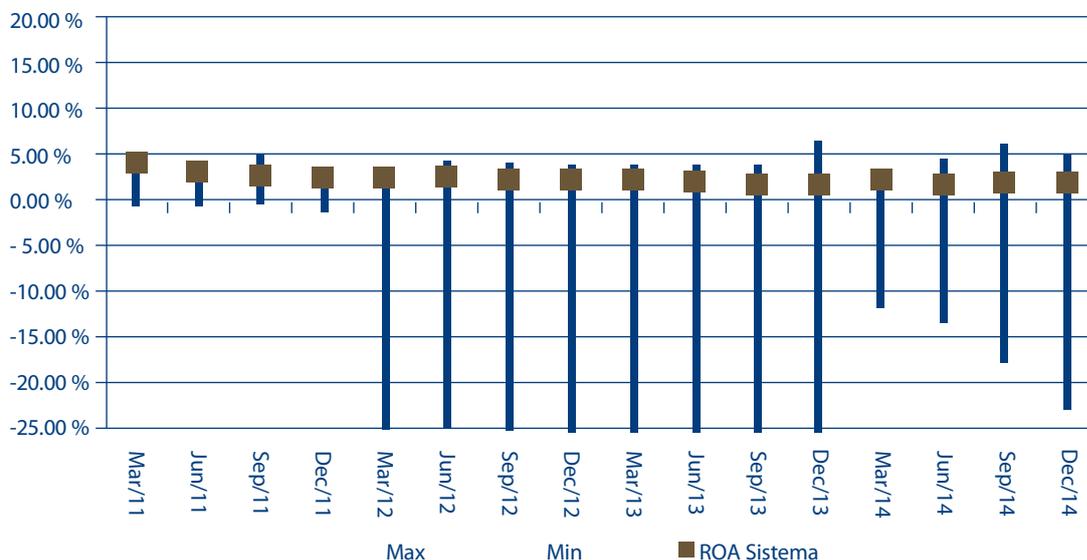
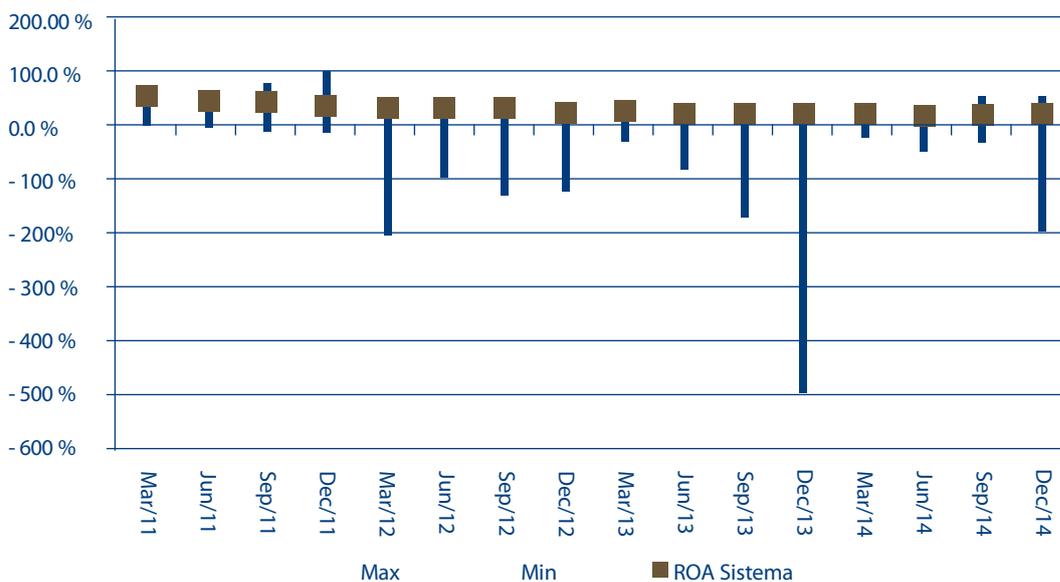


Gráfico 17: Rendibilidade dos Capitais Próprios (mínimo, máximo, interquartile)

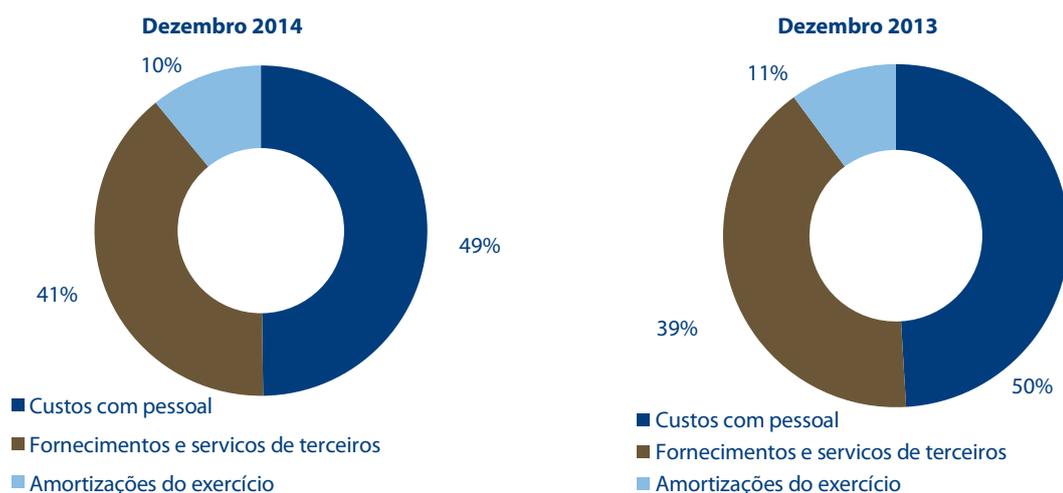


Em 2014, os custos operacionais totalizaram 18.778.182 milhares de metcais, o que equivale a um aumento de 18,36% face a Dezembro de 2013. Os custos com pessoal continuam a ser a componente mais representativa na estrutura dos custos operacionais com um peso de 48,7%, contra 49,8% registados em Dezembro de 2013, seguidos pelos custos com fornecimentos e serviços de terceiros com 41,2% (39,3% em Dez/2013) e por fim pelas amortizações do exercício com 10,1% (10,9% em Dez/2013).

A evolução das despesas com o pessoal em 16% e dos fornecimentos e serviços de terceiros em 24% foram determinantes para o crescimento dos custos operacionais. O crescimento das despesas com

peçoal é resultado dos aumentos registados na remuneração mensal dos empregados, subsídios e encargos com transferência de peçoal, impulsionado principalmente pela abertura de novas agências por parte de algumas instituições. Os fornecimentos e serviços de terceiros compreendem na sua maioria serviços especializados, rendas de casa, comunicações e despesas de expedição (Gráfico 18).

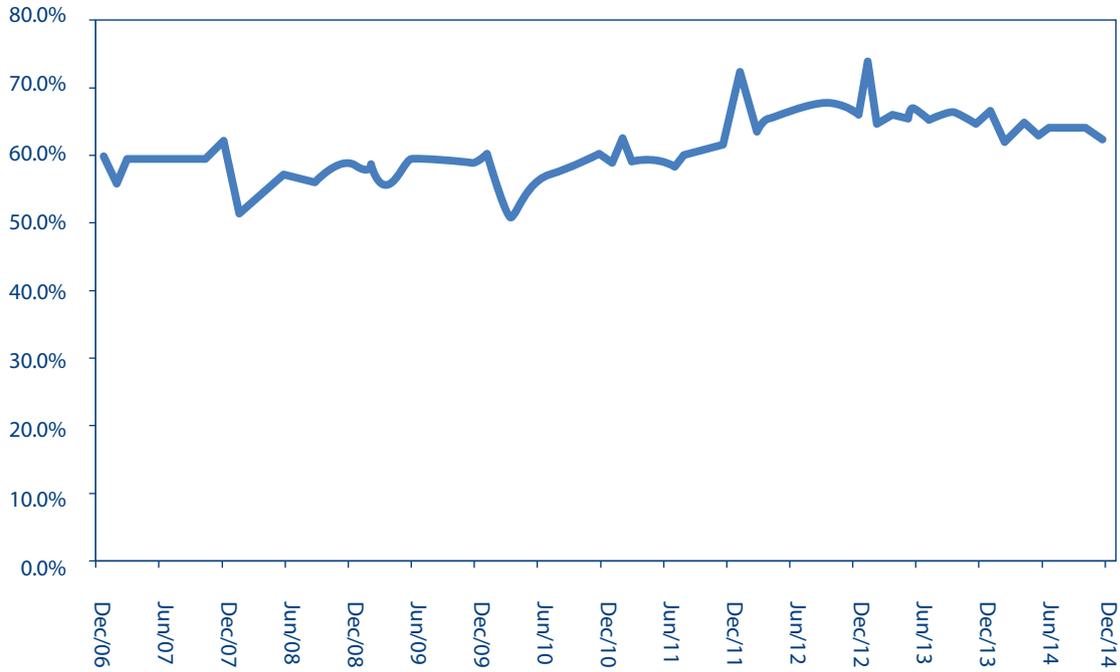
Gráfico 18: **Estrutura dos Custos Operacionais**



Em 2014, a trajectória do rácio custos operacionais-produto bancário (*cost-to-income*) manteve-se relativamente estável, tendo evoluído a taxas inferiores àquelas observadas em 2013. Este rácio atingiu o seu pico em Janeiro e Fevereiro de 2014, ao ascender a 65.2%, uma cifra que revela uma melhoria na eficiência em relação a Fevereiro de 2013, quando atingiu 72,4%. (Gráfico 19). Em Dezembro de 2014, o rácio médio de eficiência do sistema bancário foi de 61,7%.

A distribuição do rácio *cost-to-income* pelas instituições de crédito revela que muitos bancos, incluindo um banco com representatividade sistémica, microbancos e cooperativas de crédito apresentam cifras superiores à média do sistema bancário, e poucos bancos (três de relevância sistémica) apresentam rácio inferior à média do sistema. Muitos dos casos em que as cifras são superiores à média do sistema, o resultado reflecte os elevados custos com peçoal influenciado pela expansão da actividade que inclui a abertura de novos balcões, novas contratações e aquisições de equipamentos que vão aumentando os custos com amortizações e ainda, dos custos com prestação de serviços diversos. Contudo, nos grandes bancos, embora ainda se assista a expansão da rede, o produto bancário é mais robusto, pelo que os seus rácios não são significativamente afectados.

Gráfico 19: **Rácio de Eficiência (cost-to-income ratio)**



Importa salientar que os níveis relativamente elevados de custos operacionais face aos resultados reflectem a expansão dos níveis de actividade (ex. investimentos em novas agências), cujos benefícios económicos poderão ser sentidos no futuro.



SUBSTRATO SINTÉTICO - POLÍMERO

Nota de 200 Meticais

SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS



4



1. Enquadramento

O ano de 2014 foi marcado pela revisão da macroestrutura no Banco de Moçambique (BM), que resultou na criação do Departamento de Sistemas de Pagamento (DPG), através da Ordem de Serviço nº 14/2014, de 16 de Junho. Compete ao DPG orientar e acompanhar, em termos do sistema financeiro nacional, a execução das actividades tecnicamente relacionadas com o funcionamento do Sistema Nacional de Pagamentos na vertente de serviços de transferências e compensação de valores, visando, sobretudo, prevenir riscos sistémicos.

Com efeito, de acordo com a Lei n.º 2/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece o Sistema Nacional de Pagamentos, compete ao BM regular, fiscalizar e promover o bom funcionamento do Sistema de Pagamentos em Moçambique. A criação do DPG revela o compromisso do BM no cumprimento do que está estipulado na Lei, incluindo a garantia dos objectivos de interesse público que passam pela segurança, fiabilidade, transparência e eficiência do sistema, bem como a manutenção da estabilidade financeira, confiança na moeda, eficiência da actividade económica e segurança na execução da política monetária.

Em 2014, o BM deu continuidade ao cumprimento das suas atribuições em matérias de gestão, desenvolvimento e fiscalização dos sistemas de pagamentos, tendo procurado assegurar o seu bom e adequado funcionamento. Em termos de reforço regulamentar, destaca-se a elaboração e aprovação dos seguintes normativos:

- Decreto n.º 30/2014, de 5 de Junho, que introduz algumas alterações no Regulamento da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (ICSF), aprovado pelo Decreto n.º 56/2004, de 10 de Dezembro, tendo estabelecido, entre outros assuntos, a obrigatoriedade das ICSF autorizadas a prestar serviços de pagamento electrónico, incluindo serviços financeiros móveis, terem os respectivos sistemas internos de gestão de operações bancárias ligados a uma rede única, comum e partilhada de pagamentos electrónicos, de âmbito nacional. A instituição desta rede é da responsabilidade do BM, a quem compete igualmente definir os trâmites e condições da referida ligação;
- Aviso n.º 1/GBM/2013, de 4 de Junho, que estabelece o regime jurídico de emissão e utilização de cartões bancários domésticos ou internacionais aplicado às ICSF autorizadas a emitir cartões bancários;
- Aviso nº 2/GBM/2014, de 4 Dezembro, que estabelece os procedimentos que devem ser observados pelas ICSF sempre que pretendam disponibilizar produtos e serviços de pagamento electrónico junto do público;
- Circular n.º 1/EPC/2014, de 27 de Novembro, que estabelece os procedimentos e horários de liquidação dos resultados da compensação e das operações processadas através das redes electrónicas de pagamentos e da Bolsa de Valores de Moçambique;

- Circular n.º 2/EPC/2014, de 27 de Novembro, que estabelece os procedimentos, horários de transmissão, tratamento de ficheiros, ciclo de compensação e prazos de disponibilização de fundos ao beneficiário final;
- Circular n.º 3/EPC/2014, de 27 de Novembro, que estabelece o prazo de disponibilização de fundos de depósitos do cheque na respectiva instituição crédito emitente e de numerário e das transferências intrabancárias;
- Comunicado n.º 1/EPC/2014, de 3 de Dezembro, que estabelece as boas práticas a serem observadas na utilização de cheques; e
- Comunicado n.º 2/EPC/2014, de 3 de Dezembro, que estabelece os prazos de disponibilização de fundos de depósitos em dinheiro e em cheques e das transferências electrónicas intrabancárias (dentro do mesmo banco) e interbancárias (de um banco para o outro).

Ainda com vista a assegurar um adequado funcionamento do SNP, tiveram lugar duas reuniões ordinárias do Comité de Coordenação do Sistema Nacional de Pagamentos (CCSNP), órgão de consulta do Governador do BM em matéria do SNP.

É neste contexto que o presente capítulo do Relatório apresenta as principais realizações e o comportamento dos diferentes subsistemas que compõem o sistema de pagamentos moçambicano, nomeadamente: Compensação electrónica, Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado e o MTR. Serão ainda apresentadas as principais realizações e os desenvolvimentos ocorridos nas diferentes redes de pagamento ainda existentes no país e na banca electrónica no geral.

2. Subsistema de Compensação e Liquidação Interbancária

Em 2014 foram processados na Compensação e Liquidação Interbancária (CEL) 3.125 mil documentos, correspondentes a 567.633 milhões de meticais (Quadro 1). A quantidade de documentos compensados registou uma redução de 10,5% em relação ao ano anterior como resultado da redução da quantidade de cheques, em 22,1%, contra um aumento de Transferências Electrónicas Interbancárias (TEI) em 40,1%. O valor compensado registou igualmente uma redução de 5,0%, resultante da redução dos cheques em 14,3%.

Quadro 1: **Documentos compensados na CEL (valores em 10⁶ de MT, quantidade em 10³)**

	2013		2014		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	2.837,0	433.162,2	2.209,4	371.389,8	-22,1	-14,3
TEI	653,7	164.080,6	9015,8	196.243,3	40,1	19,6
Total	3.490,7	597.242,8	3.125,2	567.633,1	-10,5	-5,0

Fonte: *BM*

O aumento na quantidade das TEI e a redução na de cheques denota uma progressiva substituição destes últimos por instrumentos de pagamento electrónicos, o que pode ser resultante da modernização do SNP e da promoção do uso de instrumentos de pagamento electrónicos.

Em termos de concentração dos instrumentos processados na CEL, o Quadro 3 indica que, no período em referência, houve uma redução substancial do peso da quantidade de cheques, em cerca de 10,6 pontos percentuais (pp), quando comparado com o ano de 2013. Apesar deste comportamento, nota-se que em termos de valor, os cheques continuam a dominar o mercado, ao deter cerca de 65,4% do total das transacções do subsistema. A nível das TEI, registou-se uma subida tanto na quantidade (10,6 pp) como no valor (7,1 pp).

Em geral, a tendência crescente do peso observado nas TEI's reflecte o aumento da confiança do público pelos instrumentos electrónicos de pagamento, tendo em consideração as suas vantagens, e vai de encontro às campanhas de sensibilização levadas a cabo pelo BM com vista à promoção da sua utilização.

Quadro 2: **Rácios de concentração na CEL (%)**

	2013		2014	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	81,3	72,5	70,7	65,4
TEI	18,7	27,5	29,3	34,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *BM*

No geral, 47.684 documentos foram devolvidos na CEL no período em análise, correspondendo a um aumento de cerca de 5,7% face às devoluções registadas em 2013. A quantidade de cheques devolvidos por falta ou insuficiência de provisão reduziu, tendo, conseqüentemente, reduzido o número de clientes registados na lista primária do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Provisão (CECSP)¹. Com efeito, no período em referência foram registados na lista primária 3.526 clientes, ou seja, menos 39% face aos registados em 2013.

O Quadro 3 mostra que em 2014 os principais motivos de devolução de documentos compensados foram:

- Falta ou insuficiência de provisão, com 14.069 documentos devolvidos, correspondente a uma ligeira redução, em cerca de 5,7%, face aos documentos devolvidos no ano anterior pelo mesmo motivo, reflectindo, por um lado, a progressiva utilização de meios electrónicos de pagamentos em consequência da modernização do sistema e, por outro lado, pela massificação de campanhas de divulgação dos instrumentos de pagamentos electrónicos efectuadas pelos bancos comerciais e outros agentes económicos.

¹ O CECSP visa promover a confiança, o prestígio, dignidade e fiabilidade do cheque como instrumento de pagamento.

- Divergência e/ou insuficiência na assinatura do emitente, com 5.741 documentos devolvidos, correspondendo a um aumento de 5,6%.
- Compensação indevida, com 5.317 documentos devolvidos correspondendo a um aumento de 42,2%.
- Outros motivos, com 11.143 correspondendo a um aumento de 31,2%. Entre os outros motivos constam o encerramento ou congelamento da conta, a divergência entre a conta e o nome do beneficiário, a falta da entrega do cheque e o registo inconsistente ou duplicado.

Quadro 3: **Estrutura das devoluções na CEL por motivos**

Motivos de devolução	2013		2014		Variação (%)
	Quantidade	Peso (%)	Quantidade	Peso (%)	
Falta ou insuficiência de provisão	30.010	62,9	28.200	56,0	-6,0
Divergência ou insuficiência na assinatura do emitente	5.439	11,4	5.741	11,4	5,6
Compensação indevida	3.740	7,8	5.317	10,5	42,2
Outros Motivos	8.495	17,8	11.143	22,1	31,2
Total	47.684	100,0	50.401	100,0	5,7

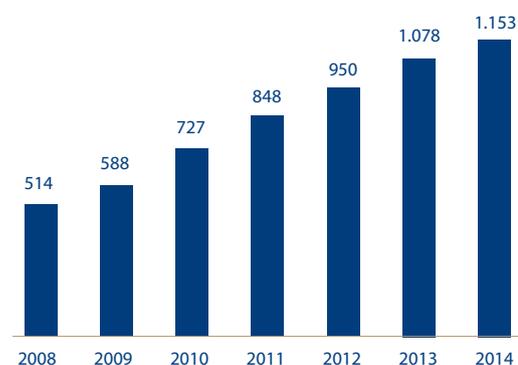
Fonte: BM

3. Banca Electrónica

3.1. Transacções Electrónicas de Retalho

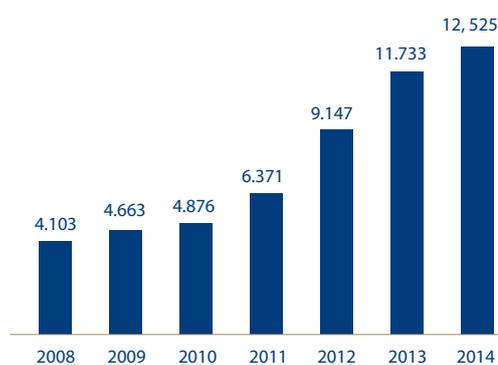
Até Dezembro de 2014, a quantidade de terminais de pagamento instaladas no país totalizava 1.153 Caixas Automáticos (ATM) e 12.525 Terminais de Pagamento Automático (POS), o que, comparado com 2013, representa um crescimento de 5,4% e 6,8%, respectivamente.

Gráfico 1: **Caixas de Pagamento Automático**



Fontes: BM

Gráfico 2: **Terminais de Pagamento Automático**

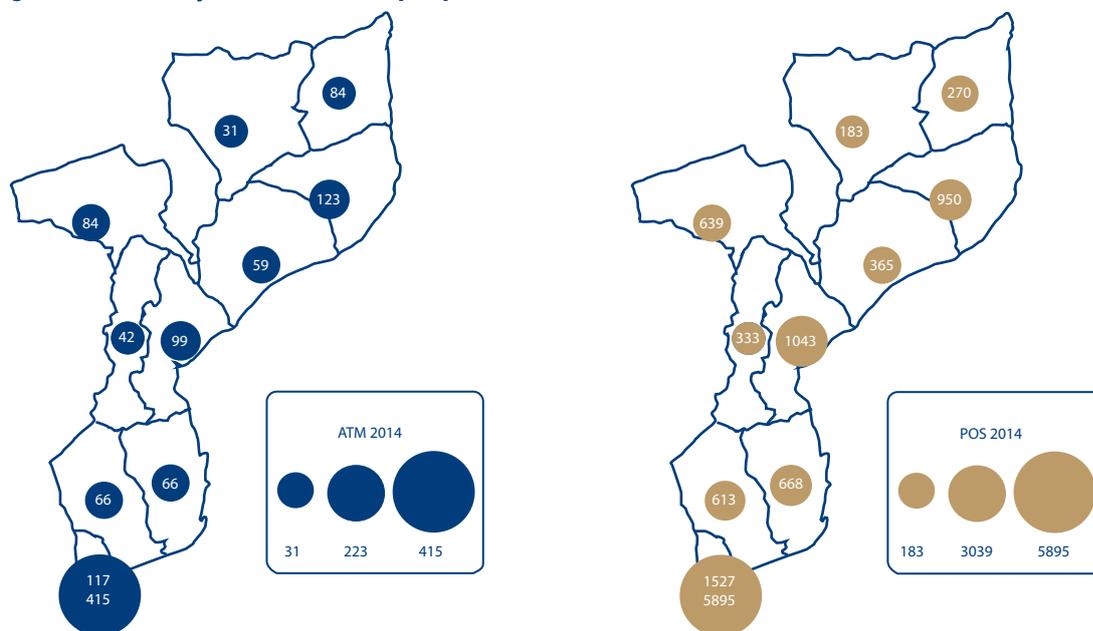


Fontes: BM

Em termos de distribuição territorial dos terminais (Quadro 5), em 2014, a cidade de Maputo era a que concentrava a maior quantidade de ATM e POS, com cerca de 36,0% e 47,2%, respectivamente. Em relação às ATM, seguem-se as províncias de Nampula, com 10,7%, Maputo, com 10,1%, e Sofala, com 8,6%. A província de Niassa é a que teve menor quantidade de ATM, com apenas 2,7% do total existente no território nacional.

No que se refere aos POS, a expansão observada no período deveu-se basicamente ao crescimento registado na cidade de Maputo (2,8%), na província de Maputo (13,7%). As províncias de Cabo Delgado e Niassa registaram uma redução na quantidade POS de 22,6% e 9,4% respectivamente.

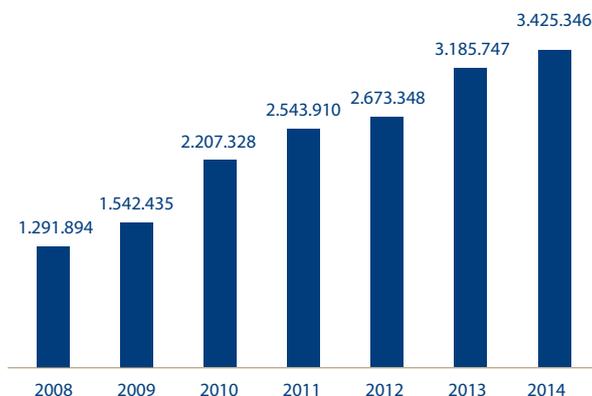
Figura 1: **Distribuição de ATM e POS por províncias**



Fontes: BM

O Gráfico 3 mostra a evolução de cartões em circulação em Moçambique. Como se pode constatar, a quantidade de cartões em circulação no país totalizava, em 2014, cerca de 3.425,3 mil, o que corresponde a um crescimento de 7,5% face ao ano de 2013. Quanto a composição, do total dos cartões em circulação no país, cerca de 96,5% eram de débito, 2,8% de crédito e 0,6% cartões pré-pagos.

Gráfico 3: **Contas Bancárias**



Fontes: BM

3.2. Serviços Financeiros Móveis

Em 2014, observou-se uma evolução crescente dos Serviços Financeiros Móveis (SFM) no país, tendo ascendido para um total de 16.175 agentes de Instituições de Moeda Electrónica (IME), contra 4.714 agentes registados em 2013.

Contribuiu para a variação positiva observada, o incremento do número de agentes verificado na zona Sul do país em 1250,0% que passou a contar, em 2014, com 11.785 agentes (73,0% do total de agentes existentes no país), seguida da zona Centro, que conta com 2.605 (16,1% do total de agentes existentes no país) representando um incremento de 780,0% e, finalmente pela zona Norte, que passou a contar no final de 2014 com 1.785 agentes (11,0% do total dos agentes existentes no país) representando um incremento de 496,0%.

O volume de transacções realizadas pelas IME registou um acentuado crescimento no período em análise, tendo passando de 352.233 em 2013, para 3.695.269 em 2014. Este aumento é resultado da expansão dos serviços oferecidos pelas IME para mais distritos do país.

Quadro 4: Agentes por regiões e por províncias

	Agentes		Peso (%)		Variação (%)
	2013	2014	2013	2014	
Zona Sul	2.996	11.785	63,6	73,0	293
C. Maputo	1.790	6.604	38,0	40,8	269
P. Maputo	862	3.803	18,3	23,5	341
Gaza	124	607	2,6	3,8	390
Inhambane	220	771	4,7	4,8	250
Zona Centro	917	2605	19,5	16,1	780
Sofala	648	1.739	13,7	10,8	168
Manica	125	493	2,7	3,0	294
Tete	74	199	1,6	1,2	169
Zambézia	70	174	1,5	1,1	149
Zona Norte	801	1785	17,0	11,0	496
Nampula	705	1485	15,0	9,2	111
Niassa	66	228	1,4	1,4	245
Cabo Delgado	30	72	0,6	0,4	140
Total	4.714	16.175	100,0	100,0	243

Fontes: BM

Grande parte das transacções realizadas em 2014 correspondeu a operações de pagamentos (44,1%) seguido de compra de moeda electrónica pelos clientes (*cash in*) (41,7%). A venda de moeda electrónica (*cash out*) e as transferências tiveram um peso de 7,1% cada. Esta composição das transacções difere da registada em 2013, onde mais de 83,0% das transacções foram para compra de moeda electrónica pelos clientes.

Esta situação revela que a aceitação e utilização dos serviços financeiros móveis pelo público está a aumentar nos últimos tempos, não apenas como guarda de valores junto dos agentes, mas também para a realização de pagamentos, transferências e levantamentos.

Quadro 5: Transacções dos serviços de moeda electrónica

Motivos de devolução	Quantidade		Peso (%)	
	2013	2014	2013	2014
Operações de compra de moeda electrónica em numerário (<i>cash in</i>)	294.543	1.541.261	83,7	41,7
Levantamentos (<i>cash out</i>)	23.207	263.774	8,0	7,1
Transferências	23.262	261.174	6,6	7,1
Pagamentos	6.221	1.629.060	1,8	44,1
Total	352.233	1.695.269	100,0	100,0

Fonte: BM

3.3. Contas Bancárias e das Instituições de Moeda Electrónica

Em 2014, a quantidade de contas bancárias situou-se em 3.577.102, das quais 3.461.568 em moeda nacional e 115.534 em moeda estrangeira, representando um incremento anual de 8,0%. Este número inclui as contas abertas junto das IME, que totalizaram 3.197.507 até ao final de 2014, a quantidade total de contas (abertas em instituições bancárias e de moeda electrónica) aumenta aproximadamente para o dobro, totalizando 6.774.609 contas.

O índice de bancarização, que é a relação entre as contas bancárias e a população adulta, passou de 25% em 2013 para 26% em 2014, incluindo as contas abertas nas instituições Emitentes de Moeda Electrónica o índice de bancarização evoluiu de 26% registado em 2013 para 49% em 2014.

Quadro 6: **Contas bancárias e das instituições de moeda electrónica**

	Contas		Peso (%)		Var. (%)
	2013	2014	2013	2014	
Instituições bancárias	3.311.806	3.577.102	100,0	100,0	8,0
Moeda nacional	3.211.385	3.461.568	91,9	51,1	7,8
Moeda estrangeira	100.421	115.534	2,9	1,7	15,0
Inst. de moeda electrónica ^a	183.056	3.197.507	5,2	47,2	1646,7
Total	3.494.862	6.774.609	100	100	93,8

Fonte: *BM*

^a Utilizou-se como *proxy* do número de contas das IME o número de clientes das IME

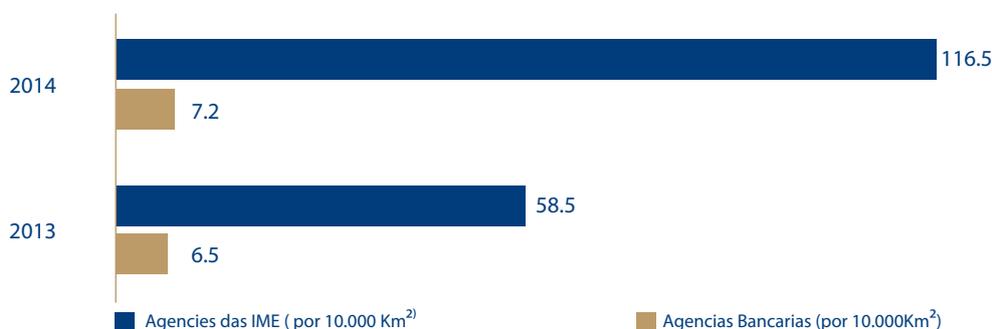
4. Indicadores de Inclusão Financeira

O índice de inclusão financeira, à semelhança do que tem acontecido ao longo dos últimos anos, voltou a aumentar. Com efeito, em 2014 o IIF situou-se em 14,18. Esta cifra representa um aumento de 0,14 pontos do registado em 2013. Apresenta-se abaixo o detalhe de acesso geográfico e demográfico.

4.1. Acesso Geográfico

À semelhança do que ocorreu nos anos anteriores, os indicadores de inclusão financeira melhoraram em 2014, reflectindo, em boa parte, o incremento registado na distribuição dos canais físicos de acesso aos serviços e produtos financeiros, particularmente na rede de agência bancárias, agentes de IME, ATM e POS. Consequentemente, em termos de acesso geográfico das agências bancárias e dos agentes das IME observou-se um incremento de 10,0% e 99,2%, respectivamente, ao passar para 7,2 agências bancárias e 116,5 agentes das IME por cada 10.000 km² a nível nacional em 2014.

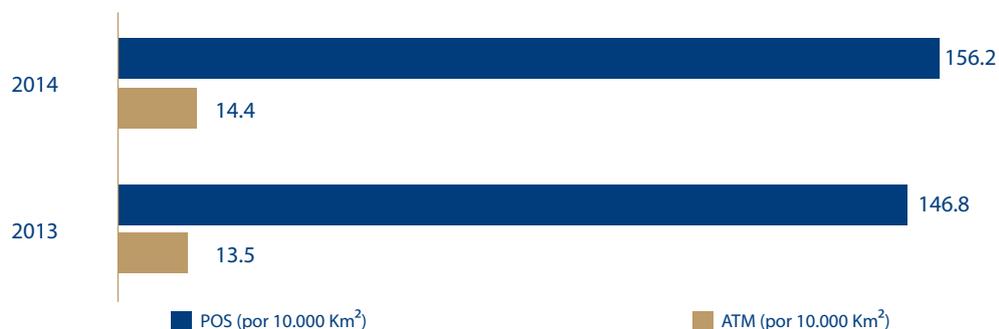
Gráfico 4: **Acesso geográfico das agências bancárias e agentes das IME**



Fontes: BM e INE

Relativamente à cobertura geográfica das ATM e POS, observou-se igualmente um incremento, com a quantidade destes canais de acesso a incrementar durante o ano em referência para 14,4 e 156 ATM e POS por cada 10.000 km² a nível nacional, correspondente a um aumento de 7,0% e 6,4%, respectivamente.

Gráfico 5: **Acesso geográfico das ATM e POS**

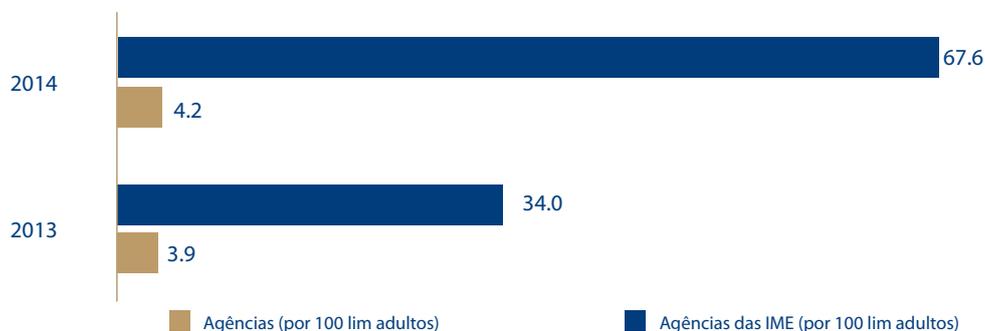


Fontes: BM e INE

4.2. Acesso Demográfico

Quanto ao acesso demográfico das agências bancárias e dos agentes das IME, à semelhança do comportamento da disponibilidade geográfica, verificou-se um aumento deste indicador de inclusão financeira, o que indicia uma melhoria do acesso pela população aos serviços e produtos financeiros. Com efeito, em 2014 o acesso demográfico expandiu em 6,8% e 99,2%, ao passar para 4,2 agências bancárias e 67,6 agentes das IME por 100 mil adultos, respectivamente.

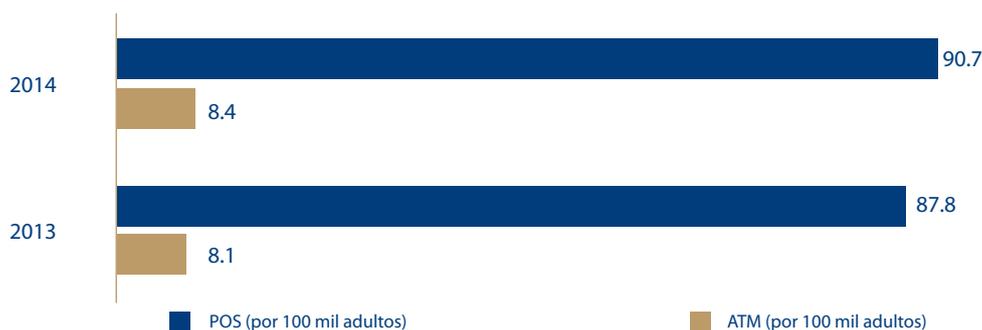
Gráfico 6: **Acesso demográfico das agências bancárias e agentes das IME**



Fontes: BM e INE

No que diz respeito ao acesso demográfico das ATM e POS, verificou-se igualmente maior disponibilidade. A quantidade destes canais incrementou para 8,4 ATM e 90,7 POS por 100 mil adultos a nível nacional, o equivalente a um ligeiro aumento de 3,9% e 3,3%, respectivamente.

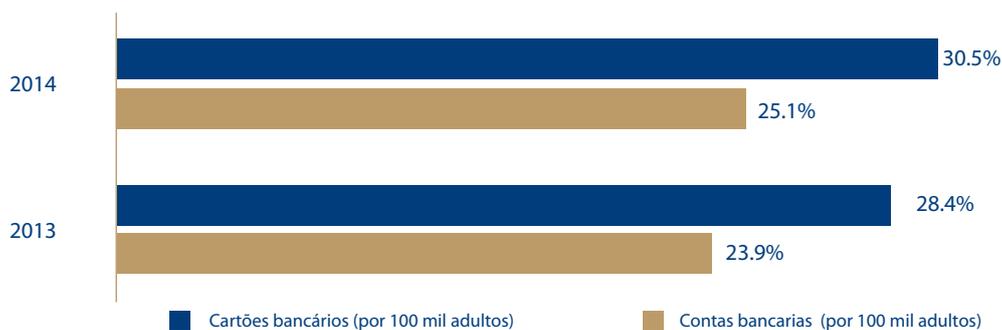
Gráfico 7: **Acesso demográfico das ATM e POS**



Fontes: BM e INE

Como consequência, em boa parte, da expansão da rede das agências bancárias, a proporção da população adulta detentora de contas bancárias e cartões de débito e de crédito cresceu no período em análise, reflectindo um crescimento das contas e cartões maior que o da população em causa. Em 2013, cerca de 23,9% da população adulta detinha pelo menos uma conta no sistema bancário nacional, cifra esta que passou para cerca de 25,1% em 2014.

Gráfico 8: **Contas bancárias e cartões bancários em proporção da população adulta**



Fontes: BM e INE

5. Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado

Durante o ano de 2014, o Estado efectuou um total de 4.806,5 mil pagamentos, em moeda nacional, através do Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado (STF). Comparando com o ano anterior, este número representa um crescimento na ordem de 91,3%. Em termos de valor, os pagamentos do Estado totalizaram 188.140,14 milhões de meticais, face aos 171.251.70 milhões de meticais registados em 2013, o que corresponde a um aumento de 9,9%.

Quadro 7: **Conta Única do Tesouro (valores em MN 10⁶, em ME 10³, quantidade em 10³)**

	2013		2014		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Moeda nacional	2.512,5	171.252	4806,5	188.140	2294	91,3
Moeda estrangeira	545	-	399	-	-146	-
Dólar dos EUA	390	106.295	349	37.985	-41	-64,3
Euro	155	28.947	50	2.711	-105	90,6

Fonte: *BM*

Durante o mesmo período, o Estado efectuou 399 transferências em moeda estrangeira, contra 545 registadas em 2013. As transferências em dólares norte-americanos totalizaram 349, contra 50 transferências denominadas em euros. Estas quantidades, quando comparadas com as registadas em 2013, representam uma redução de 10,5% e 67,7% nas transferências denominadas em dólares e euros, respectivamente.

Em termos de valor, em 2014 as transferências em dólares reduziram em 64,3% passando para 37.984,58 mil dólares e as denominadas em euros reduziram em 90,6%, totalizando apenas 2.711,0 mil euros.

6. Metical em Tempo Real

Ao longo de 2014 foram processadas no Metical em Tempo Real (MTR) 27.838 ordens de pagamento num valor total de 45.041,0 milhões de meticais. Estas cifras representam um aumento de 76% em termos de quantidade e uma redução de 22% em termos de valor, quando comparadas com os registos verificados no ano anterior. Até Dezembro de 2014 o MTR contava com 14 participantes.

Gráfico 9: **Volume das Operações do MTR**

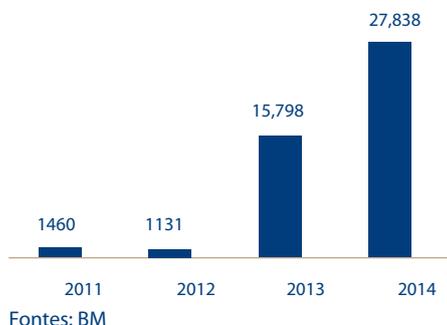
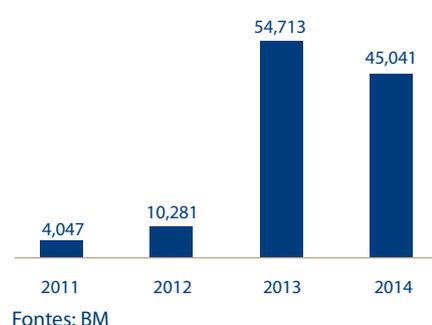


Gráfico 10: **Valor das Operações do MTR (em mil milhões de metcais)**



7. Projectos em Curso no Âmbito dos Sistemas de Pagamentos

7.1. Projecto de Regulamentação da Banca Electrónica

Como resultado do desenvolvimento tecnológico, os instrumentos de pagamentos de papel e o funcionamento da banca tradicional estão a ser progressivamente substituídos pelos instrumentos de pagamento e processos electrónicos. Esta situação coloca um desafio às entidades reguladoras, principalmente no que tange à regulamentação. Efectivamente, no âmbito da regulamentação da banca electrónica o BM já preparou e aprovou vários avisos. Ao longo de 2014 estiveram em análise as seguintes propostas de normativos:

- a. Revisão do Aviso nº 5/GBM/2009, de 10 de Junho, que estabelece os serviços mínimos gratuitos que as instituições devem prestar ao público, os demais serviços financeiros que as instituições podem prestar e os requisitos que estas devem observar na designação, divulgação e cobrança das comissões decorrentes da realização das operações com o público;
- b. Revisão do Aviso 6/GBM/2004 de 28 de Outubro com vista a alterar pontualmente o Regulamento do Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado (STF) com o objectivo de introduzir elementos adicionais para a validação das transferências e, por conseguinte, aumentar a segurança no processo de tratamento das mesmas;
- c. Regulamento sobre a protecção de fundos resultantes da emissão de moeda electrónica;
- d. Regulamento que estabelece a ligação à rede única nacional de pagamentos electrónicos; e
- e. Regulamento sobre o acesso e funcionamento das Empresas Prestadoras de Serviços de Pagamentos e Operadores de Serviços de Pagamentos.

7.2. Estratégia Nacional de Inclusão Financeira

Aos 9 de Abril de 2013, o Governo aprovou a Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro (2013-2022) e ao BM foi incumbido dinamizar a elaboração da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira.

Os Termos de Referência para a Elaboração da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) e o respectivo Plano de Acções já foram elaborados pelo BM. O DPG encontra-se a coordenar o processo de elaboração da referida Estratégia desde finais de 2014, com apoio do Banco Mundial, solicitado pelo Governo, no âmbito do *Financial Inclusion Support Framework - Mozambique Country Support Program*, e participação activa do Ministério das Finanças e do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.

Paralelamente, e com o mesmo objectivo, foram recolhidos alguns dados que irão permitir alimentar um sistema que doravante facilite a localização geográfica dos pontos de acesso aos serviços financeiros, tais como agências bancárias, ATM, POS, agentes de instituições de moeda electrónica, em todo o território nacional.

7.3. Pagamentos Electrónicos em Moçambique: Princípios para a sua Adopção em Maputo e Matola

O estudo está a ser conduzido pelo Centro de Pesquisa NovaAfrica, da Universidade Nova de Lisboa, em colaboração com o BM, através do Departamento de Sistemas de Pagamentos, e financiado pelo *International Growth Centre* (IGC) e o principal objectivo assenta-se na análise das características dos negócios e dos seus proprietários que influenciam na adopção dos meios electrónicos de pagamento (*POS, Mobile Banking and Mobile Money*). A metodologia baseia-se na realização de um inquérito, para uma amostra de 1027 empresários nas cidades de Maputo e Matola, abrangendo questões sobre os seus negócios, activos e receitas, bem como sobre as suas características pessoais. Adicionalmente, foram questionados sobre os meios electrónicos de pagamento utilizados nas suas transacções diárias, incluindo a frequência de uso e principais problemas enfrentados. Os modelos utilizados para estimar as principais regressões do estudo são: Modelo de Probabilidade Linear (*Linear Probability Model*), Método dos Mínimos Quadrados (OLS) e o Modelo *Logit Multinomial*.

7.4. Projecto de Integração do Sistema de Pagamentos a Nível da SADC

O processo de integração dos sistemas de pagamento da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) está a registar um progresso assinalável nos últimos anos. Com efeito, dos 15 países que integram a SADC, 11 já estão ligados ao sistema pagamento regional designado *SADC Integrated Regional Economic Settlement System* (SIRESS).

7.5. Organização do VII Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira em Maputo

Na qualidade de membro principal da *Alliance for Financial Inclusion* (Aliança para a Inclusão Financeira - AFI), o BM acolheu o convite que lhe foi formulado para co-organizar o VII Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira (*Global Policy Forum*) em Maputo. O evento terá lugar no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, no período de 1 a 4 de Setembro de 2015.

A AFI é uma organização que congrega diversas instituições que tem a responsabilidade de produzir regulamentação relativa ao acesso e uso de serviços financeiros nos respectivos países. Um dos objectivos principais desta organização é dotar os membros de ferramentas que permitam a partilha de conhecimentos, visando sempre a melhoria dos níveis de inclusão financeira. Desde a sua criação, a AFI tem organizado vários eventos, com destaque para os Fóruns Mundiais sobre Políticas de Inclusão Financeira, visando proporcionar uma plataforma para debates sobre políticas inovadoras em matéria de inclusão financeira.

Para o VII Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira espera-se a participação de cerca de 450 delegados representantes de 125 instituições membros da AFI, provenientes de 96 países, com destaque para Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais. A nível nacional contamos com a participação de membros do Governo, representantes de instituições de crédito e sociedades financeiras, instituições de microfinanças, instituições públicas, privadas, académicos, diversas associações da sociedade civil, parceiros de cooperação, entre outras entidades.

8. Perspectivas

Tendo em conta as acções levadas a cabo em 2014, bem como as necessidades do SNP, avançam-se as seguintes propostas de acções para 2015 e os anos seguintes:

- a) Dar continuidade a intensificação das campanhas de educação ao público no sentido de usar os meios de pagamento alternativos ao numerário;
- b) Monitorar a evolução do sistema de pagamento e garantir a existência de regulamentos e normativos afins com vista a assegurar o bom funcionamento do SNP;
- c) Promover a introdução de novos instrumentos de pagamento de retalho;
- d) Assegurar o necessário envolvimento e colaboração para o sucesso do projecto regional de integração do sistema de pagamentos da SADC; e
- e) Dar continuidade as medidas implementadas visando a bancarização da economia e aumento da inclusão financeira, incluindo a conclusão da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira;



